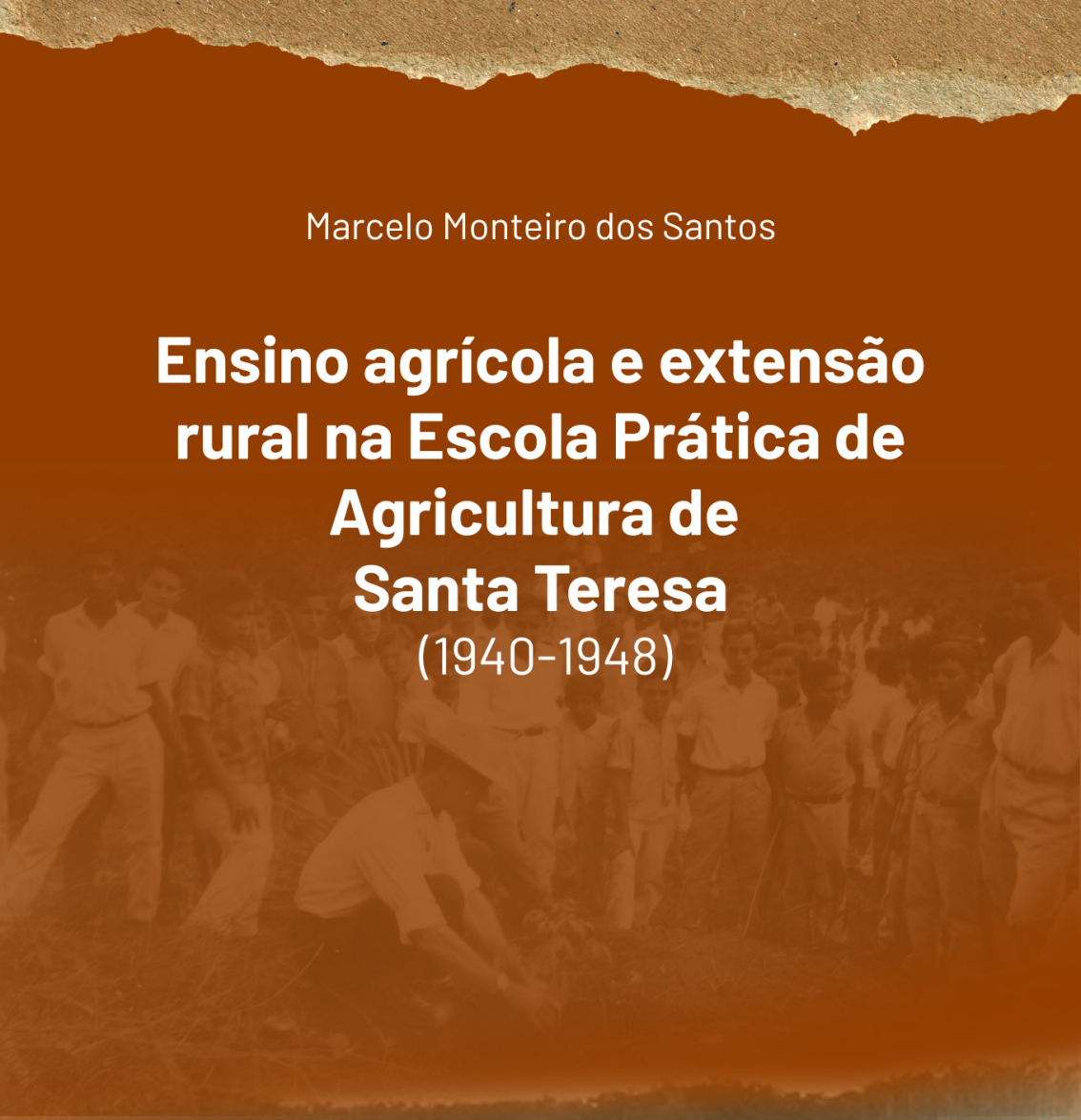
Marcelo Monteiro dos Santos

Ensino agrícola e extensão rural na Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (1940-1948)



Edifes

ENSINO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL NA ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA DE SANTA TERESA (1940-1948)

Editora do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara
29040-689 – Vitória – ES
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

Reitor: Jadir José Pela
Pró-Reitor de Administração e Orçamento: Lezi José Ferreira
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Luciano de Oliveira Toledo
Pró-Reitora de Ensino: Adriana Pionttkovsky Barcellos
Pró-Reitor de Extensão: Lodovico Ortlieb Faria
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: André Romero da Silva
Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz

Conselho Editorial
Aldo Rezende * Aline Freitas da Silva de Carvalho * Aparecida de Fátima Madella de Oliveira * Eduardo Fausto Kuster Cid * Felipe Zamborlini Saiter * Gabriel Domingos Carvalho * Jamille Locatelli * Marcio de Souza Bolzan * Mariella Berger Andrade * Ricardo Ramos Costa * Rosana Vilarim da Silva * Rossanna dos Santos Santana Rubim * Viviane Bessa Lopes Alvarenga.

Produção editorial
Projeto Gráfico: Assessoria de Comunicação Social do Ifes
Revisão de texto: Paulo Goethe | Contaccta Comunicação
Diagramação e epub: Albânia Lira | Contaccta Comunicação
Capa: Higor Ferraço (Edifes)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237e Santos, Marcelo Monteiro dos

Ensino agrícola e extensão rural na Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (1940-1948) [recurso eletrônico] / Marcelo Monteiro dos Santos. – Vitória, ES : Edifes, 2025.
1 recurso digital : pdf ; 203 p.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5331-052-0 (e-book).

1. Ensino agrícola – História – Santa Teresa (ES). I. Escola Prática de Agricultura. II. Instituto Federal do Espírito Santo. Campus Santa Teresa. III. Título.

CDD 22 – 370.11

Bibliotecária responsável: : Luciana Aline Marcena Carvalho – CRB6-ES 665

DOI: 10.36524/9786553310520
Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas *ad hoc.*
Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Brasil

Marcelo Monteiro dos Santos

ENSINO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL NA ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA DE SANTA TERESA (1940-1948)

2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07
PREFÁCIO 09
INTRODUÇÃO 13
Capítulo 1 21
Revisão Historiográfica, Método e Fontes 21
1.1 Revisão de Literatura 22
1.2 Operação Historiográfica 43
1.3 A constituição do corpus documental:
o Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa 46
1.4 Fontes para a História do Ensino Profissional Agrícola 53
Capítulo 2 63
O Processo de Implantação Da Escola Prática de Agricultura 63
2.1 A normatização do ensino agrícola no Brasil República 64
2.2 Debates sobre o ensino agrícola no Espírito Santo 67
2.3 Santa Teresa e o Vale do Canaã 85
2.4 A Escola Prática de Agricultura em São João de Petrópolis 94
Capítulo 3 110
Ensino Agrícola e Extensão RuraL 110
3.1 Aprendizes e agricultores 113
3.2 A Semana do Lavrador 139
3.3 O jornal O Cultivador 154
CONSIDERAÇÕES FINAIS 169
REFERÊNCIAS 173

ANEXO A
Estatutos da Escola Prática de Agricultura do Estado
do Espírito Santo. 185
ANEXO B
Regulamento da Escola Prática de Agricultura do Estado
do Espírito Santo 189
Sobre o autor 206

APRESENTAÇÃO

Esta obra apresenta importante contribuição para a História da Educação do estado do Espírito Santo, tendo como foco o Ensino Agrícola. Desde a revisão historiográfica ao processo de reorganização institucional, a Escola Prática de Agricultura (EPA) de Santa Teresa, atual Campus Santa Teresa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, assume uma posição provocativa quanto à sua função formadora.

O autor, com olhar atento de historiador-educador, encontra, a partir do acervo do Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa, motivação para sua pesquisa. Debruça-se sobre diversas fontes referentes ao contexto de mudanças normativas e pedagógicas, bem como à criação de estabelecimentos de ensino agrícola na década de 1940.

Os capítulos reúnem indícios que remontam às práticas educativas desde a criação da EPA pelo Poder Executivo Estadual, até sua transformação em Escola Agrotécnica do Espírito Santo, vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura em 1948. As análises apontam os impactos decorrentes das ações de extensão rural na formação profissional da população rural da época.

A organização narrativa, ilustrada por uma vasta apresentação de figuras, ultrapassa a delimitação temporal e indaga o papel das

práticas curriculares formais e não formais realizadas no espaço escolar. Coube ainda aos registros, o detalhamento da estrutura e funcionamento do ensino formal e das atividades de extensão oferecidos (eventos e cursos) a aprendizes, lavradores e mulheres oriundos de diversos locais do estado.

O espaço físico da EPA, organizado no modelo escola-fazenda, incluindo as dependências do regime de (semi)internato, aparece discretamente ao longo do texto com um papel significativo. O leitor é levado também a refletir sobre a relevância do tempo e o lugar na "inter-relação do ensino agrícola com as ações de extensão rural". Tais características estabeleceram um diálogo formador distinto, próprio da instituição. Nas entrelinhas, ao abordar a organização do Núcleo de Memória, o autor revela a necessidade de preservação e valorização do patrimônio material e imaterial escolar. As fontes, como documentos escolares, exemplares do "Jornal o Cultivador" e da "Rádio A Voz da Lavoura", representam e promovem a memória científica ligada ao ensino agrícola, à memória institucional e à da própria comunidade.

O leitor é instigado a uma reflexão sobre a essência do ensino agrícola e sua influência na construção do conhecimento e no desenvolvimento rural. Ao entrelaçar memórias, registros e vivências, esta obra não apenas resgata o legado da EPA, mas também reafirma a importância da preservação histórica que liga passado, presente e futuro. Assim, a educação se mostra como um processo formativo, dinâmico e essencial à transformação da sociedade.

Walkyria Barcelos Sperandio

PREFÁCIO

Este livro, que tenho a honra de prefaciar, resulta da dissertação de mestrado produzida por Marcelo Monteiro dos Santos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Integra um conjunto crescente de investigações em História da Educação local, cuja realização somente tem sido possível se considerarmos esforços coletivos que, entre diversas iniciativas, envolvem a organização de acervos escolares.

O primeiro esforço envolvido na produção da referida pesquisa foi empreendido por um grupo de professores e técnicos empenhados em manter vivas as memórias de uma escola, de seus sujeitos e de suas ações cotidianas e comunitárias. Coordenado pelo próprio Marcelo, o trabalho de alguns anos de dedicação resultou na criação do Núcleo de Memória do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Santa Teresa, que reúne, atualmente, um rico conjunto documental preservado ao longo de mais de oitenta anos de existência da instituição. Nele, é possível encontrar desde atos legais até registros textuais e fotográficos das produções docentes e estudantis, passando por fontes que tratam das relações que a escola estabeleceu com a comunidade à qual pertence.

Com o propósito de contar essa história, Marcelo passou a compor, em 2021, o Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), vinculado ao PPGE/Ufes, onde outros esforços

coletivos têm sido feitos no sentido de contribuir com a produção de uma historiografia da Educação do/no Espírito Santo. Nesse espaço/tempo de discussões, produções e intercâmbios acadêmicos, a partir de uma perspectiva historiográfica que considera a história como ciência das perguntas gerais e das respostas locais, como ensina Giovanni Levi, buscamos compreender histórias de sujeitos da Educação, processos de formação e práticas docentes e instituições educativas que, em diversos momentos, requerem um trabalho prévio de garimpo e de organização de fontes, principalmente aquelas que se encontram nos arquivos escolares. Como parte desse conjunto de iniciativas e de investigações, este livro, que se beneficia das experiências de pesquisa e de organização de acervos acumuladas pelo autor, conta a história da Escola Prática de Agricultura, implementada em 1940. Ao cotejar fontes diversas, Marcelo reconstitui as tramas políticas que possibilitaram sua criação e as minúcias das relações entre professores/as, estudantes, técnicos/as agrícolas, trabalhadores/as rurais e famílias locais, cujas práticas deram vida àquela escola.

O autor narra e problematiza iniciativas vinculadas à extensão rural, que conectavam essa instituição à comunidade local, por meio principalmente de um jornal produzido pela escola – O Cultivador –, que chegou a circular pelo Espírito Santo e por outros estados brasileiros, e eventos organizados para receber trabalhadores/as rurais de diversas localidades do estado, como era o caso da Semana do Lavrador. Além disso, com a profícua mobilização de um referencial teórico-metodológico atento às conexões entre o local e o global, as análises do autor dão a conhecer a história do Vale do Canaã e de sua população, ao mesmo tempo que consideram os intercâmbios diretos e indiretos que a Escola Prática de Agricultura estabeleceu com outras instituições brasileiras e mesmo com órgãos internacionais.

Com isso, esta obra traz a lume uma parte importante e pouco conhecida da história do ensino agrícola e profissional no Espírito Santo, somando-se a um conjunto de pesquisas em História da

Educação que, no Brasil, atentam para um ensino dirigido àqueles/as que habitam e produzem o/no espaço rural. Com este estudo e com os esforços que envolveram sua produção, temos muito a aprender. Como pesquisadores/as em História da Educação, compreendemos que não é possível reconstituir a história de uma instituição sem conhecer as trajetórias daqueles/as que a sonharam, projetaram e implementaram, e sem nos aprofundarmos nas particularidades do território no qual ela se materializa. Aprendemos principalmente que, sem o desejo de preservar fontes e sem o trabalho daqueles/as que organizam acervos escolares, não é possível contar a história de uma escola.

Essa reflexão me leva a pensar nas trajetórias das escolas profissionais que pouco conhecemos e nas muitas pequenas escolas rurais esquecidas no interior do estado do Espírito Santo e dos rincões brasileiros, cujas histórias ainda não foram narradas. Reafirmo, por fim, minha crença de que as histórias dos processos educativos e das instituições escolares somente podem ser contadas se trabalharmos em conjunto. Com essa reflexão, convido o/a leitor/a a unir-se a essa coletividade na leitura deste livro. Aos/às professores/as e aos/às historiadores/as da educação, desejo que esta obra inspire novas questões e pesquisas sobre essa e outras escolas capixabas.

Rosianny Campos Berto
Fevereiro de 2025.

INTRODUÇÃO

O ensino agrícola no Brasil é uma prática que nos remete, a depender do olhar do pesquisador, ao século XIX, com as primeiras instituições criadas pelo governo do Império do Brasil. Durante esse período, a preocupação em colocar o país nos rumos do progresso e da civilização, ao modo daquele século, não esteve descolada do olhar para o universo rural – principalmente da grande lavoura cafeeira do Sudeste, que moveu a balança comercial do país por décadas – e do trabalho proveniente da mão de obra escravizada como opção das elites agrárias do país (Mendonça, 1997).

Já com a República, inaugurada em 1889, a criação de escolas foi pouco a pouco se intensificando. Campo e cidade foram beneficiados, de maneira sempre desigual, vale notar, com a crescente certeza de que a sociedade avançaria na medida em que fizesse avançar seus sistemas educacionais e a instrução da população.

Ao ajustarmos a lente para observar o território capixaba durante o período republicano, também aqui estão presentes os elementos de transformação na educação observados no restante do país. As análises e estudos em História da Educação seguem recortes temporais semelhantes aos períodos da história política do Brasil. Para a Primeira República, o ano de 1930 representa uma significativa ruptura, com a revolução que alça Getúlio Vargas ao

poder, apoiado por expressivas parcelas da sociedade brasileira (Achiamé, 2010).

Os quinze anos seguintes, entre democracia e ditadura, representaram certos avanços para a educação do país, como o movimento renovador materializado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932[1]. As reformas nos diferentes níveis de ensino e a aprovação das leis orgânicas do ensino completam esse quadro renovador materializado nos anos 1930 e 1940 (Romanelli, 2014).

Como parte desse contexto, esta pesquisa busca construir seu objeto a partir da análise das práticas educativas da Escola Prática de Agricultura em Santa Teresa (EPA), instituição de ensino agrícola que foi criada pelo Decreto-lei nº 12.147, de 6 de setembro de 1940, que hoje constitui o *Campus* Santa Teresa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Interessa à nossa investigação compreender as características do ensino agrícola ministrado pela escola e sua inter-relação com as ações de extensão rural[2]. Buscamos, a partir desse cenário, lançar nosso olhar para o papel desta escola e suas práticas curriculares e não curriculares. Compreender seu impacto na comunidade capixaba naquela década será um dos objetivos dessa investigação.

O recorte temporal escolhido envolve o período de criação e funcionamento da Escola Prática de Agricultura quando vinculada à administração do Poder Executivo Estadual. Desde a sua criação (1940) até a transformação, a partir de 1948, em Escola Agrotécnica do Espírito Santo (Brasil, 1947).

Em meados da década de 1940, destaca-se o início das Semanas do Lavrador (Espírito Santo, 1946), evento de caráter extensionista que marcou a memória de estudantes, professores e comunidade

[1] Sobre a Educação Nova vale salientar que as ideias e projetos defendidos pelos pioneiros do Manifesto de 1932 estavam em uma área de disputa com outros grupos e projetos para a reforma educacional do país. Desse modo, é importante compreender que propostas nem sempre foram materializadas em ações concretas.

[2] Para uma discussão sobre ensino agrícola e extensão rural no Brasil, com suas dicotomias e contradições, a partir de uma análise macro, recorremos a Mendonça (2006).

do entorno da escola. Observamos que as semanas temáticas constituíam parte das ações pedagógicas da EPA, tendo sido inspiradas em evento semelhante que ocorria na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (O Cultivador, 1948).

Ainda durante essa primeira fase da história da instituição foi aprovada no Brasil a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que, juntamente com os artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, indicava que as escolas agrícolas deveriam funcionar em regime de internato e que nelas seriam ofertadas as quatro séries do 1º ciclo ginasial (Ginásio Agrícola) com os cursos de Iniciação Agrícola (dois anos) e Mestria Agrícola (dois anos); e as três séries do 2º ciclo (três anos), garantindo a certificação aos concluintes como técnicos em diferentes áreas: agricultura, horticultura, zootecnia, prática veterinária, indústrias agrícolas, laticínios e mecânica agrícola. Foi definido que o ingresso nas escolas agrícolas se faria por meio de exame de seleção (Romanelli, 2014, p. 159).

No âmbito das mudanças normativas, houve um acordo com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) a partir de 1946. A CBAR surgiu a partir de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a *Inter-American Educational Foundation, Inc.*[3], repartição de negócios internacionais do Governo dos Estados Unidos da América (Calazans,1981; Mendonça, 2006). Nos termos desse convênio haveria intercambio de professores, orientação técnica às populações rurais e incremento de atividades extensionistas. Nos arquivos da EPA temos documentos que circunscrevem as atividades da CBAR entre 1946 e 1951.

Em 1948, após um acordo entre o Executivo Estadual – na gestão do governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg – e a União, a gestão da Escola Prática de Agricultura passou para a Supe-

[3] Fundação Interamericana de Educação (tradução livre).

rintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV)[4], órgão vinculado ao Ministério da Agricultura (Espírito Santo, 1941).

Intensificaram-se, nesse momento, as atividades de extensão rural com diversos eventos voltados para a comunidade capixaba – Semana do Lavrador, Semana do Cafeicultor Capixaba, Semana Feminina Ruralista, Exposições do Milho, dentre diversos outros eventos. Nessa fase também foi criado o periódico *O Cultivador*.

A partir de 1956, renovado o convênio com a União, a instituição passou a se chamar Escola Agrotécnica de Santa Teresa (Espírito Santo, 1957). Logo após, entrou no ar a rádio *A Voz da Lavoura*. A escola diversificava suas atividades de ensino – como a oferta de curso para formação de tratoristas e economia doméstica – tornando-se importante referência para a região.

Nova modificação na legislação criou, na década seguinte, o Colégio Agrícola de Santa Teresa (Brasil, 1964). Em 1967, a coordenação do ensino agrícola do país foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 1967). Encerram-se nesse momento as ações para o ensino agrícola no Brasil sob o âmbito administrativo do Ministério da Agricultura, iniciadas em 1910.

Avançamos, nesse panorama, para além do nosso recorte para situar a perenidade da escola voltada para o ensino agrícola, criada em 1940 no Espírito Santo. Essa duração longeva, acompanhando as mudanças normativas e pedagógicas, mostrou-se uma novidade se comparada a outras iniciativas na primeira metade do século XX, como veremos mais adiante.

A aproximação com o tema deste livro se iniciou em 2016, quando este autor ingressa como professor efetivo, junto com outro colega, também historiador, no Ifes *Campus* Santa Teresa. Situando-se na região central-serrana do estado do Espírito Santo, logo

[4] A nova legislação do ensino agrícola trazia a previsão legal para que estados e União firmassem acordos para a gestão de estabelecimentos de ensino. Desse modo, dois terços do orçamento eram garantidos pelo orçamento federal, devendo os estados arcar com um terço. Esse arranjo, com modificações, vigorou até 1975 quando o Espírito Santo doou o então Colégio Agrícola de Santa Teresa, terras e benfeitorias, em definitivo para a União (ESPÍRITO SANTO,1975).

percebemos que aquela escola ocupava um lugar importante na memória dos habitantes do entorno. Muitos ex-alunos e servidores residem na localidade, e fomos apresentados às histórias que ficaram cristalizadas na memória afetiva daquelas pessoas, muitas delas relacionadas ao passado da escola.

O *campus* localiza-se no Distrito de São João de Petrópolis, pequeno núcleo urbano surgido com o avanço da colonização pelo Vale do Canaã no final do século XIX (Scalzer, 2015). O vale possui características socioeconômicas relativamente homogêneas. Buscaremos realizar uma caracterização desse território para explicar as idiossincrasias da região, na relação entre micro e macro, que mais adiante abordaremos.

No ano seguinte, descobrimos que a instituição possuía um "arquivo morto" localizado nas dependências de um laboratório de zootecnia desativado, próximo à margem da rodovia estadual ES-080 que corta o *campus*, e distante dos prédios principais. Desse conjunto documental, em mau estado de conservação devido ao armazenamento incorreto, surgiu a ideia de iniciar uma atividade de organização daquele acervo, visando sua proteção. Ações anteriores já haviam sido tentadas sem muito êxito. A partir daí, foi criado o Programa de Extensão Núcleo de Memória do *Campus* Santa Teresa, que tem, dentre suas funções, higienizar, acondicionar e catalogar os documentos de interesse histórico para preservar e promover a memória institucional.

Da lida cotidiana com esses documentos descortinou-se um mosaico de possibilidades para a pesquisa acadêmica acerca da história da educação no Espírito Santo e das práticas do ensino agrícola nessa escola, já octogenária àquela altura. O trabalho de organização dos documentos permanece sendo realizado, mas observamos a possibilidade e a necessidade de iniciar pesquisas que possam contribuir academicamente com questões para a História da Educação a partir dessa realidade.

Em perspectiva apresentada pela micro-história italiana (Ginzburg, 1989) torna-se possível ajustar as lentes entre o micro e o macro e elaborar questões desde aqueles documentos, outrora esquecidos e agora postos em condições de "falar" aos historiadores interessados em indagá-los. Desta feita, o trabalho em tela analisa e compreende as relações entre a escola e a comunidade – seja aquela que imediatamente a circunda ou todo o estado do Espírito Santo – focalizando a criação e a trajetória institucional da Escola Prática de Agricultura entre 1940 e 1948.

Abordar-se-ão as práticas curriculares e suas interseções com as ações de extensão rural, que envolvem especialmente atividades práticas (aprender fazendo) e demonstrativas, que buscavam levar o pequeno produtor rural até a instituição. Foram realizados, sistematicamente, eventos como as feiras, exposições agrícolas, semanas temáticas e reuniões com lavradores. A partir de 1946 teve início o evento anual Semana do Lavrador, que ampliou o caráter dos serviços extensionistas prestados pela escola. O periódico *O Cultivador*, ferramenta de divulgação e formação, também será objeto de análise durante o seu primeiro ano de circulação. Essas ações são compreendidas como extensão rural e concorriam para a promoção do espaço escolar junto à comunidade. Além delas, a EPA manteve cursos regulares em regime de internato e externato, formando práticos rurais e administradores de fazenda durante o período.

Desse modo, este livro tem por objetivo compreender os aspectos do ensino agrícola e sua inter-relação com as ações de extensão rural na trajetória da Escola Prática de Agricultura[5]. Para o desenvolvimento da investigação, buscamos nos guiar pelas seguintes questões: Qual é a trajetória do ensino agrícola no Espírito Santo na primeira metade do século XX? Como ocorreu o processo de implantação e consolidação da Escola Prática de Agricultura e a sua consolidação entre 1940 e 1948? Como se organizavam

[5] Para uma discussão sobre ensino agrícola e extensão rural no Brasil, com suas dicotomias e contradições, a partir de uma análise macro, recorremos a Mendonça (2006).

as práticas curriculares da Escola Prática de Agricultura, considerando as atividades e os eventos produzidos e promovidos na relação entre o ensino e a extensão rural, bem como entre a escola e a comunidade local?

A organização dos capítulos privilegia a abordagem teórico-metodológica, uma vez que a relação entre o local e o global precisa constituir a própria organização narrativa que conforma o objeto da pesquisa. Buscamos, assim, aquilo que, nessa inter-relação, difere entre o micro e o macro e que possa responder às indagações mais amplas e gerais a partir do reduzido e do local (Levi, 2019).

No primeiro capítulo, trazemos a revisão de literatura dialogando com teses, dissertações e artigos produzidos a partir da temática geral "ensino agrícola" realizados nos últimos anos. Abordamos mais detidamente a operação historiográfica apresentando metodologia e teoria que guiaram o olhar do historiador da educação durante a pesquisa. Por fim, apresentamos a constituição do *corpus documental*, tendo o Núcleo de Memória do *Campus* Santa Teresa como ponto de partida.

O segundo capítulo analisa as experiências de ensino agrícola desde o governo de Jerônimo Monteiro, passando pela reforma Attilio Vivacqua e as ações nos anos 1930 e 1940 sob o governo de João Punaro Bley. Prosseguimos analisando a criação e o desenvolvimento da escola entre 1940 e 1948. Buscamos compreender as características socioeconômicas da região do Vale do Canaã, território onde a escola foi instalada. Atenção foi dada ao espaço escolar: prédios, salas de aula, áreas demonstrativas e biblioteca.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos compreender como a extensão rural era realizada pela escola no recorte da pesquisa. Além do currículo formal, a Escola Prática de Agricultura serviu de laboratório e espaço de conhecimento para lavradores em geral. Essas ações ocorriam em vários momentos do ano e tinham caráter de Extensão Rural fortemente pedagógico. Analisamos, neste capítulo, as reuniões de lavradores, exposições, concursos e demais

ações que ocorriam no espaço escolar e tiveram os lavradores da região como público-alvo, entre as quais está a Semana do Lavrador, um evento extensionista realizado até os anos 1980. Para essa análise, tomamos como fontes: relatórios, programas, documentos relativos a premiações e matérias na imprensa periódica, com destaque para o periódico *O Cultivador* em seu primeiro ano de circulação (1948). Listamos, em anexo, o Estatuto e Regulamento da Escola Prática de Agricultura, documentos que julgamos importantes para a compreensão da organização e dinâmica de funcionamento da escola em seus primeiros anos.

CAPÍTULO 1

REVISÃO HISTORIOGRÁFICA, MÉTODO E FONTES

Nas páginas que seguem, realizamos uma revisão historiográfica a partir da literatura que trata do ensino agrícola no Brasil, focalizando a produção dos últimos anos a partir das pesquisas realizadas em Programas de Pós-Graduação e artigos publicados em periódicos especializados. Na sequência, passamos a discorrer sobre a abordagem teórico-metodológica, na qual a pesquisa que originou este livro se ancorou, para a produção das fontes e construção narrativa. Tratamos ainda da criação do Núcleo de Memória do *Campus* Santa Teresa, reforçando o seu papel para a preservação da memória institucional e do acervo arquivístico acumulado ao longo do tempo.

Simões, Berto e Salim (2021), ao analisarem a produção acadêmico-científica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo entre 1992 e 2018, não relacionam nenhum trabalho que tenha por objeto a trajetória ou as práticas da Escola Prática de Agricultura. Caliari e Moreira (2009), em artigo sobre a escola rural capixaba na Primeira República, apontaram que a temática carece de aprofundamento para o período pós-1930.

Destacamos, contudo, que são profícuos os estudos acerca do ensino agrícola no Brasil. A educação do campo, que constitui seu recorte mais atual, ocupa importante espaço de reflexão na agenda

dos pesquisadores em educação e faz parte das preocupações dos movimentos sociais do campo (Ribeiro, 2006).

Maria Julieta Costa Calazans debruçou-se sobre a educação no meio rural no Brasil nas primeiras décadas do século XX, chamando atenção para o "ruralismo pedagógico" que marcou as políticas a partir da década de 1930 (Calazans, 1993a). Débora Amélia Lira e Amilka Lima destacam as transformações que ocorreram no período no qual está inserido o recorte temporal da pesquisa proposta, destacando que:

> [...] o período que compreende as décadas de 1940 e 1950 caracteriza-se pela implantação de diversos programas educativos, realizados na maioria dos estados brasileiros, tendo em vista a permanência do homem na região rural e o desenvolvimento de cada comunidade. Na primeira década, especialmente, foram criados programas tanto sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, como pelo Ministério da Educação e Saúde, como também por organizações norte-americanas, como a Comissão Brasileiro-Americana de Educação de Populações Rurais (CBAR) (Lira; Melo, 2010, p. 210).

Os estudos mais recentes têm se debruçado sobre a temática, buscando compreender os impactos das políticas de Estado para a educação no meio rural, bem como a sua organização a partir da publicação de leis e decretos que organizaram o ensino agrícola no contexto brasileiro na primeira metade do último século (Brasil, 1910; 1946a). Contudo, há espaço para novas análises historiográficas que partam do micro (local), mobilizando questões menos generalizantes para a compreensão da Educação, suas práticas, sujeitos e instituições.

1.1 Revisando os estudos sobre ensino profissional agrícola no Brasil

Para organizar uma revisão de modo sistemático, foram realizadas investigações nas seguintes bases de dados virtuais: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) e os periódicos acadêmicos especializados: *Revista*

Brasileira de História da Educação (RBHE); *Revista História, Sociedade e Educação no Brasil* (HISTEDBR) e a Revista *Cadernos de História da Educação* (UFU). Nessas bases, foram encontrados teses, dissertações e artigos que foram selecionados para análise. Para fins de recorte cronológico, em busca dos estudos mais recentes, foram analisados os trabalhos publicados nos últimos cinco anos.

Buscamos também na *Revista História da Educação*, publicada pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), e na *Revista de História e Historiografia da Educação*, publicação organizada pelo Grupo de Trabalho Nacional em História da Educação (GTHE) da Associação Nacional de História (ANPUH). Nesses dois periódicos, nenhum artigo foi selecionado a partir dos critérios estabelecidos.

Utilizamos os descritores "Escola Prática de Agricultura", "Escola de Iniciação Agrícola" (descritor mais abrangente, por incluir uma variedade de experiências de ensino agrícola no país), "Escola Agrotécnica" e "Ensino Agrícola". Desse modo, compreende-se que as buscas puderam englobar trabalhos que tiveram por objeto instituições e práticas de ensino agrícola em perspectiva histórica, num recorte ampliado para se aproximar da pesquisa em desenvolvimento. Os descritores foram escolhidos por se aproximarem das experiências de ensino agrícola verificadas no Espírito Santo na primeira metade do século XX.

O recorte temporal dos trabalhos analisados situa-se na primeira metade do século XX. Embora a Escola Prática de Agricultura seja analisada entre sua criação e a transformação em Escola Agrotécnica do Espírito Santo (1940-1948), avaliamos a importância de compreender as experiências de ensino técnico agrícola que ocorreram no país a partir de sua organização em 1910. No Espírito Santo, no mesmo período, observamos experiências de criação de estabelecimentos e políticas para essa modalidade de ensino (quadro 1.1). Trataremos dessas iniciativas no segundo capítulo.

Quadro 1.1: Estabelecimentos de Ensino Agrícola no Espírito Santo (primeira metade do século XX)

INSTITUIÇÃO	MODELO(S)	LOCAL	PERÍODO	LEGISLAÇÃO
Fazenda Modelo Sapucaia	Aprendizado Agrícola	Cariacica	1909-1912	Decreto nº 375 de 19 de junho de 1909
Instituto Agrícola de Maruípe	Aprendizado Agrícola* Escola Superior* Patronato Agrícola	Vitória	1933-1937	Decreto nº 4.219 de 28 de outubro de 1933
Escola Prática de Agricultura	Escola de Iniciação Agrícola	Santa Teresa	1940-1948	Decreto-lei nº 12.147 de 6 de setembro de 1940

Fonte: CONDE, 2022; ESCOLA DE AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO, 1933; ESPÍRITO SANTO, 1943. *Sem evidência de funcionamento.

Consideramos o título, resumo e palavras-chave para o estabelecimento de critérios de seleção e identificação das produções a serem analisadas. Foram selecionados os trabalhos que atendiam aos critérios de proximidade em relação ao objeto de pesquisa e à temática. Procedemos à leitura do material selecionado, considerando resumo, sumário, introdução, considerações finais e, nos casos dos textos selecionados, o conteúdo integral, especialmente dos artigos em periódicos especializados.

Na plataforma Catálogo de Teses da CAPES, com base nos descritores citados, a busca contemplou os trabalhos (dissertações e teses) publicados nos últimos cinco anos (2017 a 2021). O recorte cronológico buscou situar as pesquisas mais recentes sobre o tema. Foram localizados 30 resultados entre Teses e Dissertações de Mestrados Acadêmicos e Profissionais. Excluímos da revisão as dissertações de Mestrado Profissional, por sua natureza de aplicação prática ou desenvolvimento de produto educacional, e todos os que situavam o objeto de estudo fora do recorte cronológico ampliado, conforme justificado.[1]

[1] Mesmo não analisando as pesquisas que resultaram de programas de mestrados profissionais, a leitura desses trabalhos evidencia que, talvez, a elaboração de produtos educacionais associados ao texto da dissertação torne-os mais lineares e menos analíticos. Os trabalhos arrolados por nós, dissertações e teses, apresentam maior densidade na construção e investigação dos objetos de pesquisa propostos.

Mineiro (2017) aborda a transformação da Escola Agrotécnica de Salinas em uma unidade do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Esse trabalho apresenta um caráter cronológico no qual discorre sobre as mudanças pelas quais o ensino agrícola passou no decorrer do tempo, com ênfase na criação dos Institutos Federais em 2008, apresentando o caso da escola como estudo de caso.

Nesse trabalho, a criação da Escola de Iniciação Agrícola aparece apenas lateralmente. No quarto capítulo, a autora realiza uma contextualização dos primeiros anos de funcionamento da escola e seus aspectos legais.

> Escola de Iniciação Agrícola de Salinas foi criada por meio da intervenção do então deputado federal Dr. Clemente Medrado Fernandes, com base no Decreto Federal n.º 22.470, de 20 de janeiro de 1947 e nas disposições do Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946. O dia 02 de setembro de 1953 marcou o lançamento da "Pedra Fundamental" da Escola de Iniciação Agrícola de Salinas, dando início ao funcionamento de suas aulas no dia 1º de março de 1956, inaugurando, assim, o primeiro ano letivo da referida escola (Mineiro, 2017, p. 98-99).

Nesse capítulo, também encontramos o uso de fotografias, contudo, são apresentadas de modo ilustrativo sem qualquer problematização. Fontes orais (produzidas a partir de entrevistas) e demais documentos depositados nos arquivos administrativos completam o rol dos documentos utilizados.

No mesmo repositório, a busca pelo descritor "Escola Agrotécnica" encontrou seis resultados de trabalhos que não se aproximam do recorte temático da nossa pesquisa. Os trabalhos ou estão fora do recorte cronológico proposto ou apresentam apenas resultados de aplicação de intervenção pedagógica em turmas/*campi* de Institutos Federais de Educação criados a partir das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, especialmente as dissertações de Mestrados Profissionais, como salientado anteriormente e, desse modo, não se enquadram na revisão de literatura proposta para esta pesquisa.

O descritor "Ensino Agrícola" resultou em uma significativa quantidade de trabalhos na base pesquisada. Dos últimos cinco

anos, 43 resultados foram listados, embora em sua maioria tratassem de pesquisas que não estavam inseridas em uma linha temática da História da Educação e, por isso, foram descartadas da nossa análise, restando 10 trabalhos aqui analisados.

O trabalho de Ceccon (2017) focalizou o ensino agrícola em Minas Gerais a partir da criação e da trajetória das escolas técnicas dos municípios de Muzambinho, Machado e Inconfidentes até a incorporação ao Instituto Federal do Sul de Minas.

O autor recupera o momento de criação de cada escola. Assim, sabemos que a Escola Agrotécnica de Muzambinho foi iniciada em 1948, tendo sua criação já organizada a partir da Lei orgânica do ensino agrícola. A inauguração, em 1953, contou com a participação do presidente da República, Getúlio Vargas. Em Machado, a Escola de Iniciação Agrícola foi inaugurada em 1957.

No município de Inconfidentes, a história do ensino agrícola começou bem antes, com a criação do Patronato Agrícola Visconde de Mauá pelo Decreto nº 12.983 de 28 de fevereiro de 1918[2]. Sem maiores aprofundamentos ou problematizações, o autor assim apresenta a trajetória da escola:

> Estabelecimento, que através dos tempos se transformou em: Aprendizado, Escola de Iniciação Agrícola, Escola Agrícola, Ginásio Agrícola, Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – EAFI e atualmente campus Inconfidentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, mostrando que o município de Inconfidentes nasceu junto com a escola, fazendo com que a identidade da escola se confunde [sic] à identidade do município, a escola vem atender as necessidades da região (Ceccon, 2017, p. 44).

[2] "Os patronatos agrícolas, previstos no decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, tinham a finalidade de oferecer a instrução primária e cívica, além de noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária, aos menores 'desvalidos'. De acordo com este ato, tais estruturas seriam subordinadas aos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outras repartições do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio [...] Em 1934, o Decreto nº 24.115, de 12 de abril, transformou os patronatos em aprendizados agrícolas". (Patronato de menores, 2021). Importante ressaltar que o Patronato Agrícola de Maruípe estava vinculado à Diretoria de Agricultura, Terras e Obras, órgão vinculado à administração estadual.

Percebemos aqui a característica que apresenta as experiências de ensino agrícola de um mesmo estabelecimento como etapas evolutivas ou necessárias. Visão teleológica que parte da experiência do presente, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008, e que incorporaram, em muitos estados, antigas instituições federais de ensino. O autor destaca ao longo da pesquisa a importância do ensino agrícola como mitigador dos problemas ambientais da região. Dessa forma, as escolas agrícolas cumpriram, segundo ele, importante papel social e econômico na região.

A tese de doutoramento de Bergamaschi (2017) discorre sobre a trajetória da Escola Agrícola de Barbacena entre 1933 e 1964. A partir da análise da instituição, a autora traça um panorama das discussões travadas no âmbito nacional e a centralidade do ensino para a modernização do campo. Pela pesquisa de espectro mais amplo, possível em um trabalho dessa natureza, as fontes elencadas foram numerosas e variadas, com destaque para a organização do acervo histórico escolar.

O trabalho de Bergamaschi aproxima-se dos objetivos da nossa pesquisa. A autora buscou no estudo do funcionamento da instituição quatro objetivos específicos:

> [...] discutir as ações voltadas ao ensino agrícola empreendidas pelo Ministério da Agricultura no contexto da discussão das concepções de "rural" e "urbano" em circulação e embate nos anos 1930 e 1940; descrever o processo de estruturação da Escola Agrícola de Barbacena como escola média de agricultura e de seu reconhecimento como padrão nacional dessa modalidade de ensino entre 1933 e 1946; *averiguar o processo de alteração para Escola Agrotécnica em 1947 e suas implicações no contexto das políticas desenvolvimentistas, considerando um conjunto de informações sobre a vida escolar que inclui, entre outros, o perfil dos alunos e professores, as atividades desenvolvidas, o currículo e os saberes transmitidos; e, finalmente, compreender o programa elaborado e posto em execução pela Comissão Brasileiro-Americana de Assistência às populações rurais (CBAR),* no interior da Escola Agrotécnica de Barbacena, no contexto das ações extensionistas empreendidas pela pasta da Agricultura (Bergamaschi, 2017, p. 20-1, grifo nosso).

A autora investigou as práticas da instituição, salientando o processo de mudança ocasionado pela lei orgânica do ensino agrícola a partir de 1947. Destacam-se as ações extensionistas desenvolvidas pela escola em consonância com as políticas e parcerias do Ministério da Agricultura a partir dos anos 1940.

Em relação à metodologia e fontes documentais, a autora aponta para a preocupação em manter e organizar arquivos escolares, tendo realizado trabalho de organização, higienização e catalogação de fontes na instituição objeto da pesquisa (Bergamaschi, 2017). Julgamos importante no processo da pesquisa com fontes escolares a oportunidade de buscar uma organização dos documentos e uma sensibilização das instituições depositárias para a possibilidade de investigações futuras, bem como a promoção da memória escolar a partir desses arquivos.

A tese de doutoramento apresentada por Pereira (2018) traz o tema dos patronatos agrícolas novamente, instituições criadas na Primeira República com um caráter assistencialista e corretivo para a infância desvalida. No referido trabalho, a autora analisa a trajetória do Patronato Agrícola Visconde da Graça, fundado em 1923, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Ao apresentar um recorte temporal ampliado, Pereira buscou realizar uma etnografia do público-alvo dessa instituição e suas mutações ao longo do tempo.

Destacamos também o enfoque dado à prática de internato, modalidade que caracterizava a permanência dos menores nos patronatos e que foi mantida pelos aprendizados agrícolas como estratégia de retirar, segundo os resultados da pesquisa, os menores das ruas. Na experiência do ensino agrícola no Espírito Santo, ressaltamos que o Patronato Agrícola de Maruípe cumpriu a mesma função a partir de 1933.

Alves (2019) focaliza a cultura política nacional e o ensino agrícola no período da Primeira República. O autor discorre sobre as políticas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e a

Sociedade Nacional de Agricultura, em paralelo com a trajetória de duas instituições de ensino: Horto da Penha e a Fazenda Santa Mônica, situados no estado do Rio de Janeiro, e do Aprendizado Agrícola de Barbacena em Minas Gerais.

Em muitos aspectos, o trabalho de Alves (2019) se aproxima de Bergamaschi (2017), incluindo o objeto de pesquisa que focaliza a trajetória institucional do Aprendizado Agrícola de Barbacena. O período da Primeira República viu nascerem diferentes projetos para a modernização do meio rural brasileiro e todos eles passavam pelo ensino agrícola em diferentes níveis, como propõem os trabalhos desses pesquisadores.

Lucas (2021), em sua dissertação de mestrado, busca analisar e compreender as ações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na expansão das escolas profissionais agrícolas, industriais e comerciais entre 1909 e 1930. No que tange às escolas agrícolas, identifica a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária, criada pelo Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, como o modelo para as demais. Destaca-se, no trabalho, a referência ao método indiciário (Ginzburg, 1989) como metodologia para análise das fontes.

O trabalho de Lucas (2021) recorta como objeto de investigação as experiências de ensino agrícola nas primeiras décadas do século XX. Concordamos com a necessidade da pesquisa que ora realizamos em buscar uma compreensão do objeto a partir de um levantamento das experiências, exitosas ou frustradas, de implementação do ensino agrícola no território capixaba.

Santos (2021), em tese de doutoramento, investigou a difusão do ensino agrícola no Pará entre 1909 e 1921. O intervalo da pesquisa compreendeu desde a criação do Campo de Agricultura Experimental até a consolidação das atividades da Escola de Agronomia do Pará. Na série de trabalhos analisados até esse momento, ele também está inserido em uma história das instituições de ensino. Os campos de demonstração ou fazendas experimentais foram

criados por iniciativa do Ministério da Agricultura ou dos governos estaduais. Deveriam estar na vanguarda das técnicas e equipamentos agrícolas e servir de polo irradiador de novas práticas para os agricultores.

A leitura da tese de Santos (2021) permite situar na mesma categoria as experiências testadas em iniciativas como a Fazenda Modelo Sapucaia, criada no governo de Jerônimo Monteiro entre 1908 e 1912 (Conde, 2022) e a Fazenda Experimental que funcionou entre 1937 e, possivelmente, 1940 nas instalações da antiga Fazenda Pagani em São João de Petrópolis, município de Santa Teresa (Livro de ocorrências, 1937). Essas experiências capixabas serão tratadas no próximo capítulo.

O trabalho de Pereira (2021) apresenta como objeto a transformação do Patronato, instituições, como já sinalizado, voltadas para "menores desvalidos" ou infratores, para Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, situado em município do mesmo nome no Rio Grande do Sul.

Com uma abordagem que privilegia a História Social da Infância, o autor analisou o perfil dos estudantes, observando as mudanças e permanências na medida em que a instituição modificava o seu papel social. Vale destacar que, nos anos 1930, os patronatos foram transformados em aprendizados visando reduzir seu caráter assistencial em favor da "formação de trabalhadores para o campo" (Pereira, 2021, p. 15).

Aproximamos-nos aqui do trabalho de Pereira (2018) em relação ao objeto e aos aspectos teórico-metodológicos. O autor buscou elaborar uma etnografia capaz de evidenciar sujeitos e práticas naquele espaço de internação/aprendizado. Finalizamos assim a relação de trabalhos selecionados a partir do descritor "Ensino Agrícola", que se mostrou o mais profícuo no retorno das buscas na BDTD.

As pesquisas de Bergamaschi (2017), Alves (2019) e Pereira (2018) mostram a diversidade de abordagens a partir das práticas de

ensino agrícola experimentadas no Brasil na primeira metade do último século. Destacando sempre a legislação normativa que acompanha a criação, extinção e transformação dos estabelecimentos de ensino no período. A área de Educação prevalece em relação às demais, embora trabalhos importantes e que dialogam com a pesquisa que ora desenvolvemos tenham sido encontradoss nas áreas de História e Ciências Sociais.

Verificamos, por fim, que todos os trabalhos se valeram de arquivos escolares depositados por acúmulo ao longo da história administrativa dessas instituições. Contudo, apenas Bergamaschi (2017) buscou situar as fontes e problematizá-las a partir do objeto pesquisado. Com esse levantamento, verificamos que a problematização acerca da preservação e organização das fontes escolares, ações essenciais ao trabalho de historiadores e historiadoras da educação, não ocupa espaço na construção dos objetos das pesquisas arroladas. Passemos à análise dos artigos em periódicos.

A *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) é um periódico da Sociedade Brasileira de História da Educação. Criada em 2001, seus artigos podem ser acessados on-line. Estando a pesquisa em desenvolvimento situada no âmbito da História da Educação, situamos nossa revisão de literatura também em periódicos especializados. Foram submetidos os mesmos descritores, em buscas combinadas. Foram encontrados sete artigos, sendo apenas quatro situados em recorte temporal e/ou temático mais próximo do nosso.

Molina e Jacomeli (2016) analisam o cenário anterior à criação da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em 1901, no interior de São Paulo. Os autores destacam, na primeira parte do artigo, a mobilização da elite paulista, nas duas últimas décadas do século XIX, para dotar a província, depois estado, de instituições de ensino agrícola que visassem à modernização do campo.

> No contexto histórico de transição do século XIX para o XX, observa-se que, no cenário nacional, o estado de São Paulo se destacava no investimento de infraestrutura na educação rural, nas pesquisas agronômicas e na extensão desses conhecimentos à comunidade ruralista (Molina; Jacomeli, 2016, p. 199).

O projeto paulista seguia influências norte-americanas e europeias. O próprio Luiz de Queiroz teve sua formação superior realizada na Europa. Molina e Jacomeli (2016, p. 201) destacam, como objetivos da instituição nascente, "[...] formar jovens preocupados em transformar a propriedade pelo gerenciamento, ou seja, a escola seria formadora de administradores de fazendas, de especialistas na contabilidade e de vigilantes (capatazia) dos braçais no campo". A ESALQ serviu de modelo a muitas instituições que seriam criadas ao longo da primeira metade do século XX no Brasil.

Para os autores, estava presente naquele projeto esse modelo de como o campo deveria ser desenvolvido no Brasil.

> Assim, parte da elite agrícola paulista, em sua inclusão ruralista, começou, por meio da iniciativa privada e, do Estado, a construção de uma escola agrícola destinada a acabar com os tradicionais rotineiros na produção. Essa instituição deveria colaborar para a disseminação dos conhecimentos científicos entre os produtores de visão arcaica, o que seria feito pelos agentes da 'modernização' agrícola: os agrônomos especialmente formados. Esses profissionais, técnicos agrônomos, forjados na escola agrícola prática, seriam propagadores das 'luzes' no sistema produtivo imerso no 'obscurantismo' dos tempos coloniais (Molina; Jacomeli, 2016, p. 202).

A ESALQ formou sua primeira turma em 1903 e viveu seus primeiros anos com dificuldades financeiras. Após apontar que os cursos de Agronomia criados entre 1877 e 1936 fracassaram em sua maioria, Molina e Jacomeli afirmam que:

> [...] em decorrência da dinâmica da agricultura nacional na transição dos séculos XIX para o XX, baseada fundamentalmente no latifúndio, na monocultura de exportação, na exploração predatória dos trabalhadores (escravos, ex-escravos e imigrantes pobres), na abundância de terras novas e férteis e no descaso pelo manejo e conservação do solo, 'não eram necessários' investimentos em educação agrícola com

> a finalidade de uma modernização capitalista nacional e autônoma. A rotina e os métodos arcaicos coloniais eram suficientes para enriquecer as classes ruralistas nacionais e seus parceiros internacionais (Molina; Jacomeli, 2016, p. 212).

Os autores finalizam o artigo apontando o que parece uma contradição nessa tentativa de modernização. Sobre a afirmação de que não eram necessários os investimentos na educação agrícola, compreendemos, de modo divergente dos autores, que diversas tentativas foram feitas ao longo da Primeira República, visando a modernização do campo com a criação de instituições para formação de agrônomos, ou para trabalhadores braçais.

O artigo de Nery (2017) vai em direção oposta às conclusões de Molina e Jacomeli (2016). O autor inicia destacando as iniciativas que buscavam refletir sobre a situação da agricultura no Brasil desde meados do século XIX, relativizando os estudos que afirmam que nossa intelectualidade fixava-se exclusivamente no bacharelismo e humanidades (Nery, 2017). Na virada do século, os agrônomos estavam empenhados em construir um campo no qual poderiam atuar para a propagação de suas ideias para modernização da atividade agrícola no Brasil.

O autor avança analisando a criação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1897:

> Em um regime republicano ainda em gestação, a SNA aproveitou os 'vazios' de atuação deixados pelo poder público para exercer sua liderança em questões relacionadas ao setor agropecuário. Dessa forma, procurou ganhar espaço junto à sociedade, nomeadamente dos grandes latifundiários, fortalecendo assim a sua atuação (Nery, 2017, p. 180).

Em 1901, a SNA realizou o seu primeiro congresso. Dentre as demandas que foram discutidas e apresentadas ao governo republicano, o autor destaca a criação de um Ministério da Agricultura para interlocução direta entre o governo central e os interesses dos latifundiários e também a criação de " [...] uma rede escolar que formasse trabalhadores com capacidade técnica para promover a

modernização agrícola" (Nery, 2017, p.180). Desse modo, a SNA organizava-se para influenciar e mesmo dirigir as ações que implicavam a agricultura nacional. Em 1906, o Estado brasileiro criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

> A criação do MAIC representou a participação do Estado na difusão de um discurso científico sustentado nas ciências agrícolas. Esse ministério adotou as ideias positivistas de utilização da ciência aplicada como uma das formas de conduzir à superação dos problemas enfrentados pela agricultura brasileira (Nery, 2017, p. 186).

Além das características ideológicas que vão permear o novo Ministério, Nery (2017) também aponta para as disputas que ocorreram na SNA entre paulistas e elites agrárias de outros estados. O modelo de desenvolvimento do campo que tinha lugar na ESALQ, era afastado por uma visão, dentro da SNA, de que deveria haver diversificação na produção agrícola do país. Essas disputas ocorreram dentro do Estado brasileiro tendo o próprio ministério como palco. Foi nesse contexto que podemos observar "[...] a construção de instituições agrícolas que funcionassem como civilizadoras do campo, visando, sobretudo, a formação de uma nova mão de obra agrícola que respondesse aos anseios modernizadores de uma parcela da elite agrária brasileira" (NERY, 2017, p. 194). Dessas disputas resultou o Decreto nº 8.319, de 1910, primeira regulamentação do ensino agrícola no período republicano.

Passando à análise do artigo de Azevedo (2017), o autor investigou as "reuniões gerais" como dispositivos pedagógicos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) entre 1928 e 1951. A trajetória institucional da ESAV será requerida na medida em que visualizarmos a sua influência nas atividades da Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo.

Azevedo (2017) situa a criação da ESAV no contexto do que se convencionou chamar de "ruralismo brasileiro", um movimento de consolidação das demandas do agronegócio a partir dos interesses latifundiários e das ações do Estado.

> A ESAV foi concebida pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1921, nos moldes dos *land grand colleges* norte-americanos, para ministrar um ensino essencialmente prático, fundamentado no ensino, na experimentação e na extensão. Inaugurada em 1926 pelo seu mentor, o então presidente da República Arthur Bernardes (1922-1926), iniciou seu funcionamento em agosto de 1927. Baseada no regime de internato, no ensino de tempo integral, com ênfase na disciplina e na formação profissional calcada no 'aprender fazendo', essa escola, composta de estudantes jovens e adultos, constituiu uma das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico que ainda vigia na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros da época, apresentando características que a filiam ao movimento da escola nova (Azevedo, 2017, p. 119, grifo no original).

A ESAV serviu, declaradamente, de modelo para diversas ações na Escola Prática de Agricultura, sendo inclusive destino de muitos agrônomos formados na instituição. O artigo analisa o papel da ESAV no seu contexto de criação, aproximando-se do nosso objeto em relação às ações realizadas pela Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa, que buscavam levar a comunidade para dentro da instituição — reuniões com lavradores, semanas temáticas, exposições etc. Azevedo (2017) também discute rapidamente o papel da SNA na instalação dessa instituição.

Em relação às reuniões pedagógicas, o autor avança no artigo salientando sua importância como dispositivo pedagógico que influía na criação de uma identidade institucional. Segundo ele,

> [...] a adoção das 'reuniões gerais' como um recurso pedagógico importante na Escola, tornando-se um meio de inculcação do habitus institucional e uma estratégia de formação moral, cívica e intelectual dos alunos. As reuniões eram realizadas no salão nobre do edifício principal, com a participação do diretor, dos professores e dos alunos. Cada participante, após assistir à primeira delas, passava a ter seu assento fixo, o que facilitava o registro e o controle de frequência, obrigatória (Azevedo, 2017, p. 128).

Desse modo, o autor conclui que as reuniões gerais contribuíram para o projeto de educação integral que se materializava na transmissão de valores morais, de civismo e higienistas. Também serviram como um sistema disciplinar de saber e poder que, sem

abandonar a formação técnico-profissional, influíam na formação moral de estudantes, técnicos administrativos e professores (Azevedo, 2017).

No último artigo, Silva (2021) discorre sobre as propostas educacionais do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais em 1903. O objetivo principal do evento foi buscar soluções para a crise pela qual passava o campo desde os anos 1890. A autora recorreu aos periódicos *Minas Geraes*, *O Paiz* e *Correio Paulistano,* que repercutiram o Congresso em suas páginas.

Em relação ao ensino agrícola, a autora mostra de que modo o tema foi discutido no Congresso. A comissão preparatória elaborou teses temáticas que serviriam para direcionar as discussões dentre essas teses:

> [...] duas evocavam diretamente o ensino. Uma delas demandava um 'plano de ensino prático para a indústria de laticínios'; outra perguntava se havia 'urgente necessidade promover o ensino profissional' e 'quais os meios de resolver praticamente este problema, de modo a tornar mais rápido o desenvolvimento industrial do estado'. A temática educacional aparece no Congresso, além disso, nas teses cujos objetos eram relacionados aos debates educacionais do período, tais como a repressão a vadiagem, o estabelecimento de colônias correcionais e a organização das relações de trabalho; e nas teses que poderiam ser respondidas com demandas por educação e ensino profissional [...] (Silva, 2021, p. 3).

Em paralelo com Azevedo (2017), observa-se como a temática do ensino agrícola permeava as discussões sobre crise e modernização do campo no Brasil. No Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, das treze comissões temáticas, a educação esteve presente em seis (Silva, 2021). A autora identificou e analisou parte dessas discussões ao longo da investigação proposta no artigo, tratando também das questões em torno da necessidade de crédito e modernização da atividade agrícola. Em síntese, restou evidente no Congresso o consenso,

> [...] entre as 'classes produtoras' de Minas Gerais quanto à necessidade de um ensino profissional que atendesse à racionalização e ao aumento da produtividade, indicando sua preocupação tanto com o ensino oferecido aos trabalhadores, quanto com a formação dos 'produtores' e de um segmento dotado de competência técnica e científica para conduzir e administrar as diversas atividades produtivas (Silva, 2021, p. 20).

Os produtores participantes do Congresso demonstraram, assim, suas demandas para que o governo estadual pudesse tomar as providências necessárias. Silva (2021) encerra seu texto chamando a atenção para a difícil tarefa que se seguiu na primeira metade do século XX para que diferentes anseios da classe de proprietários rurais fossem homogeneizados pelas políticas do Estado.

A Revista *HISTEDBR* surgiu a partir do grupo de estudos "História, Sociedade e Educação no Brasil" sediado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Trouxemos a revista para esse levantamento por acolher trabalhos que privilegiam um amplo aspecto da História da Educação no Brasil.

Bezerra e Costa (2019) analisam em seu artigo as estratégias adotadas para o controle da "infância desvalida" no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, entre os anos de 1950 e 1960. Dentre as propostas que as autoras identificaram para a promoção desse projeto estava a criação de um Patronato Agrícola. Vale destacar que essas instituições, em nível federal, foram extintas ou transformadas em aprendizados agrícolas a partir de 1934.

Para a realização desse projeto, diferentes atores sociais se mobilizaram: a Igreja Católica, o poder judiciário e associações da sociedade civil. O Patronato foi instalado em uma antiga fazenda para onde as crianças eram levadas em regime de internato. Bezerra e Costa concluem que,

> [...] o Patronato São Bento surgiu como um espaço de atendimento da demanda urbano-social da cidade de Duque de Caxias, no território do segundo distrito, com características rurais ainda, ou seja, retirou da cena da cidade os meninos que eram a evidência da desigualdade gerada pela sociedade capitalista, da má sorte da infância pobre no

> Brasil. Tudo isso associado a ideia de criminalização dessa infância pobre e classificada como abandonada para que, através do trabalho, pudesse se tornar útil para a sociedade (Bezerra; Costa, 2019, p.16).

O artigo em análise evidencia que o ensino agrícola permaneceu, mesmo após o fim dos patronatos federais, como uma estratégia de controle social disponível para lidar com frações da população marginalizada, inclusive desconsiderando os objetivos centrais na criação de instituições agrícolas ao demandar para esses espaços indivíduos "recolhidos" no espaço urbano.

O trabalho de Monteiro e Brazil (2019) traz um precioso inventário para o estado de conhecimento dos trabalhos produzidos entre 2000 e 2018 no âmbito da História das Instituições Escolares, recortando aqueles que tiveram por objeto de estudo os Patronatos de Menores. As autoras destacam que essas "[...] foram instituições escolares difundidas em vários estados brasileiros no início da República e ao longo do século XX, e que, em sua origem se destinavam a instruir crianças pobres, menores abandonados e delinquentes" (Monteiro; Brazil, 2019, p. 3). Incluímos o artigo nessa revisão pelo caráter de levantamento sistemático que, por si só, realiza uma revisão de literatura das produções acadêmicas sobre o tema.

Para esse levantamento foram pesquisadas diversas bases e repositórios de teses e dissertações, bem como periódicos científicos da área de História da Educação, o que resultou na análise de 22 trabalhos publicados no período. As autoras procederam a leitura analítica dos trabalhos, organizando-os em quadros-resumos. As autoras concluem que,

> [...] a análise empreendida neste estudo apontou que, embora as pesquisas no campo da História das Instituições Escolares tenham se solidificado e aumentado significativamente nas últimas décadas, o número de trabalhos que investigam os Patronatos de Menores ainda é exíguo (Monteiro; Brazil, 2019, p. 19).

Mesmo trabalhando com apenas um tipo de instituição escolar no Brasil, os Patronatos, o número reduzido de pesquisas apontadas no estado de conhecimento realizados por Monteiro e Brazil, indicam um vasto campo para pesquisas sobre instituições escolares – história, memórias, sujeitos e práticas – a ser descortinado.

Por fim, Medeiros Neta e Lucas (2021), em artigo recente, elaboraram um panorama acerca do ensino agrícola no Rio Grande do Norte entre 1910 e 1967. As balizas temporais marcam a criação do Plano Geral do Ensino Agronômico, já citado anteriormente no seu marco legal, e a transferência do sistema de ensino agrícola do âmbito do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura.

Os autores avaliam os aspectos jurídicos normativos e sua materialização nas ações que tiveram lugar no território potiguar, como o estabelecimento da Escola de Agricultura e Criação, do Campo de demonstração de Macaíba, da Escola Agrícola de Jundiaí, a realização de cursos ambulantes, o Curso de Especialização para o Serviço do Algodão, as Semanas Ruralistas e os cursos e palestras ministrados nas visitas da Inspetoria Agrícola no estado.

Destacamos que Medeiros Neta e Lucas (2021) fazem alusão ao paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) como método para interpretar as fontes, não raro escassas, da História da Educação Profissional (aqui incluído o ensino agrícola) no Brasil. Na revisão de literatura empreendida por nós até aqui, referências aos aspectos teórico-metodológicos da micro-história italiana foram esparsas. Percebemos que os trabalhos arrolados se ancoram em diversas outras abordagens, afastando-se, na quase totalidade, da proposta de relação entre micro e macro que se materializa na narrativa dos historiadores. O artigo possui um caráter panorâmico, sendo uma porta de entrada para futuras pesquisas sobre as instituições e práticas escolares no Rio Grande do Norte.

O periódico *Cardernos de História da Educação*, vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, foi criado em

2002 e privilegia estudos em História da Educação desdobrando-se nos seguintes subtemas: História das Instituições Escolares, História das Disciplinas Escolares, História do Pensamento Educacional, Imprensa e História da Educação, Historiografia da Educação etc.. Mais uma vez foram selecionados os resultados de artigos publicados nos últimos cinco anos que apresentam temática aproximada do objeto dessa pesquisa.

O trabalho de Ribeiro, Souza e Araújo (2017) analisa a criação e práticas escolares do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, na cidade de Uberaba, Minas Gerais. Os autores salientam que o

> [...] artigo tem o objetivo de oferecer elementos para a compreensão do processo histórico que favoreceu a disseminação de instituições educativas de caráter técnico, voltadas para as práticas agrícolas em Minas Gerais e no Brasil no início do século XX (Ribeiro; Souza; Araújo, 2017, p. 336).

O objetivo declarado situa o artigo em relação a outras produções arroladas até aqui. A investigação das instituições de ensino agrícola funciona como estudos de caso que, ora buscam generalizar as práticas empreendidas em determinados contextos, ora propõem um estudo microscópico e, no caso de teses e dissertações, de maior envergadura documental. Acerca da criação dos Aprendizados Agrícolas, os autores destacam que tal ação

> [...] traduzia o projeto das elites que visava o desenvolvimento da economia por meio da educação e tencionava solucionar o problema da mão de obra da lavoura, que demandava um aproveitamento mais racional da terra, o uso de novas técnicas e ferramentas mais modernas (Ribeiro; Souza; Araújo, 2017, p. 337).

O Aprendizado Agrícola Borges Sampaio foi criado em 1914. Nos relatórios do presidente de estado, havia uma seção específica para tratar do ensino agrícola. A pesquisa destaca a dotação orçamentária ao longo dos anos, evidenciando que o Executivo Estadual, mantenedor da instituição, provia os recursos para o funcionamento do Aprendizado. Esses não eram, contudo, sempre

suficientes, como demonstrado pela crítica na imprensa a situação das instalações físicas em 1928 (Ribeiro; Souza; Araújo, 2017, p. 344).

Ao coligir fontes oficiais com a imprensa periódica à época, o trabalho constrói uma dimensão em relação ao oficial e a certa opinião pública que nos permite inferir sobre a avaliação de diferentes sujeitos em relação ao objeto estudado. Dito de outro modo, fontes oficiais e não oficiais tensionam e contribuem para nosso entendimento desses processos e práticas educacionais.

Luchese (2019) analisa em seu artigo o período de governo do intendente Celeste Gobbato, imigrante italiano, na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. O interesse reside em avaliar suas intervenções no campo da educação. Busca-se "[...] evidenciar as estratégias colocadas em jogo para a promoção da escolarização no período de sua gestão que intentou expandir a oferta, aumentar a frequência e melhorar o ensino rural" (Luchese, 2019, p. 46).

Em relação ao ensino agrícola, Gobbato criou um Patronato nos moldes do que fora estabelecido pelo Decreto nº 12.893 de 28 de fevereiro de 1918, que autorizava a criação de patronatos agrícolas pelo Ministério da Agricultura e ao Decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919 que deu nova organização a essas instituições (Luchese, 2019).

Luchesi (2019) utiliza documentos institucionais, dentre eles fotografias, construindo um percurso analítico que converge para questões que não foram respondidas no presente artigo, mas indicam problemas de pesquisa instigantes: "Quais as culturas vividas no interior dessa instituição? Como eram ensinados? Que práticas e que saberes eram privilegiados? Tinham contato com os familiares? Em que momentos?" (Luchese, 2019, p. 64). Compreendemos as indagações como frutíferos pontos de partida para pesquisas futuras.

Por fim, Ricciopo e Gatti (2021) analisam a trajetória da Escola de Economia Doméstica de Uberaba, Minas Gerais, no período entre 1953 e 1963. Este artigo se insere nas pesquisas que buscam

compreender a escolarização feminina e os papeis de gênero reforçados pela educação formal no contexto histórico do trabalho. A escola ofertava, dentre outros, o curso de Economia Rural Doméstica com duração de dois anos.

Antes de avançar, justificamos a manutenção desse artigo, fora do recorte temporal proposto, para evidenciar que as questões de gênero ligadas ao ensino não aparecem nos trabalhos cujo recorte vai até a metade do século XX e que foram objeto de investigação nessa revisão de literatura. Os cursos de economia doméstica ganharam impulso a partir dos anos 1950. Somente a partir desse período os trabalhos de pesquisa passam a analisar o lugar das meninas e mulheres no ensino agrícola.

Após discorrer sobre os aspectos curriculares e transformações que ocorreram no estabelecimento de ensino por força de normativas legais, as autoras avaliam que,

> Ao abordar a criação e os primeiros tempos da Escola de Economia Doméstica na cidade de Uberaba (Minas Gerais, Brasil) percebe-se a importância que essa instituição teve no processo de escolarização feminina nesta cidade na região circundante. Alinhada a conjuntura de uma época, na qual a moral e os bons costumes estavam em pauta e o processo de modernização da cidade impunha-se, houve esforços na direção da formação mais elaborada para as mulheres, conjugando civismo e preceitos católicos (Ricciopo; Gatti, 2019, p. 189).

As escolas de Aprendizes Agrícolas e Patronatos foram, na primeira metade do século XX, espaços de escolarização majoritariamente masculina. Desse modo, investigar e compreender a criação dos cursos de Economia Doméstica, especialmente o curso voltado para as práticas do mundo rural, e suas práticas abrem espaço para analisar também os papeis de gênero e os discursos que conformavam os espaços femininos naqueles contextos.

A revisão de literatura aqui empreendida foi importante para situar a investigação em um quadro ampliado de interesse acadêmico que busca compreender sujeitos e práticas do ensino agrícola no Brasil. Ao ampliar o recorte temporal para além do nosso objeto

compreendemos a construção normativa a partir do Decreto nº 8.319 de 1910 que criou modelos institucionais e modalidades de ensino em nível federal sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Aprendizados, patronatos, escolas de iniciação agrícola, escolas superiores de agricultura, campos de demonstração ou experimentais, em todas essas iniciativas compreendemos a existência de currículos, práticas de ensino e sujeitos.

Dessa forma, essa breve revisão construiu um panorama que, a partir do nosso referencial teórico-metodológico, nos direcionará desde a Escola Prática de Agricultura no Espírito Santo para compreender o ensino agrícola ali praticado.

1.2 Operação historiográfica

O historiador francês Marc Bloch ensina que "[...] nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento [...]" (Bloch, 2001, p. 60). Partindo dessa premissa, a pesquisa apresentada ancora-se na compreensão das práticas e sujeitos agindo na e sobre a instituição de ensino agrícola Escola Prática de Agricultura, no recorte temporal que vai da sua criação, em 1940, até 1948, quando se torna a Escola Agrotécnica do Espírito Santo.

Situamos o objeto deste livro no campo da micro-história italiana, destacando os trabalhos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Buscamos nessa abordagem epistemológica olhar para o particular. No recorte micro, buscam-se colocar perguntas gerais, sem generalizar as respostas. A história a partir de um pequeno e recortado objeto de estudo: uma escola, no interior do Espírito Santo, voltada para o ensino profissional técnico agrícola na década de 1940. Para Giovanni Levi, a micro-história "[...] parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas 'locais'" (Levi, 2019, p. 20). Interessa-nos saber em que pontos a norma que prescreve as ações e as práticas cotidianas se aproximam e distanciam.

Aproximamo-nos dos pressupostos teóricos e metodológicos da micro-história a partir de três eixos, destacados por Simões e Faria Filho (2012): as implicações entre o verdadeiro, o falso e o fictício na elaboração da narrativa histórica; as possibilidades do paradigma indiciário e a leitura à contrapelo das fontes.

No ofício do historiador que faz ciência, também se torna imperioso questionar documentos, observar o não-dito. Para Carlo Ginzburg "[...] supondo-se que a história seja científica, ainda assim seria preciso pintá-la como Elstir pintava o mar, ao revés" (Ginzburg, 2001, p. 41). Segundo Ginzburg, os historiadores têm como ofício "[...] destrinchar o entrelaçamento do verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo" em busca daquilo que é "verossímil" (Ginzburg, 2007, p. 14). Alcançamos esse objetivo através da crítica das fontes, aquilo que o autor chama de "provas" e que nos assemelha ao juiz. Embora não busquemos ao final do percurso o estabelecimento de uma sentença, nosso trabalho percorre caminhos similares (Ginzburg, 2002, p. 44).

O estudo das fontes também deve ser feito levando em consideração que foram produzidas em um tempo diferente do nosso, irremediavelmente perdido e, por completo, inacessível, a não ser pela operação historiográfica que, a partir de indícios fragmentados, nos permitem recompor parcialmente a tessitura de tempos passados (GINZBURG, 2001). Ponderamos ainda que "[...] todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem que uma sociedade deixa de si [...]" (Ginzburg, 2002, p. 43).

Propomos que nosso percurso investigativo esteja ancorado na proposição do "paradigma indiciário", perseguindo os "vestígios" que nos levem à compreensão de processos e práticas (Ginzburg, 2007). Ginzburg (2007) indica ainda que todo o percurso analítico deve ser explicitado e deve estar visível na medida em que a narrativa, produto da operação historiográfica, é materializada.

Na interpretação das fontes documentais, é necessária uma postura metodológica que proceda à realização de uma leitura "às avessas". Essa postura busca ir "[...] contra a intenção de quem as produziu, a atenção às entrelinhas dos documentos pesquisados e aos seus respectivos contextos de produção, o mergulho nas fendas dos textos" (Simões; Faria Filho, 2012, p. 34).

Na mesma direção, Ginzburg (2007) aponta, em diálogo com o filósofo Walter Benjamin, sobre a possibilidade de leitura à contrapelo, o que "[...] significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados" (Ginzburg, 2007, p. 11). No estudo apresentado, valemo-nos de fontes sempre oficiais, produzidas no arcabouço administrativo legal. Faz-se necessário que "[...] Para ver as coisas devemos, primeiramente, olhá-las como se não tivessem nenhum sentido: como se fossem uma adivinha" (Ginzburg, 2001, p. 22). Mergulhar com fôlego longo e nesse estado ter uma atitude de "[...] Compreender menos, ser ingênuo, espantar-se [...]", porquanto "[...] são reações que podem nos levar a enxergar mais, a apreender algo mais profundo, mais próximo da natureza" (Ginzburg, 2001, p. 29).

A partir daí, produzir as fontes e analisá-las com este estranhamento torna-se "[...] um meio para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda da realidade [...]" (Ginzburg, 2001, p. 36). Para Ginzburg, esse exercício da desconfiança revela-se "[...] um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos) [...]" (Ginzburg, 2001, p. 41). Destacamos, por fim, que as questões não podem ser colocadas *a priori,* estando a análise das fontes sujeitas a suscitar novas questões ao longo do processo investigativo (Simões; Faria Filho, 2012).

1.3 A constituição do corpus documental: o Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa

Em 2016, uma comissão formada por professores e técnicos administrativos foi designada para reunir o acervo de interesse histórico do *Campus* Santa Teresa, unidade do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Naquele momento, o trabalho foi concentrado na reunião de fotografias e objetos tridimensionais que se encontravam espalhados por vários setores e algumas fotografias chegaram a ser digitalizadas para oferecer maior acesso ao público interessado. Integrantes dessa comissão auxiliaram na elaboração do Programa de Extensão Núcleo de Memória, a partir do segundo semestre de 2017.

A criação do Núcleo de Memória justificou-se pela identificação da necessidade de salvaguarda e promoção da memória escolar de uma instituição com mais de oito décadas no estado do Espírito Santo. O ensino agrícola tem uma longa história na educação brasileira e a instituição produziu farta documentação sobre esse processo desde a criação da Escola Prática de Agricultura, em 1940. Havia, entre servidores, ex-alunos e pessoas da comunidade, um compartilhamento de experiências ligadas à escola que justificavam a criação de um espaço de memória, mas que foi direcionado para o tratamento e salvaguarda dos documentos institucionais.

Na criação desse Programa de Extensão, a escola foi compreendida como um "lugar de memória" – memórias que podem se perder no turbilhão do tempo e no apagamento dos suportes materiais.

Entre os seus objetivos, o Programa visou a preservação e a promoção das memórias, não apenas por meio dos vestígios materiais. Compreendendo a escola como "lugar de memória", é importante levar em conta os relatos orais, compreendidos aqui como um "Recurso para trazer à tona uma parte esquecida ou silenciada da história e da memória das instituições escolares [...]"

(Fernandes, 2011, p.12). O autor aponta ainda, a partir das suas experiências, que:

> Dentro da dinâmica da memória escolar e da produção dos documentos orais, foi possível compreender que através das memórias individuais se constrói a social, nas diferenças, nos conflitos, na heterogeneidade. Portanto, na cultura escolar percebida através da memória social, os membros ou os grupos de uma comunidade são favorecidos pelo sentimento de pertencimento, constantemente renovado, à medida que se apreende em conjunto com a reflexão sobre o passado vivido (Fernandes, 2011, p. 12);

O Núcleo de Memória constitui, dessa forma, um lugar privilegiado para esta investigação, por ser um espaço de salvaguarda documental e de promoção de memórias nos mais diversificados suportes materiais – desde documentos da rotina escolar, documentos pessoais, fotografias, objetos tridimensionais, patrimônio edificado, até a coleta de relatos e depoimentos de pessoas que em algum momento de sua vida estiveram relacionadas à instituição de ensino.

Para a elaboração do Programa de Extensão Núcleo de Memória, foi realizado um levantamento da situação do acervo documental que estava localizado no laboratório do setor de zootecnia. A documentação foi transferida para esse espaço em 2013, quando se iniciou uma grande reforma no prédio administrativo da instituição. Segundo relatos de servidores envolvidos nessa ação, a documentação estava guardada em uma sala do prédio cujo acesso era feito por uma porta lateral externa. Naquele momento não havia nenhuma ação para armazenamento e gestão da documentação que servia à administração escolar, sendo a transferência bastante prejudicial à integridade de muitos documentos.

Identificou-se que o acervo era frequentemente consultado para busca de documentos que interessam a administração corrente. Não foi aplicado a essa documentação ao longo dos anos nenhum mecanismo de gestão documental a fim de realizar-se

rotineiramente descarte de documentos seguindo tabelas de temporalidade.

A comissão anterior já havia realizado um trabalho de separação das fotografias que foram encontradas junto a essa documentação. Foram recolhidas também fotografias em outros setores da escola e todo esse material permanece arquivado na Biblioteca do campus. O estado de conservação da maior parte desse conjunto é relativamente bom. Em relação às fotografias, contudo, não havia nenhuma ferramenta de catalogação ou correto acondicionamento.

A coleção de fotografias do Núcleo de Memória revela-se importante fonte de possibilidades para a pesquisa em desenvolvimento. Maria Eliza Linhares Borges salienta que,

> [...] cada vez mais valorizada e frequentada por pesquisadores e analistas da cultura, a produção fotográfica, de ontem e de hoje, muitas vezes motivada por uma intrincada rede de interesses materiais e simbólicos, legou-nos uma enorme massa documental (Borges, 2011, p. 87).

Para Fernanda Souza da Silva, o trabalho dedicado à preservação de fotografias em acervos documentais desenvolveu-se de maneira acelerada nos últimos anos. A autora salienta ainda o valor documental da fotografia como fonte para a pesquisa histórica (Silva, 2013). Pode-se ressaltar que o conjunto de fotografias colecionado ao longo do tempo de vida da instituição caracteriza-se

> [...] como produto de transações tanto de caráter burocrático quanto de cunho sociocultural mais amplo, [de modo que] os documentos fotográficos num contexto institucional são efetivamente criados por uma vontade, para cumprirem um determinado objetivo [...] (Schwartz, 1995 *apud* Silva, 2013, p. 42).

Dessa forma, interessava-nos compreender o valor documental desse acervo e, para isso, foi imprescindível proceder à sua organização e inventário, que, no caso da constituição do Núcleo de Memória, buscou a integração desses conjuntos documentais.

A investigação proposta surgiu a partir desse processo de organização documental. Havia uma sucessão de pastas, livros, fotografias, documentos de estudantes e servidores que nos inquietavam sobre como a instituição surgiu e se desenvolveu ao longo dos anos.

Figura 1.1 - Materiais do laboratório de zootecnia misturados aos documentos



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017.

Figura 1.2 - Caixas de arquivo e documentos empilhados sobre bancadas



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017.

A situação da documentação expressa nas Figuras 1.1 e 1.2 demonstrou a necessidade de tratamento adequado sob o risco de que rapidamente informações sobre a história da instituição fossem perdidas. Nesse ambiente os documentos estavam sob ação direta de poeira, umidade e insetos.

As primeiras ações para o tratamento da documentação acondicionada no laboratório de zootecnia envolveram uma prévia reorganização do material em caixas de papelão para facilitar o transporte para um ambiente adequado. Aproximadamente 70% dos documentos foram transferidos para a sede do Núcleo de Memória, onde ocorrem os trabalhos de separação, higienização mecânica e acondicionamento. A transferência da documentação foi importante para um melhor diagnóstico quanto ao estado de conservação e para o redimensionamento do tamanho do acervo.

No processo, identificamos que documentos sofreram a ação de insetos e roedores. A umidade também foi responsável pela danificação e destruição de alguns documentos encontrados nessa etapa de separação. Atualmente, parte da documentação ainda se encontra no antigo local, porém reorganizada para eliminar ou amenizar os fatores de deterioração.

Figura 1.3 - Livro completamente danificado pela ação de insetos xilófagos (cupins)



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018.

A preservação e a conservação de documentos exigem o conhecimento sobre os fatores de deterioração que os atingem. São riscos de naturezas e causas diversas, os quais acarretam imperfeições que podem levar à destruição total do documento. Assim, a identificação dessas deteriorações auxiliou na determinação das diretrizes a serem seguidas para a realização de ações corretivas quanto à conservação, bem como na adoção de medidas ideais de prevenção contra futuros danos.

Figura 1.4 - Limpeza mecânica dos documentos



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 1.5 – Organização do acervo na antiga casa dos diretores



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Ao longo desse processo, foram realizadas reuniões de planejamento da equipe técnica e aquisição dos itens necessários à execução das ações, tais como: separação e higienização da documentação plana; inventário do acervo; acondicionamento do acervo em local adequado buscando seguir os padrões vigentes; criação de uma ferramenta de busca (catálogo) para promoção e acesso de pesquisadores e comunidade interessada.

Após o processo de higienização, a documentação foi organizada em caixas plásticas de polionda dispostas em prateleiras metálicas. Os materiais de acondicionamento são os itens de proteção mais próximos aos documentos, formando uma barreira contra poluentes, luz, temperatura, umidade relativa, ataque biológico e manuseio. Cada situação requer uma análise e depende diretamente das condições em que se apresenta o documento.

Os agentes envolvidos nesse processo de organização receberam capacitação a partir do estudo de bibliografia especializada no tema. Historiadores, bibliotecários, arquivistas e estudantes bolsistas conduziram as atividades nos anos de 2018 e 2019. Todo o trabalho foi realizado na antiga casa dos diretores, área central do *campus*, local que abriga o acervo atualmente.

Para fins de organização do acervo, optou-se por criar oito fundos para orientar o inventário e a catalogação da documentação. Utilizando o princípio da proveniência, os fundos foram divididos a partir da história administrativa da instituição (Cook, 2017).

Quadro 1.2: Fundos arquivísticos do Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa

FUNDOS	PERÌODO
Escola Prática de Agricultura	1940-1948
Escola Agrotécnica do Espírito Santo	1948-1956
Escola Agrotécnica de Santa Teresa	1956-1964
Colégio Agrícola de Santa Teresa	1964-1979
Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - Fase I	1979-1993
Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - Fase II	1993-2008
Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa	2008-presente
Cooperativa Escola	1945-2006

Fonte: Núcleo de Memória (2019).

Dessa forma, o Núcleo de Memória do Ifes - Campus Santa Teresa preserva e promove a memória escolar, mas também a da comunidade local e a memória científica ligada ao ensino agrícola no Espírito Santo. Documentos como as listas de estudantes matriculados estão disponíveis para pesquisa acadêmica e trazem uma série de informações sobre a composição social, étnica, etária e demais características dos estudantes que frequentaram a instituição.

1.4 Fontes para a História do Ensino Profissional Agrícola

A História da Educação no Brasil serviu-se de manuais fortemente influenciados pela "matriz azevediana", que se consolidou após os anos 1940 (Carvalho, 2012). O lugar destacado conferido às fontes - sem se distanciar da necessidade de uma postura crítica frente aos documentos - e as novas perspectivas trazidas pela Nova História, a partir dos anos 1980, transformaram arquivos escolares em um *lócus* privilegiado para compreender processos e evidenciar sujeitos e práticas, muitas delas em dissonância com o que fora predito nos manuais acadêmicos (Magalhães, 2004).

Figura 1.6 - Organização física do Fundo "Escola Prática de Agricultura"



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Listamos, a seguir, os documentos que serão utilizados na pesquisa. Foram visitados o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), a Biblioteca Central da UFES e o Núcleo de Memória do *Campus* Santa Teresa. Em bases on-line foram pesquisadas a Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional), o Centro de Memória da Universidade Federal de Viçosa e a Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Leis e decretos nacionais foram pesquisados nos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (todos foram incluídos na Bibliografia). Algumas figuras listadas são de autoria própria, integrantes do acervo pessoal do pesquisador. Por fim, entre acervos privados foram coletados e digitalizados documentos listados ao longo do trabalho.

Optamos por apresentar as fontes principais em quadros por instituição de guarda, iniciando pelo maior volume que se encontra no Núcleo de Memória do *Campus* Santa Teresa, conforme listadas no Quadro 1.3.

Quadro 1.3: Documentos do Núcleo de Memória do campus Santa Teresa - Fundo Escola Prática de Agricultura (1940-1948)

TIPO	DATA	DESCRIÇÃO
Relatório	s/d	Relatório de bens materiais (utensílios, ferramentas, livros, enfermaria etc.)
Relatório	s/d	Relatório de visitas técnicas (contém fotografias)
Livro	1937-1940	Livro de Ocorrências da "Fazenda de Sementes"
Relatório	1940-1986	Dados estatísticos da instituição
Livro de Registro	1941-1975	Livro de Registro Geral de Diplomas e Certificados
Fichas	1948-1972	Relação de assinantes do jornal "O Cultivador"
Pasta	1947-1963	Legislação, normativas, portarias e correspondências
Pasta	1944-1956	Leis e Diretrizes para o funcionamento do Ensino Agrícola
Telegramas	1940-1950	Telegramas e comprovantes de depósitos
Pasta	1942-1948	Comprovantes de empréstimos (animais, ferramentas etc.)
Fotografias	1942-1952	Coleção de fotografias diversas (em processo de organização e descrição)
Correspondências	1941-1944	Correspondências recebidas
Correspondências	1945-1947	Correspondências recebidas
Relatório	1947-1949	Prestações de contas
Relatório	1946-1947	Atas e documentos da V e da VI Exposição de Milho do município de Santa Teresa
Correspondências	1942-1943	Correspondências expedidas
Correspondências	1943-1944	Correspondências expedidas
Correspondências	1941-1942	Correspondências expedidas
Relatório	1941-1942	Relação geral dos ex-alunos
Documentos	1943-1944	Documentos pessoais dos alunos da turma de 1943-1944
Relatório	1944-1945	Relatórios descritivos dos alunos das turmas de 1944-1945
Correspondência	1941-1942	Correspondências recebidas
Decreto	1940	Cópia do Decreto de criação da Escola Prática de Agricultura no Estado do Espírito Santo
Decreto	1941	Recorte de Decreto-lei nº 13.006/41, que institui prêmios para alunos que se destacassem
Correspondência	1941	Correspondências expedidas

Livreto	1941	"A Escola Prática de Agricultura fundada no governo do major João Punaro Bley"
Relatório	1942	1ª Exposição de Milho do Município de Santa Teresa
Correspondência	1942	Correspondências recebidas
Correspondência	1943	Correspondências recebidas
Prova	1944	Provas de Jardinocultura recolhidas por motivo de "cola"
Correspondência	1944	Pasta com correspondências expedidas
Relatório	1944	Ata e documentos da III Exposição de Milho do município de Santa Teresa
Ofício	1944	Oficio do Departamento do serviço público com a divisão do material para a Escola Prática de Agricultura
Pasta	1945	4ª Exposição de Milho do Município de Santa Teresa
Correspondências	1945	Correspondências expedidas
Carta	1945	Carta de ex-aluno
Requerimentos	1945	Pedidos de requerimentos diversos
Ofícios	1946	Pasta com ofícios expedidos
Relatório	1947	Relatório da 1ª Semana do Lavrador
Pasta	1947	Proposta Orçamentária para o exercício de 1947
Ofícios	1947	Pasta com ofícios recebidos
Relatório	1947	Relatório de material permanente
Correspondências	1947	Correspondências expedidas
Decreto	1947	Decreto nº 22.470/47 fixando a rede de estabelecimentos de Ensino Agrícola o território nacional
Ofício	1947	Ofícios expedidos
Correspondências	1947	Correspondências expedidas
Correspondências	1948	Correspondências expedidas
Relatório	1948	Relatório do departamento médico relacionado aos trabalhos realizados na 2ª Semana do Lavrador e na 2ª Semana Ruralista Feminina
Pasta	1948	Documentos referentes a 7ª exposição do milho do município de Santa Teresa
Pasta	1948	Documentos diversos da 2ª Semana do Lavrador e 2ª Semana Feminina Ruralista
Relatório	1948	Relação dos alunos aprovados, reprovados e de prova final
Periódico	1948	Jornal "O Cultivador", números 1 a 10

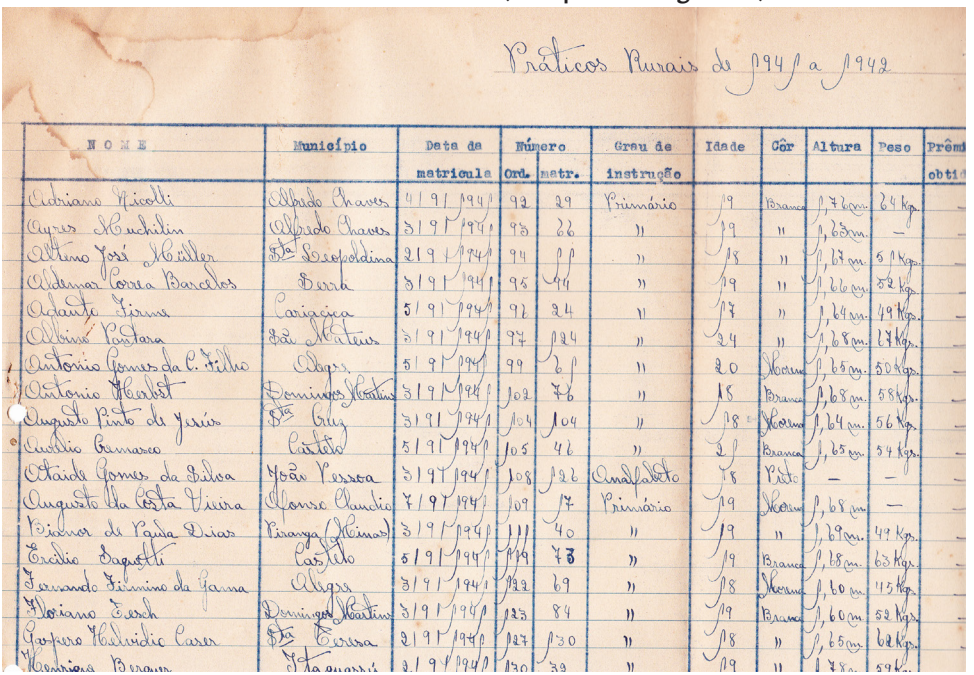
Portaria	1948	Instruções para matrícula nos estabelecimentos de Ensino Agrícola (Portaria 830/48)
Inventário	1949	Inventário de bens materiais
Pasta	1954	Dados do Colégio Agrícola de Santa Teresa (edifícios, obras, ampliações etc)
Pasta	1943	Recibos, solicitações e controles de pagamentos
Relatório	1948	Relatório do "Projeto C.B.A.R. – E21" (contém exemplares do jornal O Cultivador)
Memória	1949-1990	Memória descritiva dos anos de funcionamento da instituição
Pasta	1940-1950	Documentos cartoriais de compra e venda de terrenos que foram incorporados à Escola Prática de Agricultura (contém documentos de doação de terras do século XIX)
Pasta	1938-1951	Documentos cartoriais de compra e venda de terrenos que foram incorporados à Escola Prática de Agricultura (contém documentos de doação de terras do século XIX)
Livro	1941-1957	Controle de matrículas
Periódico	1948	Exemplar manuscrito do jornal "O Desafio"

Fonte: Inventário dos Fundos do Núcleo de Memória do Ifes - *Campus* Santa Teresa (Núcleo de Memória, 2019).

Os documentos que compõem o "Fundo Escola Prática de Agricultura" encontram-se em estado de conservação mais delicado. Os tipos documentais que o constituem caracterizam-se por: Livros de matrícula e controle diversos da rotina escolar; Correspondências expedidas e recebidas, que abrangem todo o período do fundo; Ofícios expedidos e recebidos; e pastas com documentos colecionados a partir de temas tais como: Semana do Lavrador, Exposição do Milho, Regularização de terras, Legislação, Inventários etc.[3]

[3] Em decorrência do volume de documentos arrolados no Fundo, optamos por descartar da análise as correspondências expedidas e documentos relacionados à aquisição de propriedades e regularização fundiária da Escola Prática de Agricultura.

Figura 1.7 – Detalhe da lista dos estudantes matriculados no curso de Prático Rural (ou Aprendiz Agrícola)



Práticos Rurais de 1941 a 1942

NOME	Município	Data da matrícula	Número Ord.	Número matr.	Grau de instrução	Idade	Côr	Altura	Peso	Prêmi obti
Adriano Nicolli	Alfredo Chaves	4/9/1941	92	29	Primário	19	Branca	1,71cm	64 Kg.	
Agnes Muchlein	Alfredo Chaves	3/9/1941	93	86	"	19	"	1,68m.	—	
Altino José Müller	Sta Leopoldina	2/9/1941	94	88	"	18	"	1,67 m.	61 Kg.	
Aldemar Correa Barcellos	Serra	3/9/1941	95	94	"	19	"	1,66 m.	52 Kg.	
Adante Lirma	Carapina	5/9/1941	96	24	"	17	"	1,64 m.	49 Kg.	
Alcino Pontara	Sta Mateus	5/9/1941	97	124	"	24	"	1,68 m.	67 Kg.	
Antonio Gomes da C. Filho	Alegre	5/9/1941	99	61	"	20	Morena	1,65 m.	50 Kg.	
Antonio Hackbart	Dominges Martins	3/9/1941	102	76	"	18	Branca	1,68 m.	58 Kg.	
Augusto Pinto de Jesus	Sta Cruz	3/9/1941	104	104	"	18	Morena	1,64 m.	56 Kg.	
Aurelio Bernasco	Castelo	5/9/1941	105	46	"	21	Branca	1,65 m.	54 Kg.	
Athaida Gomes da Silva	João Pessoa	3/9/1941	108	126	Analfabeto	18	Preta	—	—	
Augusto da Costa Vieira	Afonso Claudio	7/9/1941	109	17	Primário	19	Morena	1,68 m.	—	
Victor de Paula Dias	Pinanga (Minas)	3/9/1941	111	40	"	19	"	1,69 m.	49 Kg.	
Ercilio Dagnetto	Castelo	5/9/1941	119	73	"	19	Branca	1,68 m.	63 Kg.	
Fernando Firmino da Fonseca	Alegre	3/9/1941	122	69	"	18	Morena	1,60 m.	45 Kg.	
Floriano Esch	Dominges Martins	3/9/1941	123	84	"	19	Branca	1,60 m.	52 Kg.	
Gaspare Heliodiro Correa	Sta Teresa	2/9/1941	127	130	"	18	"	1,65 m.	62 Kg.	
Henrique Braun	Sta Isabel	3/9/1941	130	39	"	19	"	1,78 m.	59 Kg.	

Acervo Núcleo de Memória, 1942.

São raros os documentos iconográficos, destacando-se apenas algumas plantas baixas e croquis dos edifícios e terrenos que compõem a Escola. Passemos aos documentos que foram pesquisados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), conforme descritos no Quadro 1.4.

Quadro 1.4: Documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES

TIPO	DATA	DESCRIÇÃO
Revista de Educação	1934-1937	Números 3, 6, 7-8, 12, 14, 15, 22, 23-24, 25-28 e 30-31.
Mensagem de Governo	1928	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo e lida na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura Vitória, 1. set. 1928.
Livreto	1929	O ensino público no Espírito Santo: Entrevista concedida ao "Diário da Manhã" pelo Dr. Attilio Vivacqua – Secretário da Instrução.
Mensagem de Governo	1929	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura. Vitória, 7. set. 1929.
Mensagem de Governo	1930	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª sessão da 13ª Legislatura. Vitória, 22 set. 1930.
Relatório de Inspeção Escolar	1930	Relatório área agrícola de Vargem Alta (Vargem Grande) – Inspetor Olavo Rego.
Mensagem de Governo	1937	Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Espirito Santo, na 3ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura pelo Governador do Estado Capitão João Punaro Bley. Vitória, 1º jul. 1937.
Legislação	1941	Decreto-lei nº 13.054 – Orçamento da receita e da despesa para o exercício de 1942.
Legislação	1942	Decreto-lei nº 13.946 – Orçamento da receita e da despesa para o exercício de 1943.
Legislação	1943	Decreto-lei nº 15.143 – Aprova o orçamento geral do Estado para o exercício de 1944.
Legislação	1944	Decreto-lei nº 15.756 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1945.
Legislação	1947	Lei nº 24 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1948.
Mensagem de Governo	1948	Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em sua Sessão Ordinária de 1948 pelo Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Vitória 15 de março de 1948.
Mensagem de Governo	1949	Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em sua Sessão Ordinária de 1949 pelo Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Vitória, 15 de março de 1949.
Relatório	1951	Relatório da viagem ao município de Santa Teresa - Espírito Santo, CBAR.
Fotografia	1936	Inauguração do Pavilhão Mello Mattos do Patronato Agrícola de Maruípe em 1936.

Fonte: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html. Acesso em 20 de março de 2022.

Em pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, selecionamos importantes documentos que foram amplamente utilizados nesse trabalho: Legislação e atos normativos referentes ao Espírito Santo na primeira metade do século XX; Exemplares da Revista de Educação publicada na década de 1930; Relatórios e Mensagens de Governo. Destaque para livreto com entrevista concedida por Attilio Vivacqua em 1928 e a única fotografia de que dispomos do Patronato Agrícola de Maruípe.

Quadro 1.5: Documentos da Hemeroteca Digital Brasileira

PERIÓDICO	DATA	DESCRIÇÃO
Diário da Manhã	1910	Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado, ao congresso do E. Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura. Vitória, 1910.
Diário da Manhã	1910	Presidência do Estado. Atos Oficiais. Despachos de 23 de maio de 1910. Vitória, 1910.
Diário da Manhã	1911	Fazenda Modelo Sapucaia. Vitória, ano 6, n. 134, p. 02, 19 maio de 1911.
Diário da Manhã	1933	Escola de Agronomia do Espírito Santo. Vitória, ano 27, n. 2573, p. 2, 30 nov. 1933.
Diário da Manhã	1933	Instituto Agrícola de Maruípe. Vitória, ano 26, n. 3108, p. 1, 07 jan. 1933.
Diário da Manhã	1936	Instituto Agrícola de Maruype. Vitória, ano 29, n. 3235, p. 14, 16 jul. 1936.
Diário da Manhã	1936	Patronato de Menores. Vitória, ano 29, n. 3136, p. 1, 13 mar. 1936.
Folha Capichaba	1945	Denuncia o estado de abandono da Escola Prática de Agricultura. Vitória, 03 de setembro de 1945.
Folha Capichaba	1945	Denuncia o atraso no pagamento dos funcionários da cooperativa da Escola Prática de Agricultura. Vitória, 12 de setembro de 1945.
Folha Capichaba	1945	Publicação de carta aberta ao Diretor da Escola Prática de Agricultura relatando os atrasos de pagamento e dispensa de funcionários que ocorreram durante a gestão do diretor Dr. Sá e Benevides (assina Humberto Barreto). Vitória, 04 de outubro de 1945.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional mostrou-se fundamental a partir da leitura de números dos periódicos *Diário*

da Manhã e *Folha Capichaba*. Na ausência de documentação institucional, o cotejamento com fontes da imprensa periódica permitiu compreender os debates em torno do ensino agrícola no recorte temporal investigado (1910-1945).

Cabe destacar que a experiência do trabalho com acervos digitais ampliou significativamente o conjunto das fontes listadas para esta pesquisa. Contudo, a busca nos repositórios digitais fragmenta nossa relação com os documentos, uma vez que limita a leitura integral devido à pesquisa por palavras e expressões específicas. Essa constatação aplica-se aos documentos aqui analisados.

Quadro 1.6: Biblioteca Digital do IBGE.

TIPO	DATA	DESCRIÇÃO
Fotografia	s/d	Experiência do plantio de trigo, no Colégio Agrotécnico [sic] de Santa Teresa, localizado no distrito de São João de Petrópolis*
Fotografia	s/d	Colégio Agrícola de Santa Teresa (2)
Fotografia	s/d	Colégio Agrícola de Santa Teresa (3)
Fotografia	s/d	Vista panorâmica de Santa Teresa
Fotografia	s/d	Vista do Vale do Canaã a partir do início da descida por Santa Teresa
Livro	1939	Município de Santa Teresa: estatística, corografia e história
Fotografia	1952	Serra do Canaã (1)
Fotografia	1952	Serra do Canaã (2)
Fotografia	1952	Colégio Agrícola de Santa Teresa (1)

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html. * Embora sem data, todas as fotografias com essa indicação foram produzidas, seguramente, entre os anos 1940 e 1950.

A Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou-se essencial para a busca de fontes iconográficas que nos auxiliaram na compreensão dos espaços e da paisagem de Santa Teresa e do Espírito Santo.

Outras fontes localizadas e selecionadas para a análise incluem aquelas que integram o Centro de Memória da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Tratam-se de fontes iconográficas (9 fotografias) da Escola Prática de Agricultura. Esses documentos podem ser acessados on-line.[4]

[4] Os documentos podem ser acessados em: http://atom.ufv.br/index.php/santa-teresa-es. Acesso em 10 de setembro de 2021.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA

Antes de analisar os dispositivos normativos e o processo de implantação da Escola Prática de Agricultura, propomos recuperar o debate em nível federal e estadual acerca do ensino agrícola como modalidade de educação voltada a dotar os trabalhadores rurais de conhecimentos necessários tanto para seu progresso material quanto para o desenvolvimento econômico do país. Realizamos uma revisão das experiências de ensino agrícola no Espírito Santo durante a primeira metade do século XX, buscando compreender como essa escola se organizou em relação às iniciativas anteriores. Qual o lugar da EPA frente às instituições de ensino agrícola criadas no Brasil nesse período? Quais experiências no Espírito Santo antecedem a escola inaugurada em 1940? Por fim, como se deu o processo de implantação da EPA entre 1940 e 1948?

Neste capítulo, caracterizamos a região onde foi instalada a Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo. Atualmente, há uma forte identificação dos moradores com a escola. Buscaremos compreender o processo de construção desse território enquanto parte do município de Santa Teresa e, na sequência, estruturar uma narrativa capaz de evidenciar como se deu a construção dos prédios e o início do funcionamento da EPA na década de 1940.

2.1 A normatização do ensino agrícola no Brasil República

As experiências de ensino agrícola no Brasil, como afirma Nery (2009), contrapondo-se ao espaço dado a essa modalidade de ensino por Romanelli (2014) e Nagle (2001), não podem ser marginalizadas pela História da Educação.

Diversos autores (Mendonça, 1997; Rizzini, 2009; Molina e Jacomeli, 2016) analisaram os debates em torno da questão agrícola desde o período do Império (1822-1889) até a virada para o século XX. Não iremos tão distante no tempo e, por isso, iniciamos nosso percurso a partir dos debates em torno da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) – Decreto-Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, embora tenha passado a funcionar efetivamente apenas a partir de 1909 – e o papel da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) nesse processo. Nosso ponto de partida será o ano de 1910, com a publicação do decreto que normatizava o Plano Geral do Ensino Agronômico. Nosso olhar partirá do geral para o local no que tange aos modelos de organização do ensino agrícola no Brasil. Trata-se de um panorama que não perderá de vista – nem pretenderá explicar em detalhes – o surgimento da EPA, mas sim, situá-lo em um quadro mais amplo de políticas e ações de diferentes instituições brasileiras.

No fim do século XIX, a SNA emergiu como uma organização que buscava representar os interesses dos grandes proprietários rurais em todo o país país. Dentre suas finalidades estavam o fomento a novas associações de produtores, a criação de cooperativas e caixas de crédito agrícola, campos de demonstração (importantes para a pesquisa e produção de sementes) e, por fim, o estabelecimento das escolas práticas de agricultura (Mendonça, 1997). Salientamos que a nomenclatura dessas escolas apresenta uma grande variação no período.

O surgimento da SNA como uma entidade representativa de interesses de classe também sinaliza como esses grupos se organizaram para buscar junto ao Estado Republicano nascente o

atendimento de suas demandas. Vale citar ainda o "espírito de ilustração", à moda positivista, que penetrara nas ações desses sujeitos e que influía diretamente nos rumos que a jovem nação deveria trilhar (Mendonça, 1997). Na virada do século, segundo a autora, os agrônomos estavam empenhados em construir um campo a partir do qual poderiam atuar para a propagação de suas ideias visando à modernização da atividade agrícola no Brasil.

Em 1901, a SNA realizou seu primeiro congresso. Dentre as demandas que foram discutidas e apresentadas ao governo republicano, Nery (2017) destaca a criação de um Ministério da Agricultura para interlocução direta entre o governo central e os interesses dos latifundiários, e também a criação de "[...] uma rede escolar que formasse trabalhadores com capacidade técnica para promover a modernização agrícola" (Nery, 2017, p. 186). Desse modo, a SNA se organizou para influenciar e mesmo dirigir ações que implicavam nos rumos da agricultura nacional.

Além das características ideológicas que vão permear o novo ministério, o autor também aponta para as disputas que ocorreram na SNA entre paulistas e as elites agrárias de outros estados. O modelo de desenvolvimento do campo que teve lugar na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), fundada em 1901, era rejeitado por uma visão, dentro da SNA, de que deveria haver diversificação na produção agrícola do país. Essas disputas ocorreram dentro do Estado brasileiro, tendo o próprio Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio como palco.

Nesse contexto, observamos "[...] a construção de instituições agrícolas que funcionassem como civilizadoras do campo, visando, sobretudo, à formação de uma nova mão de obra agrícola que respondesse aos anseios modernizadores de uma parcela da elite agrária brasileira" (Nery, 2017, p. 194). Assim, localizamos na primeira década do século XX as disputas entre distintas frações da classe rural nacional que culminaram na criação de legislações reguladoras e instituições de ensino agrícola no país.

> As tensões entre a SNA e frações da elite agrária paulista culminaram no Decreto nº 8.319 de 1910 [...], a primeira regulamentação do ensino agrícola do período republicano, na qual constavam as seguintes divisões: ensino superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas (Nery, 2017, p. 195).

A historiadora Sonia Regina de Mendonça, ao analisar o diagnóstico da agricultura brasileira realizado por esses sujeitos nas primeiras décadas do século XX, afirma que ela poderia ser caracterizada pelo binômio "crise/atraso". Dentre as soluções apontadas pelo debate ruralista estavam a educação e a modernização para racionalizar a produção no campo (Mendonça, 1998, p. 83). A autora problematiza essas soluções, destacando o caráter autoritário dessa racionalização engendrada pelas oligarquias rurais, que atuavam como frações dominantes da classe produtiva nacional. Os atos normativos decorrentes desses debates visavam a uma educação que se limitava à disciplinarização da mão de obra via ensino (Mendonça, 1998, p. 89). Podemos sintetizar o argumento da autora, para quem a instrução do trabalhador do campo visava a:

> Agir sobre uma população tida como ignorante, ministrando-lhe *conhecimentos práticos a respeito do trato com a agricultura*, eis o sentido mais amplo atribuído à chamada instrução elementar agrícola no bojo desse debate. *Voltada para a construção de uma nova ética do trabalho, regeneradora e disciplinadora de homens inferiores*, ela distanciava-se do movimento de difusão do ensino primário obrigatório junto à massa analfabeta, que culminaria nos anos 1920 no denominado "otimismo pedagógico". A educação técnica profissionalizante seria sua tônica: *aprender, vendo ou fazendo, era o critério dessa moderna pedagogia* [...] (Mendonça, 1998, p. 90, grifo nosso).

Conhecimentos técnicos de agricultura voltados para as pessoas do campo que deveriam aprender fazendo: assim se resumia o projeto das escolas agrícolas que seriam instaladas no país. Cabe colocar, no entanto, outra questão: esse *ethos* delineado pelos debates da SNA e depois materializado nas ações do Minis-

tério da Agricultura, Indústria e Comércio manteve-se imutável ao longo do tempo, servindo de único modelo para as instituições? As experiências de ensino agrícola no Espírito Santo na primeira metade do século XX foram influenciadas por esses modelos? Buscaremos responder a essas questões nas páginas que seguem.

Ao analisarmos as instituições (SNA e MAIC), os debates e a legislação resultante, é possível identificar um "receituário" de como funcionavam as escolas agrícolas da época. No entanto, a realidade local muitas vezes se distanciava dessas prescrições, reinterpretando seus objetivos. Longe de adotar uma visão determinista, nosso propósito é contextualizar o cenário nacional para, então, examinar no âmbito local as convergências e divergências entre o planejado e o efetivamente realizado.

2.2 Debates sobre o ensino agrícola no Espírito Santo

Enrico Aurélio Ildebrando Ruschi, então diretor geral da Diretoria de Agricultura, Terras e Obras Públicas do Espírito Santo, encaminhou ao interventor federal, João Punaro Bley, uma exposição de motivos acompanhada de minuta de um decreto para a criação de uma Escola Prática de Agricultura. Era 1940 e o estado não dispunha de nenhuma escola naqueles moldes. Argumentava Ruschi, após uma longa lista de realizações do Executivo Estadual na área da agricultura, que não era possível naquele momento, nem desejável, enfatizava, a criação de uma Escola Superior de Agricultura (Espírito Santo, 1941, p. 11). Os motivos que inviabilizavam tal projeto permaneceram ocultos no texto, embora possamos aventar que fossem de ordem econômica, pois o diretor citou essas dificuldades em decorrência da “hecatombe europeia”, eufemismo para se referir à Segunda Guerra Mundial, que estava em curso e afetava, em diferentes graus, quase todo o globo.

Indaguemo-nos, contudo, sobre o longo período que vai dos debates na Sociedade Nacional de Agricultura e no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na virada do século XX até a

década de 1940: onde podemos encontrar o debate sobre a modernização do campo e a qualificação do trabalhador rural nesse intervalo? Quais experiências foram tentadas no Espírito Santo antes da Escola Prática de Agricultura?

Identificamos como uma experiência pioneira no Espírito Santo a tentativa de instalação de um aprendizado agrícola durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Acompanhamos o desenrolar desse projeto pelas páginas do *Diário da Manhã*. Em seu "Manifesto Inaugural", o governador já apontava que:

> Incumbe ao governo, pela fundação de *escolas tecnicas*, que não ministrem só o ensino classico, fazer desenvolver as qualidades praticas dos alunos, *habilitando-os e preparando-os para empreender logo um trabalho produtivo no terreno industrial, mercantil e agricola* (Monteiro, 1908, p. 1, grifo nosso)[5].

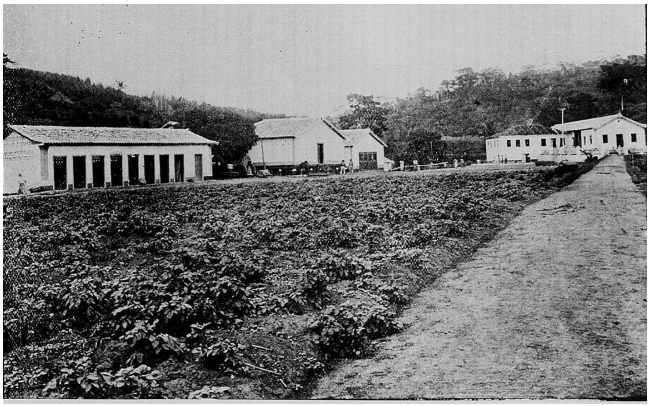
Vale salientar que no ano seguinte foi inaugurada em Vitória a Escola de Aprendizes e Artífices, iniciativa do governo federal sob a gestão do presidente Nilo Peçanha que criou estabelecimentos voltados às "artes industriais" em todas as capitais do país. Monteiro situava a igual importância na criação de escolas técnicas agrícolas. A iniciativa saiu do papel com a criação da Fazenda Modelo Sapucaia, na área rural do município de Cariacica.

> A fazenda modelo Sapucaia *deveria se ocupar do ensino agrícola*, além de funcionar como ponto de auxílio aos fazendeiros, seja por meio de demonstrações, assistência técnica ou do fornecimento de equipamentos. Nesse sentido, *como centro voltado ao ensino agrícola, a Fazenda Modelo Sapucaia receberia trabalhadores enviados por proprietários rurais a fim serem instruídos de modo prático quanto a técnicas e manuseio de equipamentos. Também ministraria instrução prática a moços interessados em se habilitar para a profissão de mestre de cultura*. Os interessados numa dessas vagas deveriam ter mais de 18 anos de idade, além de uma "conduta reconhecidamente morigerada", recebendo alimentação, transporte e residência em caso de reconhecida pobreza. *Após 10 meses de curso os jovens seriam submetidos a um exame prático e oral sobre as atividades desenvolvidas na fazenda* (Conde, 2022, p. 158, grifo nosso).

[5] Todas as grafias das fontes documentais foram mantidas conforme o original quando foram produzidas, não havendo, desse modo, atualização para o acordo ortográfico vigente.

Destacamos na descrição de Conde os aspectos que caracterizam na experiência da Fazenda Modelo as rotinas do ensino técnico agrícola que seria ministrado aos trabalhadores rurais. No decurso de quase um ano de atividades a aprovação nos exames os qualificariam como mestres de cultura, uma função na qual deveriam estar aptos a conhecer todos os procedimentos de funcionamento de uma propriedade rural e os aspectos de sua administração (Conde, 2022, p, 158). O modelo dos aprendizados agrícolas federais pode ser identificado na Fazenda Modelo Sapucaia[6].

Figura 2.1 - Instalações da Fazenda Modelo Sapucaia na área rural de Cariacica



Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1912. Autor desconhecido.

Combinando diferentes documentos (imprensa periódica e relatórios de governo) chega-se à conclusão que:

> A atuação da fazenda modelo como centro de treinamento de funcionários enviados por proprietários rurais e de capacitação de rapazes para o manuseio de novas técnicas e máquinas agrícolas não se confirmou na prática. Por outro lado, as experimentações (novas

[6] O Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, que dentre outras coisas organizava o ensino agrícola no Brasil, caracteriza os Aprendizados Agrícolas como instituições de ensino "exclusivamente prático", formando trabalhadores para "os diversos serviços da propriedade rural" em consonância com as "modernas práticas agronômicas", e recebendo preferencialmente "filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais" (Brasil, 1910).

> culturas, uso de equipamentos importados, técnicas inovadoras), pretendidas desde a implantação da fazenda, ocorriam constantemente, atraindo diversos fazendeiros interessados em conhecer essas novidades (Conde, 2022, p. 161).

No relatório apresentado pelo presidente do estado, Jerônimo Monteiro, ao final de sua gestão, ele esclarece que:

> [...] junto à fazenda foi também fundado um aprendizado agrícola, que não cheguei a organizar, como desejava, mas já presta mesmo assim bons serviços. Nele são admitidos meninos pobres, que se instruem e se preparam, gratuitamente, para a nobre e interessante carreira da agricultura (Monteiro, 1912, p. 8).

Podemos compreender aqui a experiência da Fazenda Modelo Sapucaia como um projeto incompleto na sua missão de ofertar ensino agrícola de modo regular e contínuo. Mas sua existência e a tentativa empreendida pelo Executivo Estadual apontam que o Espírito Santo não esteve descolado dos debates nacionais acerca do tema que ocorriam naquele momento.

> A fazenda modelo Sapucaia esteve entre os principais projetos do governo de Jerônimo Monteiro, que lançou mão de variadas estratégias para sua divulgação. *Reforçando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, legou sua gestão não ao órgão de instrução, mas sim à diretoria de agricultura. O objetivo era mostrar ao país e à opinião pública local um Espírito Santo que poderia ser moderno, civilizado, conforme os preceitos republicanos*. Mais do que isso, desejava tornar pujante e diversificada a produção agrícola capixaba, algo que passava pela instrução de proprietários e seus funcionários (Conde, 2022, p. 169, grifo nosso).

Concordamos com o autor que os ideais de civilização passavam pela racionalização do ensino. Conforme apontado, o caráter modelar da Fazenda Sapucaia deveria irradiar conhecimentos que pudessem melhorar a produção e a vida dos agricultores. Nos descaminhos da política a iniciativa não prosperou.

Malograda a experiência em fazer da Fazenda Modelo Sapucaia um estabelecimento que, dentre outras funções, pudesse abrigar um aprendizado agrícola, prosperaram no final da década seguinte os debates sobre a necessidade da reforma do ensino no

Espírito Santo, alimentados agora pelas ideias renovadoras da Escola Ativa.

Sebastião Pimentel Franco e Elezeare de Assis (Franco; Assis, 2015) avaliam que entre a reforma educacional de Jerônimo Monteiro e a seguinte, por Aristeu Borges de Aguiar, o movimento reformista da educação primária teria passado por um silenciamento. Inferimos que o mesmo teria ocorrido com as experiências de ensino agrícola. Passamos então a análise das ações empreendidas por Attilio Vivacqua, então na qualidade de secretário da Instrução Pública, entre 1928 e 1930.

No final dos anos 1920, Vivacqua elaborou uma proposta para a reforma da educação pública no Espírito Santo. Rosianny Berto (Berto, 2013) analisou as formulações do reformador a luz do movimento denominado "escola activa", que propunha ferramentas para modernizar o ensino naquele contexto no conjunto de transformações que chamamos de Escola Nova[7].

Em 1928, Attilio Vivacqua assumiu o cargo de secretário de Instrução Pública no governo de Aristeu Borges de Aguiar, dando início ao processo de reforma educacional.

> Ao final de 1928, a introdução da *escola activa* no Espírito Santo foi autorizada pela Lei nº 1.693, de 20 de dezembro. Por meio dessa lei, o governo recebia o aval de que carecia para fazer as transformações necessárias na instrução pública, dentro do ideário da nova Pedagogia. Estava inaugurada, assim, a reforma da instrução no Estado do Espírito Santo (Berto, 2013, p. 100, grifo do autor).

Franco e Assis (2015) destacam que o ideário da Escola Nova foi muito importante para as mudanças que ocorreram no ensino ao longo da década de 1920. Berto (2013), embora tenha dedicado sua atenção ao aspecto da formação de professores empreendida na

[7] Segundo Berto "[...] a *escola activa* teria a responsabilidade pela formação do homem novo de que o mundo carecia. Tem, dessa maneira, uma função ampla. Para o autor, a *escola activa* seria a orientação para a escola capaz de dar conta de todas as necessidades infantis, considerando os aspectos psicológicos da criança, seus interesses, a necessidade de produção da autonomia e da liberdade, a necessidade de envolvimento com o trabalho manual. A *escola activa* seria capaz de vencer a escola tradicional" (BERTO, 2013, p. 32).

reforma, aponta também outras áreas que mereceram atenção dos reformadores, dentre elas o ensino agrícola e seu programa junto às escolas rurais. A autora aponta que desde o

> [...] começo dos anos 1920, já se faziam reclamações sobre o "atraso" do ensino no Estado e sobre a necessidade de reformá-lo, tendo em vista a implantação de um ensino prático, para o qual se poderia buscar como modelo a escola rural de tipo americana, que ministra o ensino prático profissional e agrícola (Berto, 2013, p. 96).

Perseguindo o caminho indicado pelas fontes analisadas pela autora, passemos a perscrutar o modo como o ensino agrícola era apresentado nas propostas de modernização elencadas por Vivacqua durante o período em que esteve na condição de secretário da Instrução Pública.

O periódico *Diário da Manhã* publicou, em 1929, uma extensa entrevista na qual Vivacqua explicitava os principais pontos a serem enfrentados pela reforma educacional em curso. Nela, colhemos as intenções referentes ao ensino técnico profissional, inserido aí o ensino agrícola. Segundo ele

> [...] o Brasil carece do ensino do trabalho, formando-se trabalhadores aptos e capazes da sua grandeza. Temos lutado justamente contra a falta de operarios conscientes da sua profissão, de artifices tecnicamente aparelhados para o emprego produtivo da sua atividade [...]. *É pensamento do governo construir em alguns pontos do estado várias escolas modelo para o preparo profissional de operários e agricultores*. Não se pode, porém, atender de pronto as vultuosas despesas desses empreendimentos [...]. Quanto ao ensino da agricultura este ficará, por sua natureza, também afeito á Secretaria da Agricultura, a cuja frente temos o espírito organizador e brilhante de Ormando Aguiar. *Pretendemos começar com a fundação de aprendizados elementares agricolas, destinados a funcionar anexos a determinadas escolas rurais, com o fim de atrair a mocidade dos campos à atividade da terra [...].* Estamos escolhendo com muito cuidado a localização desses aprendizados. Pois é proposito situa-los nas zonas de mais ativa expansão agricola do Estado (Vivacqua, 1930, p. 14-17, grifo nosso).

Vivacqua expõe os pontos centrais de sua reforma no que tange ao ensino profissional voltado para a população do campo: a construção de aprendizados agrícolas situados nas áreas produtivas do estado. Não escondia as limitações de ordem econômica para a efetivação de tal empreendimento. No Relatório *Educação Brasileira: diretrizes e soluções do problema educacional no Espirito Santo,* ao discorrer sobre o ensino agrícola junto às escolas rurais, ele afirma que esse ensino era indissociável do papel dessas escolas, que constituíam a quase totalidade dos estabelecimentos de ensino no estado (Vivacqua, 1930).

O Espírito Santo, no contexto analisado, tinha na atividade agrícola sua principal fonte de sustentação econômica. A reforma em curso considerava o aspecto central das escolas rurais em promover conhecimentos úteis a essa população que vivia no campo. Para Vivacqua era necessário:

> [...] despertar na creança o amor e o interesse pelas cousas da natureza e pela vida da lavoura – fonte de nossa riqueza – e ministrar os conhecimentos indispensaveis dos principios e praticas, que regem a producção agricola no meio brasileiro, a par de noções essenciaes de hygiene rural (Vivacqua, 1930 *apud* Berto, 2013, p.140).

Desse modo, a escola rural deveria ser dotada de um programa curricular que levasse em consideração os aspectos da vida no campo e dotasse as crianças de conhecimentos úteis ao seu dia a dia. Ao tratar da criação de grêmios e clubes agrícolas, destaca o objetivo de "[...] formar uma mentalidade nova entre as crianças por meio do ensino agricola em campos annexos ás escolas ruraes" (O Ensino, 1930 *apud* Berto, 2013, p. 141). Na reforma do ensino, a educação primária dos indivíduos que residiam no interior do estado seria indissociável da sua realidade e da necessidade de atender aos anseios para o desenvolvimento socioeconômico. Segundo Berto (2013)

> [...] Com a intenção de expandir as possibilidades desse ensino, finalidades futuras previam a melhoria da economia capixaba com base na exploração do potencial rural. Attilio defendia a concessão de terras para a fundação de Escolas Agrícolas no Estado (Berto, 2013, p. 141).

Nos anos 1920, o Brasil já tinha diversas escolas agrícolas (distinguindo-se aprendizados e patronatos) em funcionamento. Entre 1912 e 1925, Nery (2009) listou entre quatro e oito Aprendizados Agrícolas Federais em funcionamento no país.

Os aprendizados eram voltados para os filhos de trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários rurais. Podemos inferir que este era o modelo de escolas agrícolas proposto por Vivacqua. Ele prossegue no relatório de 1930 afirmando que:

> A iniciativa do ensino agrícola, devidamente comprehendida, como foi, pelo povo, principalmente pelas populações ruraes, tem despertado um intenso movimento de sympathias e apoio, de que toda a imprensa do interior do Estado deu o mais expressivo reflexo. *Além disto, a escola rural urge converter-se num órgão intenso de acção mental e social da região a que servir. Bibliothecas, palestras, conferencias e outras actividades e organizações educativas deverão gyrar em torno della* (Vivacqua, 1930 *apud* Berto, 2013, p.142, grifo nosso).

O trecho acima, ao citar o acolhimento que as propostas teriam recebido das populações e imprensa do interior, indica o caráter amplo de um projeto que, para vingar e dar frutos precisaria de uma forte adesão de múltiplos atores no cenário capixaba. Apesar de certo otimismo presente na fala de Vivacqua, o relatório do inspetor-agrícola Olavo Rego, designado para acompanhar as escolas rurais, apresenta um cenário mais problemático.

> Devemos registrar de início a resistência oferecida pelo meio rural ao primeiro contato da realização. Desconhecendo em absoluto uma assistência dessa ordem, inaugurada no governo atual, é natural que assim suceda com o nosso homem do campo. *A rotina dominante e talvez o exclusivismo com que o nosso lavrador sempre amparou a cafeicultura determinam esse primeiro obstáculo.* Mesmo entre os elementos advindos e entre os descendentes de europeus a resistência é notável, crescendo à medida que nos afastamos dos centros urbanos (Rego, 1929, s/p, grifo nosso).

O inspetor sinaliza que o ensino agrícola concorria com a demanda de braços para a lavoura, especialmente a cafeeira, o que afastava os filhos dos lavradores da escola. Ao destacar que a resis-

tência se dava mesmo nas áreas de colonização europeia recente, a surpresa do inspetor sugere que, em decorrência da natureza da pequena propriedade e dos benefícios que o ensino agrícola poderia trazer, esperava-se maior acolhimento da proposta nessas regiões.

Na mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 22 de setembro de 1930, Borges de Aguiar resumia, sobre o tema, que "Está sendo iniciado o ensino agrícola junto às escolas rurais. Para este fim, foram cedidos vários campos, onde serão feitas demonstrações práticas de cultura [...]" (Espírito Santo, 1930, p. 85), seguida da relação de municípios nos quais os campos de demonstração foram instalados.[8]

A ação reformadora em curso, que teve em Attilio Vivacqua seu mentor intelectual, foi interrompida pelos eventos políticos de outubro de 1930, que levaram Getúlio Vargas ao poder central do país, fazendo com que o grupo político apoiador do governador Borges de Aguiar saísse de cena (Franco; Assis, 2015). Berto (2013) sinaliza que menções à *escola activa* desapareceram do debate público na década que se seguiu. Os vencedores da Revolução promoveram a descontinuidade das ações dos reformadores na educação capixaba, substituindo-as pelas suas próprias.

Nos anos 1930, as fontes disponíveis para o estudo da História da Educação no Espírito Santo mostram-se um limitador importante para a compreensão desse cenário. Entre o autoritarismo que marcou a Era Vargas (1930-1945), com o breve momento democrático entre 1934 e 1937, a ação dos interventores federais e a suspensão do poder legislativo concentraram no Executivo estadual todas as ações políticas com pouco ou nenhum espaço para a oposição e o contraditório. Os historiadores da educação muitas vezes seguem

[8] "Os campos de demonstração foram instituídos pelo decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, com a finalidade de divulgar conhecimentos práticos, visando ao aumento da produção agrícola. Previstos no decreto nº 7.556, de 16 de setembro de 1909, que criou o Serviço de Inspeção Agrícola, ao qual cabia sua fiscalização, os campos foram regulamentados no ano seguinte pelo ato que organizou o ensino agronômico. Suas atividades abrangiam o estudo das culturas locais, incluindo a análise das terras e de sua exploração mediante instrumentos aperfeiçoados, e a pesquisa de plantas e de animais úteis para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do país" (CAMARGO, 2020).

tênues rastros buscando tecer narrativas (Ginzburg, 1989) que produzam compreensão acerca dos sujeitos, práticas e instituições escolares no período.

Rafaelle Flaiman Lauff (2007) empreendeu importante pesquisa sobre a imprensa pedagógica no período, concentrando sua análise no periódico *Revista de Educação,* que circulou entre os anos de 1934 e 1937, vocalizando os sujeitos envolvidos na confecção das diretrizes e tomadas de decisões em relação à educação capixaba no período. Nossa intenção a seguir será analisar de que modo as escolas rurais e o ensino agrícola estavam inseridos nesse novo momento.

A pesquisadora identificou uma série de medidas reformistas no campo da educação que foram colocadas em prática durante a primeira interventoria de João Punaro Bley. No relatório de 1931, ele assim resumia a situação da instrução pública no Espírito Santo:

> Na plataforma, com que me apresentei aos sufragios eleitoraes, dizia eu que o problema do ensino constituiria uma das mais serias preocupações do governo; que para attendel-o, entretanto, não bastaria crear escolas onde não existissem ou fossem deficientes, ou aparelhá-las convenientemente. Mas que era preciso selecionar o professorado, velar pela efficiência dos métodos de ensino, fiscalizar e estimular o cumprimento do dever. *Acrescentava que ao lado do ensino primário, convinha instituirmos o ensino technico profissional e agrícola* e promover o desenvolvimento do escotismo, como verdadeira escola de civismo (Espírito Santo, 1931, *apud* Lauff, 2007, p. 36, grifo nosso).

Novamente, o tema do ensino agrícola estava destacado em um programa geral de ações do governo capixaba. Entre 1931 e 1934, uma série de decretos atualizou e/ou normatizou ações relacionadas à educação (Lauff, 2007).

Afastando-nos um pouco das fontes do Executivo, acompanhamos no periódico *Diário da Manhã* notícias acerca da instalação de uma Escola de Agronomia em 1933. Não localizamos outros documentos que pudessem avalizar as informações do jornal trazendo mais detalhes sobre o assunto, que logo desapareceu das

páginas nos meses seguintes (Escola de Agronomia do Espírito Santo, 1933, p. 2).

Na sequência, encontramos notícias acerca da inauguração do Instituto Agrícola de Maruípe, que funcionaria nas instalações da antiga Fazenda Maruípe, na cidade de Vitória. Somos informados pelo jornal que, nesse espaço, diferentes ações de ensino agrícola ocorreriam. De acordo com o *Diário da Manhã* (Instituto Agrícola de Maruípe, 1933), o instituto abrigaria três modalidades de ensino agrícola: Escola superior, Aprendizado e Patronato agrícola. A primeira voltada para a formação de agrônomos, a segunda para filhos de lavradores e a última visando à internação de menores infratores ou, na expressão da época, a "infância desvalida".

> Foi inaugurado ontem em Maruípe o Instituto Agrícola compreendendo o Patronato de Menores e a Escola Prática de Agricultura. [...] Em palestra com o Sr. Dr. Bemvindo de Novaes, diretor de Agricultura, ficamos sabendo que o *Instituto compreenderá o Patronato Agricola de Menores e a Escola Prática de Agricultura,* ficando reunidas administrativamente e fazendo parte da sua organização, as terras, as terras e instalações atuais da Fazenda Maruípe e Horto Florestal; que terá o *Patronato o regimen de internato, sendo o ensino gratuito e dividido em duas partes: agricola propriamente dito e primario.*
>
> *Terá a Escola Pratica de Agricultura o cunho mais pratico e demonstrativo possível, ministrando em seus cursos os conhecimentos necessarios á exploração racional da terra e a industria pastoril.*
>
> Esta o Instituto diretamente subordinado á Diretoria de Agricultura, Industria e Comercio. Mantera um Diretor que será um profissional, dois professores de agricultura e os professores primários que forem necessários. *Receberá os menores abandonados de acordo com o Codigo de Menores. O processo para internação deverá ser feito perante os juízes de direito das comarcas e encaminhadas ao juiz da 3ª vara da capital, para devido julgamento.* Está interinamente dirigindo o Instituto o Dr. Antonio Secundino S. José, tecnico de valor formado pela Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa [...] (Instituto Agrícola de Maruípe, 1933, p. 1, grifos nossos).

O longo relato de primeira página do *Diário da Manhã* é a única fonte até o momento para compreender a organização do Instituto Agrícola de Maruípe. Na inauguração, em 6 de janeiro de 1933, vemos a descrição do que parecem ser as instalações do Patronato

Agrícola, destinado a menores infratores cuja internação ficaria a cargo da Justiça.[9] O Aprendizado Agrícola é tratado como sinônimo de Escola Prática de Agricultura; ponderamos que não divergiriam na essência, como já apontado, sendo ambas destinadas à oferta de cursos de iniciação agrícola. A notícia não informa o decreto de criação do referido instituto ou mesmo do patronato e não relaciona a Escola Superior de Agricultura, tratada em matéria do *Diário da Manhã* de 5 de janeiro. O texto prossegue com uma descrição pormenorizada do espaço que, pela organização, supomos ser o destinado aos menores do Patronato Agrícola.

> Na parte superior do prédio temos o salão de honra, o gabinete do diretor, dois espaçosos e bem ventilados dormitórios com 15 camas cada um, 2 salas para aulas e uma outra sala para deposito de malas. Na parte terrea temos uma sala destinada á farmácia, que será instalada dentre breves dias, o almoxarifado, o refeitório, a dispensa, a cozinha e instalações sanitarias completas. Ha tambem nesse andar, como no superior, a instalação de filtros. Ao lado ha dez banheiros divididos por dez quartos.
> As salas de aula estão preparadas de acordo com as exigências pedagogicas. Bôas carteiras individuais em forma de poltronas, e fabricadas nesta cidade, foram distribuidas pelas tres salas. O refeitorio esta tambem otimamente preparado. Percorremos a dispensa e verificamos que os gêneros, que são de 1ª qualidade, acham-se guardados em caixões apropriados (Instituto Agrícola de Maruípe, 1933, P. 1).

A notícia dá ao leitor a certeza da "qualidade" das instalações. Contudo, vale salientar que, segundo Mendonça estabelecimentos dessa natureza evidenciam "[...] que a presença do Estado junto a esse contingente de mão de obra só seria viável a partir de ajustes entre os grupos no poder e jamais através daqueles que viriam a ser

[9] "Os patronatos agrícolas, previstos no Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, tinham a finalidade de oferecer a instrução primária e cívica, além de noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária, aos menores 'desvalidos'. De acordo com este ato, tais estruturas seriam subordinadas aos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outras repartições do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio [...] Em 1934, o decreto nº 24.115, de 12 de abril, transformou os patronatos em aprendizados agrícolas". (PATRONATO DE MENORES, 1936). Importante ressaltar que o Patronato Agrícola de Maruípe estava vinculado à Diretoria de Agricultura, Terras e Obras, órgão vinculado à administração estadual.

seus objetos" (Mendonça, 2005, p. 6). Os aspectos de coerção e controle são, portanto, evidentes.

Acompanhamos o *Diário da Manhã* ao longo de 1933 e não encontramos outras referências ao funcionamento da Escola Superior ou da Escola Prática. Permaneceram em funcionamento os serviços prestados pela Fazenda e Horto Florestal de Maruípe, a Secretaria de Agricultura e o Patronato de Menores. Em agosto daquele ano havia 16 menores internados (Secretaria da Agricultura, 1933, p. 4).

Sem maiores informações de relevo, mas sabendo do funcionamento da instituição, dispomos de documento fotográfico que registra a presença do governador Punaro Bley durante a inauguração de um novo pavilhão no Patronato Agrícola. Chamam-nos a atenção os meninos uniformizados à esquerda. O aspecto racial é visível (Figura 2.2) numa instituição que tinha por público-alvo menores infratores ou desvalidos.

No relatório elaborado pelo Poder Judiciário de 1937, publicado também no *Diário da Manhã* sob o título Boletim Judiciário, há uma série de críticas ao Patronato de Menores de Maruípe. É destacada a baixa qualidade do ensino agrícola ofertado; a ausência de um técnico capacitado para tal; a inexistência de oficinas para o desenvolvimento das habilidades dos menores; a ocupação dos mesmos alojamentos por indivíduos de diferentes idades; a vigilância precária, o que é atestado pelas constantes fugas durante a noite; a ausência de materiais, inclusive roupas; e as instalações sem condições mínimas de conforto e higiene (Boletim Judiciário, 1937, p. 3).

Figura 2.2 - Inauguração do Pavilhão Mello Mattos no Patronato Agrícola de Maruípe



Fonte: APEES (1936).

Parece-nos evidente o contraste entre as descrições desse espaço no momento de inauguração e sua situação após quatro anos de funcionamento. Não dispomos de documentos que nos permitam acompanhar o destino do Patronato após 1937, mas é possível afirmar que o projeto do Instituto Agrícola de Maruípe, assim como a Fazenda Modelo Sapucaia idealizada no governo de Jerônimo Monteiro, ficaram distantes do intento de ofertar ensino agrícola.

O objetivo era que as variadas modalidades pudessem atender às demandas de formação e desenvolvimento do campo naquele contexto. Vemos, desse modo, uma série de projetos interrompidos ou fracassados, recebidos sempre com entusiasmo pelos sujeitos políticos, mas que foram, no decorrer de pouco tempo, abandonados ou precariamente instalados. Ainda na década de 1930, temos outras iniciativas que merecem análise e que ajudam a compor esse retrato das ações e projetos que visavam debater a educação rural e o ensino agrícola no Espírito Santo.

A *Revista de Educação* estava vinculada ao Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo (órgão criado durante a reforma de Attilio Vivacqua). Dirigida aos professores, tinha como objetivo principal a divul-

gação de processos e métodos de ensino considerados mais modernos naquele momento (Lauff, 2007).

Foram analisados por Lauff (2007) os números publicados entre 1934 e 1937. Os artigos foram agrupados em quinze temas, tendo sido localizados em "Educação Rural" os textos referentes à educação rural: Clubes Agrícolas Escolares, escolas rurais, ensino técnico rural, e Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (LAUFF, 2007, p. 91). Em diálogo com o trabalho da autora, interessa-nos compreender em que dimensões a educação rural em debate nos anos 1930 se aproxima do ensino técnico agrícola que seria proposto com a inauguração da Escola Prática de Agricultura nos anos 1940.

Para análise do conteúdo dos artigos com temática rural/agrícola, passamos à leitura diretamente nos números da *Revista de Educação*. Para isso, consultamos os exemplares depositados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e no Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Quadro 2.1 - Artigos com temática Educação Rural publicados pela Revista de Educação.

TÌTULO	AUTOR	ANO	MÊS	Nº	PÁGINAS
Os Clubes Agrícolas Escolares	RIBEIRO	1935	mar	12	1-2
Princípios e fins dos Clubes Agrícolas Escolares	SAMPAIO	1935	mar	12	9
Clubes Agrícolas Escolares	-	1935	mar	12	38-44
Clube Agrícola Escolar	-	1936	mar	22	29-35
Os Clubes Agrícolas Escolares	PASSOS	1936	jul-ago	23-24	26-33
Plano para o ensino das ciências naturais. Para as escolas primarias onde existe Clube Agrícola	KOLODI	1936	jul-ago	23-24	67-69
Valor do Clube Agrícola	FAGUNDES	1936	jul-ago	23-24	70-74
Clubes Agrícolas Escolares	CEC	1934	jun	3	52-55
Sociedade dos Amigos Alberto Torres	FBCAE	1936	mar	22	53-81
Aos Clubs Agrícolas Estaduais	FBCAE	1936	set-dez	25-28	71-74
Congresso de Educação Rural	RIBEIRO	1936	set-dez	25-28	1-2
A segunda semana ruralista	-	1934	set	6	29-31
Contribuição da Escola Regional, para o melhoramento do habitat rural	SAAT	1934	out-nov	7-8	9-26
Plano de Ensino da geografia e da história na escola rural	PASSOS	1935	mai	14	64-75
Universidade Nacional de ensino técnico rural	VIDAL	1935	jun-jul	15	2-16
Em marcha para a civilização rural. Discurso pronunciado pela Sra. Francisca Rodrigues, na Assembleia Legislativa de São Paulo, na sessão de 21 de agosto de 1935	RODRIGUES	1936	jul-ago	23	52-64
O México e sua educação rural	RAMIREZ	1936	set-dez	25-28	8-12
Educação Rural	CRUZ	1936	set-dez	25-28	45-51
Educação Rural campanha contra as saúvas	MARTINS & AUTUORI	1936	set-dez	25-28	52-56
Congresso de Ensino Rural. A política de ruralização	FREITAS	1937	jun-jul	30-31	6-8
A casa do povo	-	1937	Jun-jul	30-31	1-5

Fontes: *Revista de Educação* (1934, 1935, 1936 e 1937).

Listamos 21 artigos agrupados com a temática "Educação Rural" a partir da organização proposta por Lauff (2007). Os textos publicados na *Revista de Educação* evidenciam que a temática ocupava espaço importante nas discussões empreendidas pelos intelectuais capixabas envolvidos no processo de modernização da educação naquele momento. Não se trata de uma novidade, visto que os debates e as ações vinham ocorrendo, como viemos demonstrando, desde o governo de Jerônimo Monteiro.

O recorte do quadro acima evidencia uma ampliação das perspectivas sobre o ensino agrícola no Espírito Santo, seguindo as experiências pedagógicas nacionais e internacionais, com destaque para a organização dos clubes agrícolas. Os artigos "O México e sua educação rural" e "A casa do povo" tratam das ações empreendidas no México após a Revolução de 1910, que propunha, dentre outras coisas, a socialização da terra através da reforma agrária. Certamente um modelo radical frente ao contexto político brasileiro nos anos 1930 que, ainda assim, ganhou espaço na reflexão proposta pelas páginas da *Revista de Educação*.

Sabemos, a partir de um relatório sobre a Escola Prática de Agricultura de 1943, que o governo estadual subvencionava a manutenção de estudantes em Viçosa, Minas Gerais. Isso ajuda a explicar a relação dos dirigentes de instituições estaduais, como Lúcio Fernandes Ramos, primeiro diretor da Escola Prática de Agricultura, com as práticas e modelos da instituição mineira.

> Desde 1936, o Estado vem mantendo em Viçosa, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, nos cursos de Agronomia, Veterinária e Técnico-Agrícola, uma turma de 10 a 12 alunos, filhos de agricultores espírito-santenses [...] (Espírito Santo, 1943, p. 172).

Na *Mensagem* enviada à Assembleia Legislativa em julho de 1937, Punaro Bley, então governador eleito, realizou um balanço das ações em cada secretaria de governo. Na educação, destacou a criação de escolas primárias e o crescimento progressivo do número de matrículas, embora ainda fosse um desafio diminuir a

evasão nessa etapa de ensino (Espírito Santo, 1937). Apresentando números referentes a 1935 e 1936, a *Mensagem* limitou-se a uma prestação de contas sem apontar projetos futuros. Sobre a educação rural, o documento apenas indica que 30.937 alunos estavam matriculados no ano anterior em escolas rurais (Espírito Santo, 1937, p. 319). Tratam-se de estabelecimentos de ensino localizados no interior, não havendo aspectos específicos sobre o ensino agrícola.

Naquele mesmo ano, o interregno democrático foi suspenso pelo golpe que deu início à ditadura do Estado Novo (1937-1945). As assembleias legislativas foram suspensas e a centralização do Executivo ampliou o reformismo autoritário que marcou os primeiros quinze anos de Getúlio Vargas no poder (Achiamé, 2010).

Verificamos que a questão do ensino agrícola esteve presente nos debates pedagógicos no Espírito Santo. No governo de Jerônimo Monteiro, a Fazenda Modelo Sapucaia e seu Aprendizado Agrícola podem ser considerados o primeiro estabelecimento no qual funcionou uma ação pedagógica voltada para o ensino profissional agrícola no Espírito Santo.

A temática esteve presente na reforma iniciada pelo secretário da Instrução Pública Attilio Vivacqua entre 1928 e 1930. Na década seguinte, a educação rural em seus diversificados aspectos ocupou a imprensa pedagógica nas páginas da *Revista de Educação*. Iniciamos buscando responder, nessa investigação sobre experiências do ensino agrícola no território capixaba, qual modelo de instituição foi utilizado para pensar a criação da Escola Prática de Agricultura em 1940.

Parece-nos suficiente afirmar que os aprendizados agrícolas federais, criados a partir da legislação de 1910, e reformados pelo Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934, que dispôs sobre a reorganização dos estabelecimentos elementares de ensino agrícola no país, forneceram elementos que poderemos observar na organização pedagógica-administrativa da EPA. Assim, compreendemos

que, no momento de criação da instituição, os debates e experiências sobre o ensino agrícola no Espírito Santo vinham amadurecendo há, pelo menos, três décadas. Sem perder de vista que a nossa proposta busca analisar a EPA a partir de suas práticas e sujeitos, sem instrumentalizar um modelo generalizante e imutável.

Não havendo iniciativa federal, como em muitos outros estados (Nery, 2009), a EPA foi criada por decreto-lei do governo do estado, ficando subordinada ao Departamento de Agricultura, Terras e Obras (Espírito Santo, 1941), posteriormente Secretaria de Agricultura. O local escolhido para sua implantação também será objeto da nossa atenção pelas suas peculiaridades no que tange ao histórico de ocupação do solo e à relação com a produção agropecuária local.

2.3 Santa Teresa e o Vale do Canaã

O município de Santa Teresa tem sua origem a partir do Núcleo Colonial de Timbuí, tendo sido fundado por colonos italianos que ali se instalaram a partir de 1875. O governo do Império brasileiro incentivou a ocupação das terras na porção central-serrana da Província do Espírito Santo com o intuito de povoar, com o elemento populacional europeu, uma região considerada desabitada.[10] O núcleo colonial foi emancipado do município de Cachoeiro de Santa Leopoldina em fevereiro de 1891 (Scalzer, 2015).

Para a investigação em tela, torna-se muito importante evidenciar e compreender a dinâmica social de ocupação e desenvolvimento desse território. As sucessivas levas de imigrantes – italianos, pomeranos, austríacos, suíços, dentre outros – visavam à ocupação da terra e à sua conversão em pequenas unidades rurais produtivas. Foi facilitada aos recém-chegados a compra dos lotes de terra para trabalhá-los.

[10] Vale ressaltar que, até o início do século XX, havia presença de indígenas botocudos vivendo na região central do Espírito Santo. Afastamos, assim, a ideia de que a imigração europeia na região teria ocupado regiões "vazias" (MOREIRA, 2017).

> Uma vez localizados, feitas as primeiras derrubadas e construídas as primeiras habitações, iniciaram os colonos o cultivo da terra. A cultura do café foi a que mais ocupou a sua atividade, seguindo-se--lhe as culturas de milho e de outros cereais. Nas zonas altas, principalmente, onde se acha hoje, o distrito da sede, fizeram, com bons resultados, a cultura da videira, até agora explorada (IBGE, 1939, p. 16).

Em meados do século XX, a região de Santa Teresa havia se desenvolvido a partir de uma base de agricultura familiar, centrada na pequena propriedade na qual todos os membros da família dedicam seu trabalho (Scalzer, 2015).

No relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1939, Santa Teresa foi caracterizada como um território de 1.089 km², divididos em seis distritos administrativos: Sede, Alto Santa Maria, 25 de Julho, Santa Júlia, Três Barras e São João de Petrópolis[11]. Nesse último, foi instalada a Escola Prática de Agricultura em 1940. Passemos à caracterização dos núcleos urbanos que constituíam o município, ainda conforme dados estatísticos do IBGE:

> *Santa Teresa* - Num verdejante recanto de terra do Espírito Santo, ornado pela beleza natural e decorado por altivas cordilheiras, surge a cidade de Santa Teresa, sede do Município. Sua altitude é de 675 metros, distando 76 Kms. da cidade de Vitória e ocupando uma área de 90 hectares, para uma população de 1.200 almas. Todo o seu aspecto é privilegiado: as condições materiais, reveladas por um trabalho intenso, dão ao visitante curioso um sentido de real encantamento. Suas ruas são limpas e perfeitas, calçadas a paralelepípedos, com as construções dentro de irrepreensível alinhamento. Salientam-se, no centro da cidade, a Avenida Espírito Santo, à margem direita do Rio Timbuí. No extremo desta artéria, está localizado o jardim da Praça Domingos Martins, constantemente ornado de violetas, cravos, hortênsias e lírios, tornando o ambiente risonho e agradável. Em tôrno dêle, vêem-se os edifícios da Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Peçanha Póvoa e lindas vivendas particulares [...]. A cidade é bem iluminada a eletricidade, possuindo magnífico serviço

[11] Atualmente compõem o município os distritos Sede, Alto Santa Maria, Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis, Vinte e Cinco de Julho e Alto Caldeirão. Em 1995, o desmembramento de parte do território deu origem ao município de São Roque do Canaã. O distrito de Três Barras, hoje Irundi, passou ao município de Fundão em 1938, embora a publicação do IBGE ainda o relacione como pertencendo a Santa Teresa.

> de abastecimento de água e boa rede de esgotos. Seu movimento obedece ao rítmo social dos principais centros do Estado, contando importantes estabelecimentos comerciais, hoteis, bars [sic] modernos e várias sociedades esportivas e recreativas.
> *São João de Petrópolis*, sede do Distrito do mesmo nome, a 21 quilômetros da cidade de Santa Teresa, na estrada de rodagem que demanda Colatina. Possue iluminação elétrica e serviço telefônico (IBGE, 1939, p. 47, grifos no original).

A publicação adota um tom elogioso e mesmo poético na descrição do distrito sede de Santa Teresa. Observamos com destaque a descrição da paisagem, a existência de prédios públicos e a salubridade do lugar. Sobre o distrito de São João de Petrópolis, os signos do desenvolvimento são listados: energia elétrica e telefone. O censo municipal de 1937 retratou o município com uma população de 20 mil habitantes bem distribuída por seus distritos (Tabela 2.1).

Tabela 2.1- População de Santa Teresa em 1937.

DISTRITO	SEXO		TOTAL
	Masculino	Feminino	
Sede	2.189	1.851	4.040
São João de Petrópolis	1.350	1.275	2.625
Santa Júlia	2.636	2.361	4.997
Alto Santa Maria	1.953	1.836	3.789
25 de Julho	1.936	1.826	3.762
Três Barras	801	818	1.619
Soma	10.865	9.967	20.832

Fonte: IBGE (1939, p. 44).

Desde o início do século passado, a região compreendida pelos distritos de 25 de Julho, Santa Júlia e São João de Petrópolis é conhecida como Vale do Canaã.[12] Interessa-nos a caracterização dessa

[12] Da pena do escritor e político Graça Aranha foi publicado o romance Canaã em 1902. O enredo narra contextualiza a imigração alemã no Espírito Santo, abordada a partir dos personagens principais Milkau e Lentz. Ver: Aranha (1982).

região no movimento de redução microscópica do objeto, observando o contexto que o circunda.

O início do vale situa-se a um quilômetro da sede do município, marcando duas regiões distintas em relação às características de clima, relevo e, consequentemente, produção agropecuária.

> O Município é de topografia muito acidentada. A zona sul é formada por vales estreitos, com encostas íngremes, que atingem inclinações de 60 a 70 graus; na parte centro e norte, os vales são de maior amplitude, notando-se mesmo a existência de áreas planas nos vales dos rios Santa Maria do Rio Doce, Santa Júlia e Tancredo. Na parte sul, o Município tem seus pontos mais elevados: Alto Santo Antônio, 880 metros acima do nível do mar; Alto Caratinga, na divisa de Itaguaçú, a 810 metros de altitude. Na parte norte, a altitude vai a 100 metros, apenas, no Vale do Santa Maria do Rio Doce, em divisa com o Município de Colatina (IBGE, 1939, p. 25).

O rio Santa Maria do Doce, que corta todo o vale, era de suma importância para a agricultura e também para a geração de energia elétrica. Nas décadas de 1930 e 1940, a estação hidrelétrica da Fazenda Pagani abastecia todas as áreas urbanas do distrito de São João de Petrópolis. Serpenteando, em paralelo ao rio em muitos trechos, corria a estrada "Bernardino Monteiro", construída como tronco para ligação da capital com a região centro-norte do estado. A estrada, aberta em 1917, ligava Santa Leopoldina a Santa Teresa até o limite com Colatina.

Figura 2.3 - Fotografia do Vale do Canaã a partir do início da descida



Fonte: IBGE, s/d.

Desse modo, o vale do Canaã possuía o rio, estrada, áreas urbanas e uma intensa produção agrícola nos anos 1930 (Santa Teresa, 1939). Faria sentido que essa região pudesse abrigar uma escola de agricultura que viesse a servir ao Espírito Santo, mas também imediatamente à comunidade que a cercasse.

Vilma Paraíso Ferreira de Almada desenvolveu estudo que aborda a ocupação agrícola em duas frentes pioneiras no Espírito Santo: na região sul, ao longo dos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, tendo se desenvolvido ali uma atividade do tipo *plantation*, de base escravista, a partir de meados do século XIX; e na região do vale do rio Doce, já em fins desse século, com o emprego do trabalho de imigrantes em pequenas unidades de produção, que variavam entre 25 e 30 hectares (Almada, 1993). A autora conclui ainda que, em face do bloqueio de entrada de novos imigrantes no fim do século XIX, houve um afluxo dos descendentes dos habitantes dos pioneiros núcleos coloniais em direção ao rio Doce. Ocupavam, por compra, as terras ainda disponíveis para colonização (Almada, 1993).

Enquanto na primeira frente permaneceu a estrutura fundiária da grande propriedade, o que obrigou os pequenos lavradores e posseiros a se tornarem empregados, na região central (e vale do rio Doce posteriormente) o imigrante, e seus descendentes, se tornaram proprietários (Almada, 1993).

Analisando a pesquisa de mestrado desenvolvida por Nara Saletto, em 1985, Almada (1993) destaca a singularidade do seu trabalho ao investigar a expansão da lavoura cafeeira e a imigração estrangeira no Espírito Santo, articulando-a ao tema mais amplo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil.

Embora nossa pesquisa se afaste dos pressupostos teóricos articulados por Almada e Saletto, o contraste entre as duas regiões do estado e a predominância da mão de obra livre (imigrantes e migrantes) em pequenas propriedades, é central para a compreensão de como foi implantado e se desenvolveu o ensino agrícola

da Escola Prática de Agricultura. A essa característica da ocupação do solo na região central a partir do incentivo da imigração estrangeira, Almada também destacou o papel dos migrantes vindos dos estados fronteiriços que deram nova dinâmica à ocupação das terras capixabas. Segundo a autora,

> [...] pesquisas recentes começam a tornar evidente que, mais do que a divisão da grande propriedade ou a criação de núcleos coloniais, destacados pela autora, deve-se ao dinamismo da chegada de milhares de imigrantes [sic] vindos dos estados limítrofes do Espírito Santo (Minas Gerais e Rio de Janeiro) no período de 1900-1940, a nova organização das relações de produção e a nova estrutura fundiária que se implantaram no estado no decorrer da primeira metade do século XX [...]. *Destaque-se, ainda, ser indispensável reconhecer que, ao enfatizar a importância do imigrante europeu nos processos de trabalho e ocupação das terras devolutas do Espírito Santo, a historiografia capixaba tem minimizado, ou mesmo negado, a efetiva contribuição do elemento nacional, especialmente dos negros e mulatos* (Almada, 1993, p. 132-133, grifo nosso).

O recorte construído a partir da leitura de Almada e da análise que a autora faz do trabalho de Saletto nos mostra diferentes relações de trabalho, ocupação e exploração da terra no Espírito Santo nesse período. Processos distintos podem ser apontados para a região sul em contraste com a região central e o papel desempenhado pela política de distribuição de terras que favoreceu a fixação do imigrante europeu e seus descendentes, mas sem desconsiderar os migrantes que buscaram novas frentes de ocupação para se tornarem proprietários ou posseiros.

Vale destacar, contudo, que não encontramos nas fontes qualquer movimento de reivindicação da população local em relação à criação desse estabelecimento de ensino. Mas uma conjuntura política favorável parece ter sido determinante para que ela aí fosse instalada em 1940.

Dispomos de um único documento (Livro de Ocorrência, 1937-1940) que registra as atividades desenvolvidas na Fazenda Pagani entre 1937 e 1940 enquanto uma "Fazenda de Sementes". A análise dessa fonte nos permite afirmar que a escolha do local para

implantação da EPA levou em consideração as atividades que já estavam sendo desenvolvidas ali pelo Departamento de Agricultura do Estado.

O *Livro de Ocorrências da Fazenda de Sementes* foi aberto em outubro de 1937 por Manoel Verçosa de Gusmão Fraga, agrônomo do Departamento Nacional de Produção Vegetal, em serviço no Departamento Geral de Agricultura do Estado do Espírito Santo (Livro de Ocorrência, 1937-1940, fl. 1). Nesse momento, o órgão estadual era chefiado por Napoleão Fontenelle da Silveira. O livro é uma importante fonte para conhecer os trabalhos desenvolvidos pela Fazenda de Sementes do Espírito Santo, instituição anterior à instalação da Escola Prática de Agricultura em 1940 no mesmo local.

Em 6 de outubro foi realizado um inventário da fazenda. Acompanharam Angelo Pagani e Ernani Santos Campinhos (DAES). Os dias que se sucederam o inventário são de intenso trabalho para realização de reparos nas instalações da fazenda (Livro de Ocorrência, 1937-1940, fls. 2v-5v). No dia 14, há o registro das primeiras experiências de germinação com sementes de feijão-preto, milho e arroz. Novos equipamentos são adquiridos: estantes para livros, material de escritório etc. O Livro de Ocorrências registra um número irregular de trabalhadores por dia, o que indica que cumpriam jornadas com pagamento diário. O número de empregados chegou a ser superior a trinta ao longo dos meses seguintes.

> Trabalharam 22 homens, sendo 2 em plantação de arroz dourado, 6 em plantação de feijão mulatinho, 10 em plantação de milho "catteto 18", 2 em aterro, com bois, 1 em capina e 1 em limpeza de valas [...] o feijão mulatinho que se referi acima, é de procedência ignorada, apresentando um aspecto agradável, foi posto a prova em placa de "Petri", ontem a tarde. Foram cedidos pelo Sr. José Galleti, residente em São Bento, distrito de São João de Petrópolis, deste município, 3 litros de mamona "Anã". (Livro de Ocorrência, 1937-1940, fls. 8v-9).

O trabalho prosseguiu com a organização da fazenda para servir de laboratório. A leitura do Livro de Ocorrências permite observar dois espaços de trabalho: a área de campo da fazenda, que recebia melhoramentos contínuos visando ampliar a produção, e salas para laboratório e escritório.

Até o fim de 1937, seguiam os trabalhos de rotina e investimentos na antiga fazenda dos Pagani: foram criadas oficinas, introduzida a cultura do algodão, a criação de abelhas e a contínua luta contra as formigas saúvas. Na rotina diária da Fazenda de Sementes sabe-se das fases da lua, da cheia do rio Santa Maria do Doce e da direção dos ventos. Em 19 de janeiro de 1938,

> [...] Foi a fazenda visitada pelo senhor secretário da Agricultura, Dr. Carlos Lindemberg, acompanhado do Sr. Diretor do D.D.A. Dr. Napoleão Fontenelle e do Dr. Diogo de Mello, professor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Foram percorridas todas as dependências e campos da Fazenda pelos visitantes [...]. (Livro de Ocorrência, 1937-1940, fl. 18v)

O registro acima demonstra que o projeto da Fazenda de Sementes estava sendo acompanhado com interesse pelo governo capixaba. Em abril, foi instalada uma sala de aula em prédio no qual deveria funcionar uma escola (fl. 29). A rotina do trabalho de campo pode ser acompanhada nas notas diárias que ficavam sob responsabilidade do diretor. Vale notar que o serviço administrativo demandou a contratação de uma pessoa específica para a rotina. Assim, em julho de 1938, as notas diárias passam a ser mais detalhadas, trazendo dados como pressão atmosférica e temperatura. No serviço estava o jovem Herles Viana. Ainda em julho, a fazenda recebeu a visita do interventor federal João Punaro Bley.

A primeira referência à produção de sementes informa que, em agosto desse ano, foram carregadas para o Departamento Geral de Agricultura setenta sacas de sementes de feijão preto e mulatinho, milho e arroz. As atividades de pesquisa com sementes são registradas de modo sucinto, mas ainda assim mostram que a Fazenda de Sementes já havia se convertido numa instituição de

trabalho científico em prol da agricultura capixaba. Anotou-se no dia 7 de agosto que "[...] foi examinado o poder germinativo das sementes em estoque desta fazenda na estufa do laboratório, sendo o resultado o seguinte: feijão preto 62%, feijão vermelho 78%, feijão mulatinho 83%, mulatão 84%, feijão manteiga 54%, feijão branco 52%" (fl. 41v). Registra-se que, no dia 29 de setembro, foi iniciada a distribuição de sementes aos lavradores.

Para não esquecer o momento político que o Brasil atravessava, vale apontar que a oficina da fazenda preparou "[...] vários quadros com a fotografia do Dr. Getúlio Vargas, sendo um deste, inaugurado no escritório desta Fazenda". (fl. 53). Ao longo de 1938, intensificaram-se e diversificaram-se a produção vegetal. Acompanha-se a construção de silos e viveiros de hortaliças, bem como o plantio de pomar, cana, melão, alface, alcachofra, pepino, trigo, guandu, soja, batatas doce e inglesa e outras variedades. Em novembro, deu-se início ao plantio de 22 espécies de leguminosas enviadas pelo Dr. Gil Sobral Pinto. São construídas oficinas e um posto meteorológico. Os campos de produção da fazenda são divididos e passam a homenagear José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, Pedro Palácios e Maria Ortiz.

Nesse primeiro ano de funcionamento, foi registrado o envio de 352 sacas de sementes para o Departamento Geral de Agricultura do Espírito Santo, além da distribuição aos lavradores locais.

Prosseguiram as atividades rotineiras da fazenda. Ampliando a variedade vegetal, foram semeadas espécies de eucaliptos, ipê, pequiá e jacarandá. Para alimentação, tomate, jiló, couve, acelga, espinafre, repolho, couve-flor, cebola, espinafre, repolho, cebola etc. Chegamos, assim, a 1940, e, num processo de transição ainda não bem esclarecido nas fontes consultadas, a Fazenda de Sementes deu lugar à Escola Prática de Agricultura. Manteve-se, contudo, a produção de sementes sob a administração da EPA.

2.4 A Escola Prática de Agricultura em São João de Petrópolis

Segundo José Teixeira de Oliveira (2008), o Espírito Santo tinha, em 1940, uma população de 750 mil pessoas. A economia estava centrada na agropecuária, voltada, em grande parte, para o mercado interno do próprio estado. Sabemos, segundo o autor, que 20 municípios contavam com serviço telefônico e já havia um aeroporto em funcionamento. As ferrovias percorriam 731 quilômetros, tendo destaque a Vitória-Minas pela sua importância no escoamento de minério de ferro pelo porto de Vitória. Serviços de eletricidade atendiam 92 localidades.

Havia nove sindicatos de empregados, dois de empregadores e um de profissões liberais. Para assistência médica-sanitária, funcionavam 43 estabelecimentos, sendo 16 casas de saúde e hospitais. Na educação, Oliveira (2008) aponta que havia 925 estabelecimentos de ensino primário espalhados pelo estado, que atendiam a 68.663 estudantes matriculados. O ensino secundário era ofertado por 15 escolas, estando 5 delas em Vitória.

Com dados de 1944, o autor nos informa que circulavam 15 periódicos: 12 jornais, 2 revistas e 1 boletim. Para a vida cultural capixaba, no mesmo ano, havia 16 bibliotecas, sendo 7 particulares, com 21.225 volumes. Completam esse quadro a existência de 4 cine-teatros e 10 cinemas (Oliveira, 2008).

A descrição acima, a partir do trabalho de Oliveira (2008), faz um retrato do Espírito Santo no início dos anos 1940. A criação da Escola Prática de Agricultura está inserida em uma série de realizações do governo de João Punaro Bley, especialmente após 1937. Interventor, governador e novamente interventor de 1937 a 1943, seu período de governo foi marcado por uma série de realizações que buscaram modernizar o Espírito Santo. Almeida (2010) sintetiza as realizações durante a segunda interventoria de Bley:

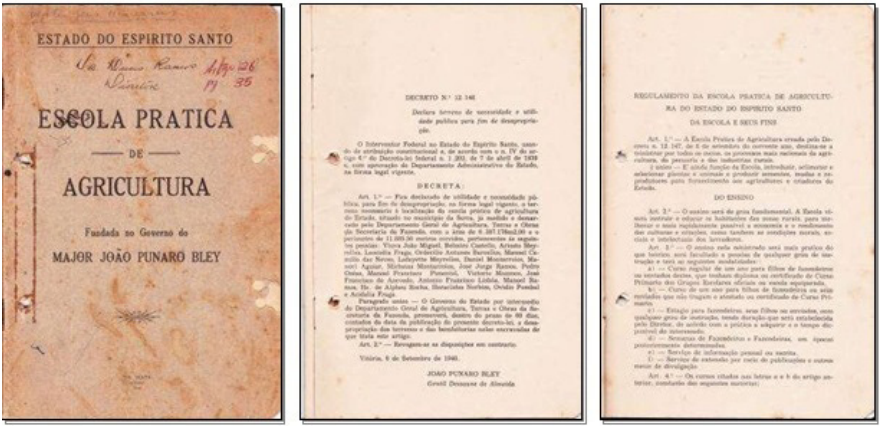
> Em Vitória, de 1939 a 1945, ninguém discutiu política, conforme afirmou o interventor Bley, que ficaria no cargo até 1943. Aproveitou o silêncio e a propaganda oficial para construir o Hospital dos

> Servidores Públicos, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, a Colônia de Itanhenga para isolar os portadores de doenças contagiosas, o Preventório Alzira Bley para os filhos dos leprosos isolados, a Granja Eunice Weaver para os jovens de dez a dezoito anos, o Asilo dos Velhos, um patronato para o menor abandonado, além de doar o terreno e elaborar o projeto de construção do Sanatório Getúlio Vargas para abrigar os tuberculosos. Criou também a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Almeida, 2010, p. 184).

Forçoso dizer que "o silêncio" do período representava a suspensão da democracia pela ditadura do Estado Novo. No rol das realizações, podemos afirmar que o projeto da EPA estava inserido numa ampla modernização em curso no Espírito Santo naquele momento. A ditadura varguista contribuiu para um apagamento, ou a não existência, de possíveis fontes que nos auxiliassem na recuperação dos sujeitos e debates, seja na imprensa periódica ou no legislativo, envolvidos na criação da EPA.

Dispomos, contudo, de um livreto que organiza os ofícios e atos normativos do período e também o Estatuto e Regulamento da escola (Figura 2.4).[13] Guiaremos-nos por ele nas próximas linhas.

Figura 2.4 - Livreto com a organização normativa da EPA (esquerda). Decreto de criação da EPA em 1940 (centro). Regulamento da EPA publicado em 1941 (direita).



Fonte: Acervo Núcleo de Memória (1941).

[13] Ver Anexos.

Em 1940, Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi, chefe do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras do Espírito Santo, se dirigiu ao interventor federal com o Ofício nº 889, de 23 de julho de 1940, manifestando que:

> Urge a criação, no estado, de uma escola onde os filhos dos nossos agricultores menos abastados, ou os próprios agricultores possam, num curso rápido, colher os ensinamentos de que tanto necessitam para melhor desempenho da profissão que abraçam. [...] *O que mais necessitamos é de homens práticos para orientação da nossa agricultura* (Espírito Santo, 1941, p. 11, grifo nosso).

As palavras de Ruschi não soavam como novidade no debate local e nacional em relação à necessidade de capacitar os agricultores para melhorar o desenvolvimento da agricultura nacional (Mendonça, 1997). O ineditismo veio com a proposta de criação de uma escola que pudesse formar os filhos dos agricultores e também os próprios agricultores que não podiam mais voltar aos bancos escolares. Ele prossegue salientando que "[...] a principal finalidade da Escola será a da formação, em cursos rápidos, de homens com conhecimentos racionais e práticos de agricultura, pecuaria e industrias correlatas" (Espírito Santo, 1941, p. 11).

Naquele contexto, as experiências dos aprendizados agrícolas poderiam certamente ser replicadas na organização da EPA no Espírito Santo. No ofício de Ruschi, não encontramos referência a nenhum modelo para a nova escola; ele adianta, todavia, que o "[...] projéto venha a ser aprovado ficará a cargo dêste Departamento organizar o projéto e orçamento para a construção e instalação da Escola, bem como do seu regulamento ou estatutos [...]" (Espírito Santo, 1941, p. 11).

Tratando ainda sobre o ofício de Ruschi a Bley, destacamos a ligação do governo do Espírito Santo naquele período com a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada nos anos 1920

em Minas Gerais; a instituição ministrava os cursos superiores em Agricultura e Veterinária[14]. (Ribeiro, 2006). Segundo Ruschi,

> O Governo de V. Exa, não se póde negar, tem, de certo modo, procurado crear essa mentalidade agricola a que nos referimos facilitando sempre a viagem e a permanência de fazendeiros a Escola de Agronomia e Veterinaria de Viçosa, bem como visitas ás exposições de pecuaria que se têm realizado no País. *Filhos de agricultores espiritosantenses têm sido mantidos ás expensas do Governo na Escola a que acima nos referimos, para fazerem cursos de agronomia ou de técnicos agrícolas* (Espírito Santo, 1941, p. 11, grifos nossos).

A relação com a ESAV, iniciada antes da criação da EPA, como vimos, cimentará inclusive a demanda de professores formados naquela instituição. O trecho do ofício também nos mostra que havia fundos para manter estudantes capixabas – e aqui ignoramos como essa seleção era realizada e quais grupos sociais eram beneficiados – em formação nos cursos superiores de Agricultura e Veterinária. Passemos a analisar como se deu o processo de implantação da EPA em Santa Teresa.

Inicialmente, pensou-se na instalação da escola na área rural do município da Serra, tendo Ruschi solicitado, logo após o Decreto-Lei nº 12.146, de 6 de setembro de 1940, que a mesma fosse transferida para o distrito de São João de Petrópolis, nas terras baixas do município de Santa Teresa.[15] (Espírito Santo, 1941).

---

[14] "A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav) nasceu como uma instituição de ensino superior baseada no modelo norte-americano dos Land-Grant Colleges. Modelo que é pautado no ensino, pesquisa e extensão, também voltada para a melhor instrução dos trabalhadores do campo. A Esav contava com as seguintes modalidades de cursos: os breves, os elementares, os médios e os superiores. Criada formalmente em 30 de março de 1922 e inaugurada em 28 de agosto de 1926, a Esav iniciou suas atividades acadêmicas em 1º de agosto de 1927 com os cursos fundamental e médio. As aulas do curso superior de agricultura iniciaram no semestre seguinte e o superior de veterinária, em 1931. O formato de Escola percorreu até o ano de 1948 quando deu origem a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg)". Disponível em: http://atom.ufv.br/index.php/escola-superior-de-agricultura-e-veterinaria Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

[15] A ligação da família Ruschi com Santa Teresa pode explicar a solicitação de transferência do local para a implantação da escola. Augusto Ildebrando Aurélio Ruschi foi prefeito da cidade entre 1934 e 1937, sua família propriedades e estava estabelecida ali desde o início do século XX. A experiência da Fazenda de Sementes que já estava instalada nas dependências da antiga Fazenda Pagani também é um fator que pode ter influenciado na escolha do local.

O Decreto-Lei nº 12.147 de criação da escola foi publicado no mesmo dia.

> [...]
> Art. 1º- Com a finalidade precipua da formação de homens com conhecimentos essencialmente práticos e racionais de agricultura, pecuaria e suas industrias derivadas, fica creada no Estado sob a denominação de "ESCOLA PRATICA DE AGRICULTURA", subordinada dirétamente ao Departarnento Geral de Agricultura, Terras e Obras da Secretaria da Fazenda, uma escola prática de agricultura.
> Parágrafo unico - Além da sua finalidade principal a escoỉa será tambem aproveitada como fazenda experimental e de reprodução de sementes e mudas de plantas de climas quentes.
> Art. 2º- A escola terá seu regulamento próprio a ser oportunamente elaborado pelo Departamento Geral de Agricultura, Terras e obras da secretaria da Fazenda e aprovado pelo chefe do Poder Executivo do Estado.
> Art. 3º- Dentro do prazo de 90 dias, contados da data do decreto-lei, o departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras da Secretaria da Fazenda, deverá submeter a aprovação do Chefe do Poder Executivo o projéto e o orçamento da construçáo e instalaçáo da escola bem como o seu regulamento e estatutos.
> Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
>
> Vitória, 6 de setembro de 1940.
> JOÃO PUNARO BLEY
> Gentil Dessanne de Almeida. (Espírito Santo, 1941, p. 19).

No documento citado, lemos que, além da EPA, também prosseguiria em funcionamento no mesmo local uma fazenda experimental. Sabemos que essa atividade vinha sendo desenvolvida desde 1937, conforme abordado anteriormente. A subordinação administrativa da escola ao Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras segue o modelo de organização verificado em nível federal. Apenas em 1967, as escolas agrícolas sob a administração direta do Ministério da Agricultura passaram para o âmbito do Ministério da Educação e Cultura, ficando sob a supervisão da Diretoria do Ensino Agrícola (Sobral, 2015, p. 85).

Figura 2.5 – Edificações da Fazenda Pagani



Fonte: Acervo privado, provavelmente anos 1920.

Após a escolha do local para a implantação da nova escola, foram adquiridas a antiga propriedade da família Pagani e sua usina hidrelétrica (Espírito Santo, 1941). Ao longo da década de 1940, o governo estadual adquiriu, por meio de compra, diversos terrenos adjacentes à Fazenda Pagani. Ao final desse processo, a área total da escola passou a somar 626 hectares, tornando-se o maior estabelecimento rural da região.

A expansão da escola nos permite afirmar que o projeto da EPA consumiu atenção e recursos significativos, demonstrando que o seu projeto ocupava lugar especial nas ações do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras.

Dispomos de evidências de que a escola iniciou seu funcionamento logo após o decreto de criação. Em uma direção, avançou a

construção dos prédios principais que foram inaugurados em 1942. No inventário dos bens imóveis da Escola Agrotécnica do Espírito Santo, sem data, encontramos 15 edificações (casas de funcionários, silos, casa principal, garagem, armazém) listadas como antigas, sendo, provavelmente, originais da Fazenda Pagani. (Dados do Colégio, 1954). A descrição pode ser cotejada com a Figura 2.5, tendo, algumas dessas edificações chegado aos nossos dias.

Todos eles, com dois andares, em imponente estilo neocolonial, certamente passaram a chamar a atenção daqueles que percorriam a estrada Vitória - Colatina, que cingia as terras da escola. Mas, mesmo antes de serem concluídos, os primeiros estudantes dos cursos de Aprendizes Agrícolas e Mestria Agrícola já estavam matriculados. Em uma memória escrita por Lúcio Fernandes Ramos, o primeiro diretor da EPA, lemos o seguinte:

> Começamos sob o comando de João Punaro Bley e Henrique [sic] A. Ruschi, aboletados provisoriamente nas velhas casas e nos barracões da fazenda "Pagani", pois nem o prédio central estava terminado.
> Tudo improvisado, desde a cozinha de campanha, emprestada pela Polícia, até as carteiras de "pau roliço".
> Campos eriçados de tocos para desbravar. Cento e vinte rapazes vindos de todos os recantos do Estado, meia dúzia de professores, incluídos diretor e mestre de oficina e tudo funcionou no ritmo guerreiro de uma "cabeça de ponte" a conquistar.
> Veio um ano depois a inauguração do prédio principal com grande pompa, um grande churrasco e três mil pessoas.
> Daí pra cá vieram o prédio de administração e ensino, o "estagiário", as casas de residência para os professores e diretor, o estábulo, as pocilgas, o aviário, o rédil, o apiário, a sericultura, o ripado, o matadouro, o banheiro carrapaticida, as oficinas provisórias, a caixa d'água, os abrigos de campo, almoxarifado, padaria... [...] (Memória, 1949, fl. 01).

Descontando o caráter heroico apresentado no texto, da empreitada que assumiu enquanto diretor, a memória escrita por Ramos nos é importante para evidenciar que o projeto da EPA foi rapidamente posto em ação a partir do decreto de criação. Utilizando a estrutura das casas e barracões da fazenda, cozinha de campanha e carteiras de "pau roliço", as primeiras turmas, nos

informa Ramos, eram compostas por 120 rapazes. Mais adiante discorreremos sobre as características dos estudantes; vale destacar aqui a homogeneidade a partir da informação de que provinham de todo o Estado. Desse modo, a EPA tinha um alcance significativo.

Ramos também indica no trecho acima que rapidamente a escola foi dotada de uma estrutura para o funcionamento das aulas e o atendimento das demandas dos produtores. Em 1942, os prédios principais foram inaugurados.

Figura 2.6 - Panorama dos prédios principais em 1942



Fonte: Acervo Centro de Memória da Universidade Federal de Viçosa.

Figura 2.7 - Fachada em estilo neocolonial do prédio central



Fonte: Acervo Centro de Memória da Universidade Federal de Viçosa.

Os três edifícios principais estavam divididos em: Edifício Central (dormitório, refeitório e salão nobre com palco); Edifício Estagiário (4 apartamentos com 10 quartos, salão, sala de espera, enfermaria com gabinete dentário, sala de médico, sala para curativos, 5 quartos para doentes com capacidade para 27 enfermos); Edifício da Administração (5 salas de aula com 62,55 m² cada) (Dados do Colégio, 1954).

Essa instituição integrou um projeto de modernização do campo capixaba que, dentro da modernização autoritária da administração do interventor Punaro Bley (Achiame, 2010), forneceria a qualificação para os trabalhadores rurais. Podemos, contudo, apontar ainda uma característica referente à escolha do estilo arquitetônico dos prédios da EPA: o neocolonial, ao gosto dos anos 1920 e 1930 no Brasil.

Tomemos como exemplo para comparação as escolas práticas para ensino agrícola que foram criadas em São Paulo em 1942. A partir da reorganização dessa modalidade promovida pelo interventor Fernando Costa, o Decreto-Lei Estadual nº 12.742, de 3 de junho de 1942, remodelou o ensino agrícola criando Escolas Práticas da Agricultura em dez municípios no interior do estado (Teles; Iokoi, 2005).

Buzzar, Cordido e Junqueira (2016) identificaram as características neocoloniais no projeto arquitetônico da Escola Prática de Agricultura de Pirassununga. Analisando as produções acadêmicas que se debruçaram sobre a temática, avaliam que o ideário que justificou a opção arquitetônica neocolonial no Brasil pode ser encarado como:

> Menos que recuperação de um passado, ainda que tenha havido pesquisas históricas e iconográficas de elementos presentes nas construções dos séculos XVI e XVII, *trata-se da construção de um ideário cultural e arquitetônico através da invenção de um repertório de formas e elementos que tem como referência a produção pretérita, não para perpetuar o passado, mas para articular essas formas e elementos no presente, incluindo novos programas que a modernização solicitava* (Buzzar; Cordido; Junqueira, 2016, p. 9, grifo nosso).

Ao avaliar o projeto da EPA no conjunto das ações modernizadoras no Espírito Santo durante o governo Vargas, a arquitetura neocolonial, em sua monumentalidade, serviu como elemento reforçador de uma nova identidade a apontar para o futuro (Figuras 2.6 e 2.7). No vale do Canaã, nenhuma construção seria comparável à nova estrutura desenhada e construída para abrigar a nova escola de ensino agrícola. Nessa região, temos outros exemplares de arquitetura neocolonial em prédios públicos escolares como o Grupo Escolar Pessanha Póvoa (Santa Teresa, 1929) e o Grupo Escolar Thiers Velloso (Itaguaçu, 1928) (Medeiros, 2010).

Figura 2.8 - Planta com detalhe da fachada frontal do prédio para funcionamento de padaria e almoxarifado



Fonte: Núcleo de Memória, 1942.

Carlos Kessel (1999), em artigo que busca recuperar as raízes da arquitetura neocolonial no Brasil e a tentativa do estabelecimento de uma base teórica para sua implementação, aponta que, no II Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Belo Horizonte em 1928, José Marianno Filho[16]

[16]José Marianno Carneiro da Cunha Filho (1881-1946) foi um ativo propagador e defensor do que é considerado um "movimento neocolonial". Ele se mudou com a família para o Rio de Janeiro no final da década de 1890. No Rio de Janeiro, formou-se em medicina, nunca tendo exercido a profissão. Seus interesses eram literatura, urbanismo e história brasileira. Nos anos 1940, reuniu e publicou seus textos sobre a existência de "uma arte tradicional brasileira". Suas ideias também encontraram adesão em muitas propostas de Fernando de Azevedo, autor de *A Cultura Brasileira* (1943), importante nome nas propostas de renovação da educação brasileira a partir da Escola Nova (KESSEL, 1999; 2008).

> [...] alertava contra as consequências de serem erigidos prédios escolares segundo estilos arquitetônicos que não se referenciassem na tradição do país, pelo risco que correriam os alunos ao conviver com elementos estéticos estrangeiros. *A escola, caracterizada como a instituição que propiciava o primeiro contato do brasileiro com a nacionalidade, deveria ser plasmada numa "arquitetura de fundo nacional"*. O encontro de educadores aclamou a tese de José Marianno, aprovando uma resolução aconselhando "(...) que os edifícios públicos, especialmente as escolas, fossem vazados em estilo tradicional do país". (Kessel, 1999, p. 81, grifo nosso).

Desse modo, a escolha desse estilo para prédios públicos nos anos 1930, e posteriores, deve ser encarada como uma opção deliberada pelos estilos arquitetônicos que se constituiriam por elementos "brasileiros". Vale dizer que Kessel (1999) expõe as contradições presentes nas propostas de Marianno Filho na idealização de uma arquitetura colonial brasileira. Em síntese:

> A arquitetura neocolonial é uma das construções simbólicas que procuraram "demonstrar" que havia uma prática cultural, nesse caso, arquitetônico-construtiva advinda do período da América portuguesa, justamente, fruto do embate entre o conhecimento do colonizador e a condição local, configurada pela limitação material, clima e condição econômica. O Ecletismo dissimulava e no limite anulava essa produção que deveria ser resgatada e revalorizada, mas sobretudo, irmanada às construções pretéritas. Com elas, a arquitetura Neocolonial formava um conjunto que unia presente ao passado. A presença de constructos culturais com características assemelhadas, demonstrava que havia um povo, com cultura própria, que ocupava a extensão territorial do país (Buzzar; Cordido; Junqueira, 2016, p. 19)

No Vale do Canaã, região com forte presença de imigrantes europeus e seus descendentes, parece plausível que a escolha pela arquitetura neocolonial tivesse esse caráter pedagógico de reafirmação da nacionalidade brasileira frente aos elementos "estrangeiros" que ainda se faziam presentes como as línguas nativas. O primeiro programa pedagógico da EPA estava estampado permanentemente em suas fachadas, num jogo entre passado e futuro representado pelo casarão da Fazenda Pagani e demais construções de fins do século XIX (Figura 2.5) e os novos prédios neocoloniais (Figuras 2.6 e 2.7).

Para finalizar, estabelecemos uma relação com outras instituições de ensino no período. Observamos que o orçamento anual do Ginásio do Espírito Santo em 1943 era de Cr$ 254.000,40 e o da Escola Normal Pedro II, era de Cr$ 291.570,00 para esse ano e Cr$ 384.520,00 para 1945. Ainda que a execução dos valores orçados não tenha sido aferida, fica demonstrado que a EPA, pela sua natureza talvez, tinha recursos dos cofres estaduais superiores aos demais, como se pode verificar na Tabela 2.2.

Tabela 2.2: Orçamento da Escola Prática de Agricultura.

Ano	1942	1943	1944	1945	1948	1950
Valor (Cr$)	490.600,00	490.600,00	574.320,00	634.000,00	600.000,00	600.000,00

Fontes: Decreto-Lei nº 13.054 (1941); Decreto-Lei nº 13.956 (1942); Decreto-Lei nº 15.143 (1943); Decreto-Lei nº 15.756 (1944); Lei nº 24 (1957); Lei nº 272 (1949).

Acompanha-se o crescimento do orçamento no intervalo pesquisado. Em 23 de agosto de 1946, foi celebrado um acordo para que a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) passasse a administrar a EPA. Foi fixado um aporte anual de Cr$ 600.000,00.

Em 1943, a escola segue seu funcionamento e os relatórios produzidos pela Secretaria de Agricultura do Estado demonstram que o projeto inicial continuava em ampliação.

> A Escola tem capacidade para 200 alunos e destina-se, principalmente, ao ensino do gráu fundamental, mais prático do que teórico, sendo facultado o ingresso de pessoas com qualquer gráu de instrução, sendo inteiramente gratuitos o ensino e a permanencia dos alunos na Escola. Os candidatos deverão ter no minimo 17 anos de idade e os maiores de 21 anos deverão estar quites com o serviço militar.
> Anexa á Escola funciona uma Escola de Instrução Militar (Espírito Santo, 1943, p. 172).

A partir de 1948, com a celebração do acordo entre o Estado do Espírito Santo e o Governo Federal (10 de agosto de 1948), esse valor foi mantido, passando a União a subsidiar duas vezes essa quantia.

Com o acordo, o orçamento da escola saltaria para um milhão e oitocentos mil cruzeiros anuais. O desenvolvimento da EPA pode ser evidenciado pela organização tanto de setores de produção agropecuária quanto de acervo para formação teórica como é evidente na montagem da biblioteca escolar.

Diana Gonçalves Vidal (2000) apontou que nos anos 1920 e 1930 o Brasil assistiu a um movimento que opunha o "tradicional", representado pelas práticas de ensino em voga, ao "novo", aqui aglutinado no movimento de renovação pedagógica denominado "Escola Nova". Tratamos anteriormente da transladação dessas novas ideias pedagógicas para o Espírito Santo com a reforma do ensino promovida por Attilio Vivacqua entre 1928 e 1930 na forma da *escola activa*.

Nossa intenção, ao analisar o inventário da biblioteca da Escola Prática de Agricultura, será responder a que tipos de leituras estavam à disposição de estudantes e professores; ao mesmo tempo em que buscamos perceber os ecos, se existiram, das novas práticas de leitura propostas pela Escola Nova.

Para Vidal (2000, p. 502) "[...] a escolarização da leitura repousou num movimento de impregnação das práticas escolares pelas práticas culturais e sociais historicamente constituídas". Portanto, podemos ver que existem maneiras de ler, ou de se relacionar com os livros e os espaços construídos nas escolas para abrigá-los. Além da escolarização "[...] a forma apropriada de ler também tendeu a ser normatizada a partir de mudanças nas relações espaciais, materiais, temporais e sociais estabelecidas no interior da escola primária". Os idealizadores e propagadores da Escola Nova propugnavam que:

> Caberia à escola oferecer os meios para o alargamento do universo de leitura do aluno. Deveria enfatizar o recurso à leitura em silêncio, ao mesmo tempo em que teria de disponibilizar maior quantidade de livros ao público escolar, garantir sua qualidade e abolir a orientação do livro único [...]. Essas novas práticas escolares de leitura promoviam e eram promovidas por alterações nas relações temporais, espaciais, materiais e sociais da escola (Vidal, 2000, p. 506-7).

Cabe ressaltar que estamos buscando uma aproximação das transformações propostas pela Escola Nova em relação às práticas de leitura nas escolas primárias com as possibilidades de leitura oferecidas a partir da biblioteca da EPA. Para Vidal (2000, p. 507) "A revalorização das bibliotecas escolares permitia um uso mais largo do espaço da escola pelo corpo discente e docente".

O primeiro inventário que nos dá um retrato da "Biblioteca Major Bley", nome conservado até o presente, encontra-se em um arrolamento de bens enviado a Secretaria de Agricultura em 1945, por ocasião da finalização da gestão do diretor João Ferreira de Sá e Benevides – veremos mais adiante que a gestão desse diretor sofreu duras críticas na imprensa.

Foram listados um total de 2.279 impressos na biblioteca (livros, folhetos e revistas). Desses, 1.244 eram revistas com temáticas variadas sendo, em sua maioria, periódicos voltados ao mundo rural (Correspondência Enviada, 1945). Não foi possível listar os títulos para avaliar seu conteúdo. Julgamos que se trata de uma biblioteca bem equipada para atender professores e estudantes na rotina diária de estudos.

Figura 2.9 – Interior da Biblioteca



Fonte: Acervo Núcleo de Memória, s.d.

Já no documento "Inventário dos bens móveis", finalizado em 31 de dezembro de 1949 foram listados 1.376 títulos, divididos entre livros, revistas e folhetos, que estavam localizados na biblioteca da EPA. Encontramos, também, mobiliário para livros e tarefas administrativas (ficheiro, prateleiras etc.), canetas, tinteiro, régua, globo terrestre, mapa e um mimeógrafo na descrição minuciosa que foi realizada, incluindo os valores e a quantidade de cada item (Inventário, 1949).

Nas memórias dos estudantes encontramos um único relato acerca dos usos da Biblioteca da Escola, já nos anos 1950. Ludovico José Maso, estudante entre 1959 e 1965 relembra as horas que gostava de passar na biblioteca, sua localização e alguns itens do acervo.

> Numa sala do segundo andar do prédio da Administração, ficava a biblioteca. Nome pomposo para algo tão pequeno e cheio de surpresas. Havia poucos títulos de qualquer natureza quer fosse livros, periódicos, revistas de qualquer categoria. A biblioteca servia mais para subterfúgio de alguns alunos para fugir do ensino obrigatório ou para poder dormir mais tarde, indo até as 22h horas quando fechava. Outra alternativa era ter seu próprio livro e usar a biblioteca para sua leitura.
> *Na coleção encontravam-se algumas coisas surpreendentes, como exemplares dos primeiros números em inglès da revista Rider Digest; obras do discutível escritor austríaco Stephan Zweig; exemplar publicado na década de 30 ou 40 de Os Miseráveis de Vitor Hugo e, até um livro escrito por um oficial do antigo 3º BC - Batalhão de Caçadores - que é um misto de narrativa e ficção sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, por ocasião da Segunda Guerra Mundial Havia, também, alguns livros técnicos sobre agropecuária, geralmente em espanhol ou traduções. Na realidade, as publicações brasileiras mais aprofundadas com base em pesquisas brasileiras no âmbito da agropecuária são bastante recentes.*
> O que chamava a atenção mesmo eram duas coleções, uma que era motivo de disputa para sua leitura, que era a coleção "Tesouro da Juventude". Era uma espécie de enciclopédia sobre temas variados e bastante atualizados para a época. Mas, o que havia de mais fantástico era uma coleção em boa encadernação com mais de 10 volumes de Machado de Assis, talvez a mais importante e menos lida de todas as obras da biblioteca [...] (Fernandes Filho, 2008, p. 240, grifo nosso).

Entre a década de 1940 e 1950, a Biblioteca Major Bley figura nos documentos como um espaço organizado para estudos e frequência de estudantes e docentes. Outras pesquisas poderão aprofundar a relação com os impressos e ampliar seus significados com o público da EPA.

CAPÍTULO 3

ENSINO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL

No terceiro capítulo objetivamos compreender o que era ensinado na Escola Prática de Agricultura e como se processava esse ensino, tomando como ponto de partida os cursos de Aprendiz Agrícola e Mestria Agrícola. De modo mais amplo, procuramos analisar as características do público-alvo da escola a partir dos documentos que acompanham a vida escolar dos estudantes desde a matrícula até a diplomação.

São fontes importantes para esse item: currículos, programas, avaliações, horários e atos normativos, correspondência expedida e recebida, relatórios anuais, fotografias, relatos de estudantes, imprensa periódica, dentre outros documentos disponíveis no Núcleo de Memória e outros arquivos pesquisados. É por esses documentos que buscamos compreender as características desse público, constituído por alunos, professores e demais frequentadores daquele espaço envolvidos nas práticas escolares do período.

Destacamos que a Extensão Rural no Brasil está associada aos programas e projetos desenvolvidos em parceria com instituições nacionais e internacionais a partir de meados da década de 1940. O país adotou modelos importados, que se consolidariam ao longo do tempo. Para Peixoto (2008),

> [...] contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão

> rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (Peixoto, 2008, p. 7, grifo no original).

O autor salienta que podemos compreender contemporaneamente a extensão rural a partir de três perspectivas: como processo, instituição ou política. Atemos-nos para essa pesquisa na primeira concepção, ao buscar reconstituir, pelos métodos da História, a ação dos sujeitos envolvidos na EPA. Dessa forma,

> [...] como *processo*, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não (Peixoto, 2008, p. 7, grifo no original).

Silva e Lima (1984) ao discorrerem sobre as origens da Extensão Rural no Brasil, tratando mais detidamente sobre Minas Gerais, identificam que os autores até aquele momento compreendiam que o acordo celebrado entre a Associação Internacional Americana (AIA) e o Governo Brasileiro, em 1948, estaria no início dessas atividades no país. Contudo, destacam que a gênese desse movimento pode, por exemplo, recuar até 1910, quando o professor Benjamin H. Hunnicut, em Lavras, "[...] procurou dar cursos e treinamentos aos agricultores, usando algumas metodologias de Extensão, tais como: aulas, palestras, demonstrações de resultados e folhetos ao alcance do produtor" (Silva; Lima, 1984, p. 2).

Os aludidos autores também apontam que, naquele momento, alguns estudos apontavam para a "Semana do Fazendeiro", evento iniciado em 1929 na Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa (ESAV). Trataremos mais adiante sobre como este evento influenciou na criação da Semana do Lavrador na Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo. Desse modo, podemos afirmar que práticas extensionistas voltadas ao meio rural já estavam em curso

no país desde, pelo menos, o início do século XX. O convênio com a AIA representou a sistematização desse serviço, bem como a criação do crédito rural como fator adicional de desenvolvimento (Silva; Lima, 1984, p. 3). Retornando a concepção trazida por Peixoto (2008), a partir de daquele momento, a Extensão Rural passou a ser mais claramente identificada como ação de instituições e alvo de políticas públicas específicas.

No "Breve histórico da extensão rural no Brasil e seus referenciais legais", realizado por Peixoto (2008), o autor identificou nas instituições de ensino agrícola, criadas ainda durante o período Imperial, o início de políticas e ações que podem ser compreendidas como assistência técnica e extensão rural. De modo cronológico, o autor destacou em cada lei e norma a presença de dispositivos voltados para a capacitação dos sujeitos do campo com o objetivo de desenvolver economicamente o país e, acreditava-se, melhorar a vida dessas pessoas. Listar leis e normas não auxilia na compreensão do nosso objeto a partir da metodologia da micro-história italiana. Contudo, situa a ação de criação da EPA e suas ações de extensão rural no contexto amplo que, acreditamos, precisa ser compreendido para além de dispositivos legais e modelos externos. Voltemos nosso olhar para o Vale do Canaã, no interior do Espírito Santo.

Um ano após o decreto de criação da Escola Prática de Agricultura, ela se encontrava em plena atividade. Acompanhamos, no capítulo anterior, os processos de escolha do local e de implantação da escola em Santa Teresa. Algumas questões nortearão nossa análise: quem eram e de onde vinham os primeiros estudantes? Como foi desenvolvido o programa de ensino e o currículo dos cursos ofertados? E, por fim, como foram produzidas e como se imbricavam ao ensino as ações de extensão rural que marcaram a identidade institucional de escola agrícola explicitadas nos documentos de criação da EPA?

3.1 Aprendizes e agricultores

Nos relatórios produzidos pela Secretaria de Estado da Agricultura nos anos de 1942, 1943 e 1946, encontramos dados que tinham por objetivo a prestação de contas do andamento das atividades desenvolvidas na Escola Prática de Agricultura em São João de Petrópolis. Indagamos às fontes – burocráticas e produzidas com intenções muito diversas daquelas que o historiador da Educação busca em sua tarefa de reorganização do passado – sobre quais sujeitos e quais práticas se movimentavam e estavam em processo de produção naquele lugar nos anos 1940.

> No 1º semestre do ano, a Escola teve que funcionar em instalações de emergência, como sejam um barracão de 287 m² para dormitório, a antiga sede da "Fazenda Pagani" para administração e ensino e uma coberta anexa aos armazéns para refeitório.
> Por este motivo, foi julgado, na ocasião, não aumentar o numero de alunos.
> Tivemos no começo do semestre 87 e chegamos a 30 de junho no encerramento do ano letivo com 81 alunos.
> Destes 37 retiraram-se e 44 continuaram até 20 de dezembro para completar o serviço militar.
> Em 1º de agosto seguinte matricularam-se 221 rapases e encerramos êsse semestre em 20 de dezembro com 173 presentes, mais 44 da E.I.M. 344, ou um total de 217.
> Como aconteceu no 1º semestre do ano anterior, afastaram-se 48 alúnos, sendo 33 por serem julgados inadaptáveis e 10 por doença e outros 5 expulsos (Relatório, 1942, fl. 274).

O Relatório de 1942 detalha o funcionamento da Escola Prática de Agricultura em seu primeiro ano de funcionamento pleno (1941). Sabemos que foram 245,5 dias úteis com aulas para 160 estudantes, em média. Para ministrar essas aulas, havia, também em média, 12 professores. No registro de aulas desse ano, contabilizaram-se 455 aulas teóricas e 11.097 aulas práticas. Ao final do ano letivo de 1941, foram aprovados 63 alunos – 36 formados como Administrador de Fazenda e 27 com o diploma de Prático Rural. Vale o registro de que ainda havia, segundo o Relatório, poucas máquinas agrícolas e metade dos animais necessários para as atividades escolares (Relatório, 1942).

Figura 3.1 - Inauguração da Escola Prática de Agricultura. O interventor João Punaro Bley recebendo as chaves do diretor Lúcio Ramos



Acervo Núcleo de Memória, 1942.

Consta que a escola também ofertava ensino primário noturno para estudantes analfabetos (5% naquele ano). A Escola de Instrução Militar nº 344 – que funcionava nas dependências da EPA – era responsável pelo serviço militar obrigatório e contava com estandes para a prática de tiro e depósito de munições. Junto a essa atividade, os estudantes também praticavam educação física. O relatório cita a existência de "caixa de salto", "barras para ginástica" e material de "voley, basket, bolas, medicin bal" e demais materiais (Relatório, 1942). Completam o programa escolar a indicação de aulas para instrução cívica e higiene.

Figura 3.2 - Estudantes durante apresentação da Escola de Instrução Militar



Fonte: Acervo Núcleo de Memória, s.d.

As descrições constantes no Relatório de 1942 e que também podem ser visualizadas na Figura 3.2 podem ser corroboradas a partir do relato de ex-alunos. A Associação de Ex-alunos da Escola Agrotécnica Federal do Espírito Santo reuniu, em duas publicações (2008 e 2022), uma série de depoimentos colhidos entre estudantes que estiveram matriculados na instituição ao longo de sua história.[17] As duas publicações trazem relatos autorais e entrevistas compreendendo um período que vai dos anos 1940 até a década de 1980. Utilizamos aqui alguns desses depoimentos, especialmente dos estudantes que frequentaram a Escola nas duas primeiras décadas de funcionamento.

José Aristeu Tononi ingressou na EPA aos 15 anos, em 1946. Nas suas memórias, destacam-se a construção de Escola e o Tiro de Guerra.

[17] Adotamos aqui o entendimento expresso por Ângela de Castro Gomes ao enfatizar que "[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a 'sua verdade'. [...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento" (Gomes, 2004, p. 14).

> Eu me lembro... Sou a própria testemunha de uma história que se confunde com a de muitos. Hoje estou na condição de ex-aluno. A Escola Prática Agrícola [sic] – EPA, passou por várias etapas – EPA, CAST e amadureceu e ficou Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa – EAFST/ES, localizada em Santa Teresa-ES, distrito de São João de Petrópolis, onde meu avô era dono do cartório e meu pai o padeiro. Meu tio era construtor e eu era pura curiosidade. De todas, talvez, a que mais me impressionou foi a imagem de força e capacidade de trabalho do trator [...].
>
> *O Tiro de Guerra foi instalado em um galpão grande, construído para este fim, ao lado da estrada de Colatina a Barracão, no lugar onde hoje é a igreja.* Enquanto se construíam os prédios, por trabalhadores que vieram de fora. Os soldados do Tiro de Guerra derrubavam as árvores no entorno dos prédios [...] Eu olhava tudo isso com rara admiração de um garoto que crescia à medida que a escola era construída.
>
> *Em 1942, finalmente, foram inaugurados os prédios no mesmo dia da inauguração da ponte de cimento de São João de Petrópolis. Eu, que era aluno do grupo, fui levado pelas professoras para esperar, em forma – cada um com uma bandeirinha do Brasil – na chuva à espera do Gov. Jones dos Santos Neves [sic] que, após a inauguração, participou, com sua equipe, de um grande churrasco, regado a chope à temperatura ambiente [...]. Os soldados do Tiro de Guerra foram transferidos para os prédios e já se iniciou a Escola Prática de Agricultura – EPA [...]* (Fernandes Filho, 2008, p. 51-2, grifo nosso).

No relato de Tononi, a autoridade das informações deriva de alguém que vivia no distrito de São João de Petrópolis, onde a EPA foi construída. Ele afirma que viu todas as mudanças pelas quais a Escola passou. Do menino impressionado pelo trator trabalhando à descrição do trabalho de construção dos prédios principais (já analisados no capítulo 2) e a presença do Tiro de Guerra – trata-se da Escola de Instrução Militar nº 344 – como fortes marcadores da identidade da EPA nos primeiros anos.

O relato do ex-aluno Ivan Paulo Garayap, estudante da turma de 1941, adiciona à história dos anos iniciais da EPA, com destaque para a figura do diretor Lúcio Ramos.

> Eu, Ivan Paulo Garayp, fui componentes da primeira turma de alunos matriculados em 1940, integrada por um novo grupo de alunos em 1941, ano em que foi oficialmente inaugurada a Escola. *Os cursos ministrados eram: Administração de Fazenda e Prático Rural, ambos com duração de um ano. Durante o início, quando da chegada do primeiro grupo, a*

> *entidade funcionava num pequeno galpão de madeira, com dois pavimentos: alojamento, sala de aulas, cozinha e refeitório - que, inclusive, servira de abrigo para os operários envolvidos nas obras de construção dos majestosos prédios que viriam sediar a Escola [...].*
>
> Concluído o curso, passei a residir em São João de Petrópolis, onde instalei uma farmácia. Por inspiração de meu pai, Jorge Garayap, que era farmacêutico na Vila de 25 de Julho e ali atuei por mais de 40 anos.
>
> *Por isso, posso afirmar que conheci todos os diretores que passaram pela Escola. Ali pontificou o Dr. Lúcio Fernandes Ramos, sucessor do primeiro Diretor, Dr. João Celestino. Ele introduziu novas idéias, abraçando, inclusive a causa dos agricultores da região. Instituiu a Semana do Lavrador, quando, no período de férias dos alunos, eram ministradas aulas práticas aos agricultores que provinham de todo o Estado do Espírito Santo e vizinhanças.* Criou a Associação Rural, que funcionou no prédio central de São João de Petrópolis, mais tarde adquirido por essa mesma Associação. Ali, também, funcionou o Curso de Economia Doméstica Rural, dirigido por Maria Madalena Machado, envolvendo 30 jovens, filhas de agricultores, mais uma iniciativa de Dr. Lúcio.
>
> Dr. Lúcio, Natural de Cachoeira do Campo, Minas Gerais, sempre foi muito estimado no Município de Santa Teresa Chegou a ser Prefeito Municipal em 1944/1946. Relacionava-se muito bem com os moradores de todos os municípios da região, onde também havia participantes da Associação Rural [...] (Fernandes Filho, 2008, p. 72-73, grifo nosso).

Nas memórias de Garayap, estão presentes as dificuldades e o "caráter heroico", já mencionado anteriormente, dos primeiros anos de funcionamento em instalações improvisadas. Assim como Tononi, ele também teve laços com a região ao se instalar ali após formado. Trataremos mais adiante acerca da "Semana do Lavrador", evento marcado na memória de ex-alunos e moradores da região.

Roberto Anselmo Kautski, também estudante da primeira turma da EPA, foi entrevistado pelos ex-alunos José Luiz Poncio Tristão e Francisco de Paiva Campos para livro de Fernandes Filho (2008). Tendo ingressado na Escola com 18 anos, ele relata os interesses que o levaram de Domingos Martins até Santa Teresa.

> José Luiz: O que motivou sua ida para a EPA/ TG?
>
> Kautsky: *Aos dezoito anos de idade tive que ir para o Exército e, na ocasião, fiquei sabendo que iam criar a Escola Agrotécnica de Santa Teresa e, ao mesmo tempo, iria funcionar o Tiro de Guerra para a formação de reservistas.*

> *Aí pensei! Se vão criar um Tiro de Guerra, deve ser como no Exército. Vão ensinar manejar, montar e desmontar armas além de outras coisas.* Foi o que aconteceu, fui para lá em 1941, em plena II Guerra, concluindo O curso agrícola em julho de 1942 e permanecendo até 1943, para concluir o serviço militar no Tiro de Guerra [...].
>
> José Luiz: Como era, no início, os pavilhões da Escola? Salas de aula, alojamentos, refeitório etc.?
>
> Kautsky: *Eram verdadeiros barracões, feitos de madeira onde a gente dormia em beliches um do lado do outro, como no Exército. Eu dormia embaixo e outro colega em cima.* As aulas eram ministradas nas casas de fazenda, ao lado do barracão, onde tiravam os móveis e transformavam em salas de aula, além de fazer as refeições. Essas casas, se não me falha a memória, eram da fazenda dos Paganes [sic]. *Pela manhã tinha Educação Física e trabalho prático. À tarde, aulas teóricas, e, à noite, lazer e aula noturna [...].*
>
> José Luiz: Como eram ministradas as aulas práticas de agricultura da EPA e as instruções militares do TG? Como dividiam esse tempo de aulas e instruções?
>
> Kautsky: *Levantávamo-nos muito cedo para fazer, além da educação física, as aulas práticas e trabalhos de campo. As aulas teóricas eram à tarde e as instruções militares ocorriam pela manhã, à noite e às vezes nos fins de semana que eram, prioritariamente, para o esporte e o lazer* (Fernandes Filho, 2008, p. 84-6, grifo nosso).

O relato de Kautsky mobiliza informações já trazidas pelos personagens anteriores: o interesse pela Escola de Instrução Militar e o improviso dos primeiros tempos da Escola. Adicionalmente lemos um pouco da rotina escolar: aulas práticas, educação física e instrução militar ocorrendo pela manhã e aulas teóricas à tarde. À noite, os estudantes tinham o horário livre para lazer, excetuando-se aos que fossem analfabetos, que nesse período recebiam instrução primária (Relatório, 1942).

O recurso às memórias de ex-alunos cumpre aqui um duplo objetivo: primeiro, traz-nos, a partir daqueles que vivenciaram a experiência de estudar na EPA nos seus anos iniciais, uma narrativa que conforma também uma memória sobre a instituição coletivamente compartilhada. Em segundo lugar, nos permite confrontar as fontes administrativas que, muitas vezes, são frias e apenas burocráticas. Ao sobrepor memórias individuais e fontes documentais

buscamos tecer (Ginzburg, 2003) uma trama mais densa acerca daquele cotidiano da EPA.

O Relatório de 1942 também destaca a produção agropecuária da fazenda-escola: milho, juta – cultura desenvolvida em parceria com a empresa têxtil Jucutuquara Industrial S.A. – mandioca, agave, mamona, algodão, feijão, arroz, sorgo, girassol, cana-de-açúcar, cebola; plantas oleaginosas e ornamentais; silvicultura, com produção de mudas de espécies nativas e pomicultura (frutíferas). Nos setores de produção animal, dispunham-se de aves, ovinos, suínos, bovinos e um apiário. Agricultores foram atendidos com vacinação de rebanhos visando contribuir com a defesa sanitária na região (Relatório, 1942).

Ao final, destacam-se as necessidades da Escola para ampliar o seu funcionamento. Faltava a construção de estábulos, pocilgas, matadouro; equipamentos para enfermaria, gabinete médico e dentário. Laticínio, sala de incubação, sala de fiação de seda e laboratório de apicultura funcionavam em instalações improvisadas (Relatório, 1942).

No mesmo relatório, encontramos referência à 1ª Exposição do Milho de Santa Teresa e queremos nos deter um pouco mais nesse evento.

> Foi coroada de exito a realisação da 1ª Exposição de Milho do Municipio de Santa Teresa, concorrendo a ela 175 expositores, sendo distribuídos 38 premios no valor de Cr$ 1.640,00.
>
> Pelo estimulo que tais certames provocam não é justo que sejam esquecidos e por isso já estamos fazendo a devida propaganda para a realização da 2ª exposição, projetada para o mês de julho (Relatório, 1942, fl. 281).

As imbricações entre ensino agrícola e extensão são constituidoras do projeto pedagógico da EPA. O primeiro artigo do seu Estatuto evidencia essa finalidade:

> A Escola Pratica de Agricultura do Estado do Espirito Santo, tem por finalidade principal, ministrar ensinamentos mais praticos do que

> teoricos, dos processos racionais da agricultura, pecuária e industrias rurais. *Terá tambem por função a introdução, aclimatação e o estudo econômico das plantas e animais; a produção e distribuição de sementes e reprodutores e outros trabalhos que visem o melhoramento economico e social das propriedades rurais* (Estatuto, 1941, fl. 27, grifo nosso).

Eventos como a Exposição do Milho devem ser considerados a partir da finalidade de melhoramento econômico e social das propriedades rurais, uma vez que, na relação com a escola, os produtores teriam acesso a conhecimentos e sementes de melhor qualidade para a produção. Ao tratar, no seu artigo quinto, "Dos Cursos", o Estatuto também evidencia a possibilidade de estágios serem realizados na Escola para aperfeiçoamento de conhecimentos específicos dos lavradores, de acordo com o seu interesse.

> DOS CURSOS – O curso regular da Escola terá duração de um ano e dará direito ao certificado de 'Administrador de Fazenda'. *Curso também de um ano, para alunos que não tiverem certificado de grupos escolares. Além destes, os fazendeiros ou seus enviados, poderão fazer estágios com duração suficiente para praticagem de determinado trabalho* (Estatuto, 1941, fl. 27, grifo nosso).

Desse modo, compreendemos que o ensino formal oferecido pela Escola é indissociável do aspecto extensionista que caracteriza a instituição, de modo que esses elementos precisam ser analisados em suas relações. O relatório de 1943 reforça esse aspecto ao chamar a atenção sobre as instalações da Escola para receber agricultores.

> [...] os três pavilhões principais são soberbas construções modernas, de dois andares cada uma onde estão instalados vestíbulos, salas de aulas, refeitório, dormitórios, cozinha, rouparia, escritório, gabinetes etc. Um dos principais pavilhões, reservado para estagiários, dispõe de ótimas acomodações para receber os agricultores do Estado que queiram fazer estágio na Escola por ocasião da 'Semana do Fazendeiro' (Espírito Santo, 1943, p. 171-2).

O relatório de 1942 aborda ainda as aulas ministradas no primeiro semestre de 1942. Reproduzimos, nos quadros 3.1, 3.2 e 3.3 a seguir, as aulas teóricas com a indicação de suas disciplinas curriculares, de conteúdo geral e profissional, e aulas práticas distribuídas pelos meses do semestre.

Quadro 3.1- Aulas ministradas durante os meses de janeiro a junho de 1942

PRIMEIRO ANO							
MATÉRIAS	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**TOTAIS**
Português	10	16	16	12	9	11	74
Aritmética	11	14	17	14	10	12	78
Geografia	4	4	5	5	5	3	26
História do Brasil	3	4	4	5	4	2	22
TOTAIS	28	38	42	36	28	28	200

Fonte: Relatório, 1942, fl. 285.

Quadro 3.2 - Aulas teóricas ministradas durante os meses de janeiro a junho de 1942

MATÉRIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAIS
Administração rural	8	8	6	7	7	12	48
Pomicultura	8	8	-	-	-	-	16
Zootecnia	8	8	13	11	9	9	58
Silvicultura	6	-	-	-	-	-	6
Agricultura	-	13	17	9	9	10	58
Higiene	3	1	4	4	3	2	17
Ciências	0	3	11	10	8	5	37
TOTAIS	33	41	51	41	26	28	240

Fonte: Relatório, 1942, fl. 289.

Quadro 3.3 - Aulas práticas ministradas durante os meses de janeiro a junho de 1942.

MESES	NÚMERO DE AULAS
JAN	224
FEV	308
MAR	357
ABR	294
MAI	308
JUN	368
TOTAIS	1.859

Fonte: Relatório, 1942, fl. 289.

As informações constantes nos quadros acima foram extraídas do Relatório de 1942 e geram, num primeiro momento, alguma confusão na compreensão do currículo escolar.

Verifica-se que o grupo de disciplinas que aqui chamaremos de formação geral constituía-se de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil. Peso maior era dado às duas primeiras. As disciplinas profissionalizantes (Quadros 3.2 e 3.3) tinham carga horária de aulas teóricas e práticas, por terem caráter experimental ou demonstrativo e serem realizadas nos setores produtivos da fazenda-escola. Estavam divididas em Administração Rural, Pomicultura (cultura de árvores frutíferas), Zootecnia, Silvicultura (manejo de florestas nativas), Agricultura, higiene (aspectos relativos à higiene rural) e Ciências.

Figura 3.3 - Fotografia das primeiras turmas de Aprendizes e Mestria Agrícola (ou Administrador de Fazenda)



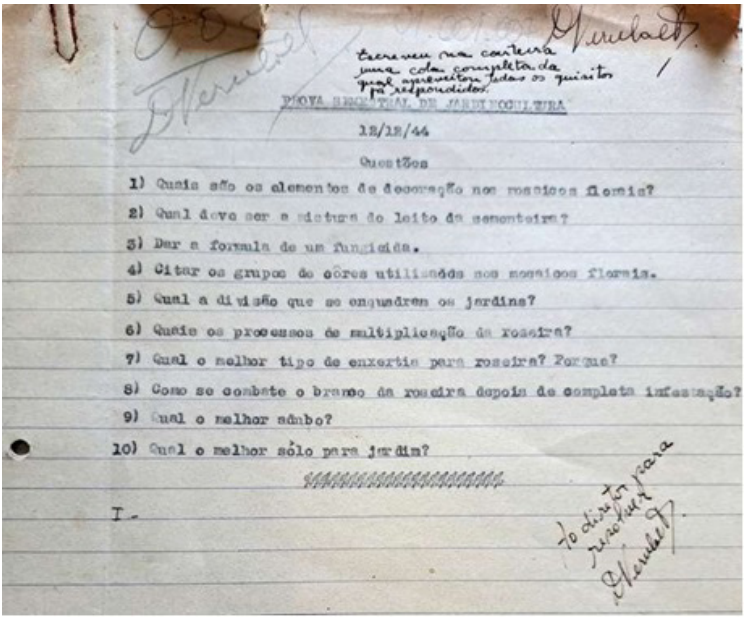
Acervo Núcleo de Memória, 1942.

Observamos que, mesmo com uma orientação voltada para aulas práticas – esse caráter está expresso no documento de criação da EPA e no seu estatuto[18] – havia importante carga horária teórica nessas disciplinas: uma média de 35 horas teóricas semestrais para 266 horas práticas, se levarmos em consideração o conjunto dos componentes curriculares profissionalizantes. Não encontramos nenhum documento que permitisse compreender de que modo eram realizados os registros das aulas no dia a dia da Escola. Outros documentos nos permitem compreender os processos de avaliação empregados.

Na Figura 3.4 temos um exemplo de como era aferido o aprendizado teórico a partir de uma avaliação recolhida por motivo de "cola".

[18] Ver ANEXO A: Estatutos da Escola Prática de Agricultura do estado do Espírito Santo.

Figura 3.4 - Prova de jardinocultura recolhida por motivo de "cola"



PROVA [illegible] DE JARDINOCULTURA

12/12/44

Questões

1) Quais são os elementos de decoração nos mosaicos floreais?
2) Qual deve ser a mistura do leito de sementeira?
3) Dar a formula de um fungicida.
4) Citar os grupos de côres utilisadas nos mosaicos florais.
5) Qual a divisão que se engundram os jardins?
6) Quais os processos de multiplicação da roseira?
7) Qual o melhor tipo de enxertia para roseira? Porque?
8) Como se combate o bromo da roseira depois de completa infestação?
9) Qual o melhor adubo?
10) Qual o melhor sólo para jardim?

I -

Fonte: Acervo Núcleo de Memória, 1944.

O professor remeteu o documento ao diretor para as providências cabíveis. Observamos na avaliação uma lista com dez perguntas acerca do conteúdo. Esse tipo de avaliação demonstra que os aspectos teóricos eram valorizados na formação dos estudantes. Simultaneamente, esse conhecimento teórico deveria ser vivenciado nas aulas práticas de jardinocultura.

O Relatório referente ao primeiro semestre de 1946 apresenta uma Escola Prática de Agricultura consolidada em suas atividades principais. Em relação às necessidades urgentes, foram listadas a ampliação da capacidade da usina geradora de eletricidade; a construção de uma ponte sobre o rio Santa Maria do Doce; construção de casas para professores e demais funcionários; ampliação dos edifícios principais para o suporte das atividades relacionadas à

"Semana do Fazendeiro"; construção de novo galpão e melhorias na distribuição de água e iluminação (Espírito Santo, 1946)[19].

Destacamos a referência à "Semana do Fazendeiro" como um evento que, possivelmente, já vinha ocorrendo desde a inauguração da EPA, mas cuja existência não pode ser confirmada a partir de outras fontes. É possível que a informação constante no relatório diga respeito a eventos que contavam com a participação de lavradores, mas sem a nomenclatura indicada. Em 1946, ocorreu a primeira edição da "Semana do Lavrador", evento similar caracterizado pelas atividades extensionistas ofertadas aos agricultores do estado durante o mês de julho, quando os estudantes estavam em férias. Abordaremos detalhadamente essa ação mais adiante.

Ao avançar na leitura, percebemos que, durante o primeiro semestre de 1946, a Escola de Instrução Militar não esteve ativa. Há um apelo para sua reorganização, visando atrair estudantes que, concomitantemente aos cursos regulares, prestavam o serviço militar. A documentação de que dispomos no Fundo Escola Prática de Agricultura indica que não houve tal reorganização, tendo a Escola de Instrução Militar nº 344 encerrado suas atividades ainda naquela década[20].

Do Plano de Obras e Equipamentos que ainda não havia sido aprovado para aquele ano, constavam a construção e aquisição dos seguintes materiais:

> Aquisição do material necessário aos serviços de irrigação [...] Solução definitiva sôbre a edificação do Stand de Exposição [...] Continuação dos parques do aviário das pocilgas [...] Terminação do aparelhamento

[19] Vale salientar que houve transformações no cenário político capixaba a partir de 1943. Segundo José Teixeira de Oliveira: "De 1943, ano em que foi exonerado do cargo de interventor federal no Estado o então major João Punaro Bley, até março de 1947, quando tomou posse o governador eleito Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, passaram pela direção do Executivo estadual como interventores: Jones dos Santos Neves (21-1-1943 a 27-10-1945), José Rodrigues Sette (27-10-1945 a 3-11-1945), desembargador Otávio de Carvalho Lengruber (6-11-1945 a 20-2-1946), Aristides Alexandre Campos (20-2-1946 a 7-10-1946) e Moacir Ubirajara da Silva (7-10-1946 a 29-3-1947)" (OLIVEIRA, 2008, p. 461).

[20] O Núcleo de Memória dispõe de documentos (correspondências, ofícios etc.) referentes à Escola de Instrução Militar nº 344 até o ano de 1944.

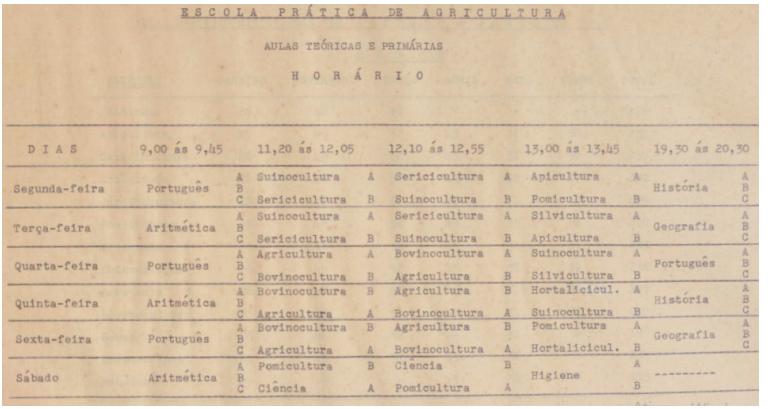
> das sirgarias [definir] [...] Proceder a construção do Paiol para deposito dos cereais [...] Providenciar sobre silos, máquinas cortadeiras e ensiladeiras. Formação de pastos cercados e construção de uma esterqueira [...] Compra de um trator com todos os pertences [...] Uma máquina de beneficiar milho e uma máquina batedeira de arroz e feijão (Espírito Santo, 1946, fl. 107).

Escola e fazenda se confundiam nas atividades do cotidiano, e a descrição das necessidades acima mostra um espaço escolar permeado por uma intensa produção agropecuária. Dois propósitos se delineiam: ensinar os estudantes a partir da vivência prática e produzir para auferir renda a ser revertida para a manutenção da instituição. Esse relatório descreve, em uma seção, as atividades que foram realizadas pelos alunos naquele semestre.

> SERVIÇO REALIZADO POR ALUNOS – Capina, Administração de fenotiazin aos porcos, Administração de essencia de Terbentina nos suínos, limpeza das pocilgas e arraçoamento dos porcos – preparo e transporte do milho – Corte de capim para os porcos que ainda não dispõe de piquetes, Fincamento de arame farpado nas cercas – Transporte de leitões – [...] Serviço de planagem, Roçagem de pastos – Plantio de árvores para sombreamento [...] (Espírito Santo, 1946, fl. 109).

O trabalho dos estudantes descrito no relatório nos dá a dimensão das práticas na fazenda como uma atividade natural durante o período letivo na Escola. Na década de 1960, as escolas agrotécnicas consolidariam a prática pedagógica do "aprender a fazer e fazer para aprender", em que os alunos trabalhavam para a manutenção das atividades produtivas como forma de aprendizado prático (Lima; Conceição, 2023). Entretanto, as informações constantes no Relatório de 1946 denotam que a prática do uso da mão de obra dos estudantes nas atividades da fazenda já estava presente antes da introdução do modelo descrito acima.

Figura 3.5 - Quadro de horários de aulas teóricas e primárias



ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA

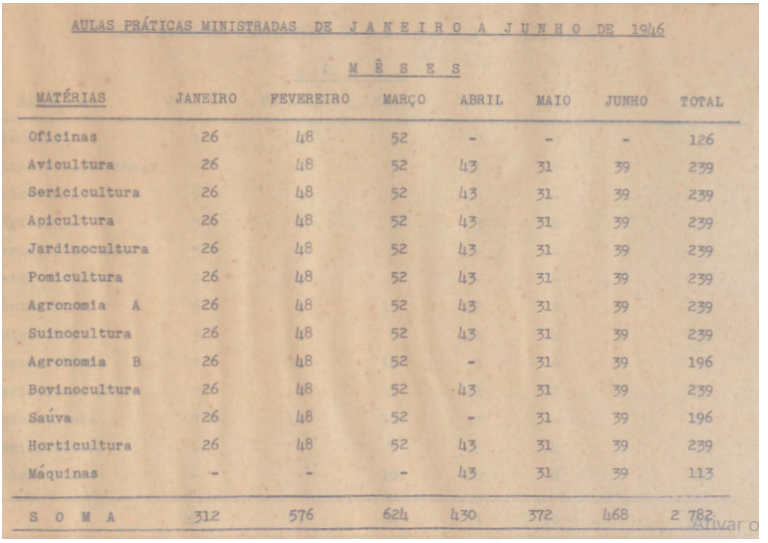
AULAS TEÓRICAS E PRIMÁRIAS

H O R Á R I O

D I A S	9,00 ás 9,45		11,20 ás 12,05		12,10 ás 12,55		13,00 ás 13,45		19,30 ás 20,30	
Segunda-feira	Português	A B C	Suinocultura	A	Sericicultura	A	Apicultura	A	História	A B C
			Sericicultura	B	Suinocultura	B	Pomicultura	B		
Terça-feira	Aritmética	A B C	Suinocultura	A	Sericicultura	A	Silvicultura	A	Geografia	A B C
			Sericicultura	B	Suinocultura	B	Apicultura	B		
Quarta-feira	Português	A B C	Agricultura	A	Bovinocultura	A	Suinocultura	A	Português	A B C
			Bovinocultura	B	Agricultura	B	Silvicultura	B		
Quinta-feira	Aritmética	A B C	Bovinocultura	B	Agricultura	B	Hortalicicul.	A	História	A B C
			Agricultura	A	Bovinocultura	A	Suinocultura	B		
Sexta-feira	Português	A B C	Bovinocultura	B	Agricultura	B	Pomicultura	A	Geografia	A B C
			Agricultura	A	Bovinocultura	A	Hortalicicul.	B		
Sábado	Aritmética	A B C	Pomicultura	B	Ciência	B	Higiene	A	---------	
			Ciência	A	Pomicultura	A		B		

Fonte: Relatório, 1946, fl. 114.

Figura 3.6 - Quantidade de aulas práticas ministradas de janeiro a julho de 1946



AULAS PRÁTICAS MINISTRADAS DE JANEIRO A JUNHO DE 1946

M Ê S E S

MATÉRIAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Oficinas	26	48	52	-	-	-	126
Avicultura	26	48	52	43	31	39	239
Sericicultura	26	48	52	43	31	39	239
Apicultura	26	48	52	43	31	39	239
Jardinocultura	26	48	52	43	31	39	239
Pomicultura	26	48	52	43	31	39	239
Agronomia A	26	48	52	43	31	39	239
Suinocultura	26	48	52	43	31	39	239
Agronomia B	26	48	52	-	31	39	196
Bovinocultura	26	48	52	43	31	39	239
Saúva	26	48	52	-	31	39	196
Horticultura	26	48	52	43	31	39	239
Máquinas	-	-	-	43	31	39	113
S O M A	312	576	624	430	372	468	2 782

Fonte: Relatório, 1946, fl. 114.

O Relatório traz também a organização de horários das aulas teóricas e práticas. Entrecruzando as informações desse documento com as dos anteriores, bem como as memórias dos ex-alunos, vamos tecendo uma imagem em que é possível enxergar aspectos do funcionamento cotidiano da EPA. Destacamos na figura a seguir o quadro com a organização pedagógica entre as disciplinas teóricas próprias para a formação técnica e aquelas comuns para a formação geral (chamadas de primárias). Os estudantes dividiam-se em três turmas (A, B e C), com aulas teóricas que iniciavam às 9h e encerravam-se às 13h45, sendo retomadas às 19h30 para a última aula do dia. Os períodos do início da manhã e o vespertino eram dedicados às atividades práticas, com os intervalos para café, almoço e jantar.

Figura 3.7 - Quantidade de aulas teóricas ministradas

AULAS TEÓRICAS MINISTRADAS DE J A N E I R O A J U N H O

MATÉRIAS	MÊSES JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Ciências	1	3	4	3	5	-	16
Administração Rural	-	-	-	11	7	-	18
Avicultura	5	5	2	-	-	-	12
Higiene	3	2	4	3	4	-	16
Hortalicicultura	3	3	1	-	-	-	7
Jardinocultura	2	4	-	-	-	-	6
Pomicultura	6	6	13	12	9	-	46
Apicultura	3	3	6	10	4	-	26
Bovinocultura	9	15	14	9	6	-	53
Agricultura Esp.	5	7	11	11	7	-	41
Suinocultura	7	12	10	17	-	-	46
Sericicultura	-	-	5	5	4	-	14
Silvicultura	-	-	10	10	4	-	24
S O M A	44	60	80	91	50	-	325

Ativar o V
Acesse Confi

Fonte: Relatório, 1946, fl. 114.

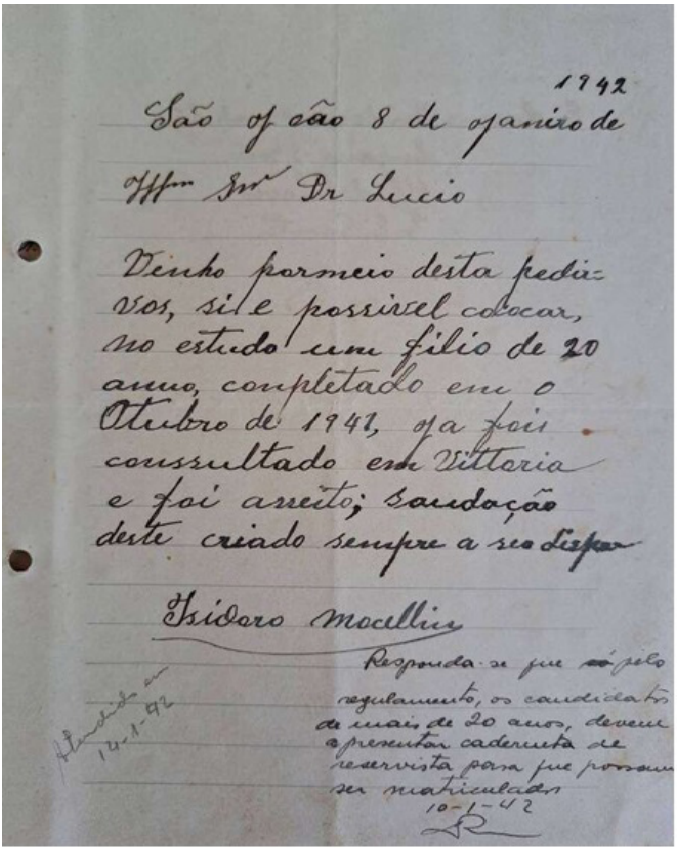
O quadro de aulas práticas ministradas complementa o quadro de horários anterior. Em um recorte do Relatório de 1946, as informações contidas na Figura 3.7 nos permite avaliar as principais áreas de conhecimentos práticos ensinados aos estudantes da EPA,

que variavam do manejo de suínos e bovinos ao combate às formigas saúvas. Podemos conjecturar, pelos registros, que havia uma distribuição uniforme das aulas por todas as áreas, excetuando-se a disciplina de "Máquinas", com aulas iniciadas apenas em abril daquele ano.

A Figura 3.7 mostra-nos as aulas teóricas que foram ministradas no semestre. Ao analisar os três quadros em conjunto, percebemos que a formação nos cursos ofertados até aquele momento – Administrador de Fazenda e Prático Rural – continham uma significativa carga horária e uma rotina de aulas teóricas e práticas intensas durante a semana.

Diversos documentos depositados no Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa listam estudantes matriculados nos cursos ofertados pela instituição. Chama a atenção a quantidade de listas de estudantes entrantes, formandos, evadidos, expulsos, premiados etc. Mesmo o Relatório de 1946 apresenta uma lista de estudantes que estavam matriculados no primeiro semestre, tendo, por isso, ingressado no ano anterior. Dispomos de nomes, município de nascimento e unidade da federação de origem de cada um. Da leitura dessa fonte, destacamos que 111 alunos estavam matriculados naquele momento. Destes, 97 eram capixabas, 9 mineiros e 5 fluminenses. Provinham de 20 municípios diferentes do Espírito Santo, evidenciando que a Escola Prática de Agricultura mantinha um amplo alcance dentro do território estadual (Espírito Santo, 1946).

Figura 3.8 - Carta de solicitação de matrícula



1942

São ofcão 8 de ojaniro de

Hfm Snr Dr Lucio

Venho pormeio desta pedir-
vos, sile possivel colocar,
no estudo um filio de 20
anno, completado em o
Otubro de 1941, oja foi
consultado em Vittoria
e foi aceito; saudação
deste criado sempre a seu dispor

Isidoro Mocellin

Respondase que só pelo
regulamento, os candidatos
de mais de 20 anos, devem
apresentar caderneta de
reservista para que possam
ser matriculados
10-1-42

Fonte: acervo Núcleo de Memória, 1942.

Para compreender de que modo os estudantes acessavam a Escola, passamos à análise das cartas de requisição de matrícula que eram endereçadas ao diretor. Até a criação de exames de seleção, essa foi a dinâmica que antecedia a matrícula. Para melhor caracterizar esse tipo de documento, listamos no Quadro 3.4 as correspondências recebidas pela EPA entre os anos de 1941 e 1945. Elas foram separadas a partir de seis tipos, de acordo com a temática tratada em cada uma. Identificamos ainda os remetentes principais de cada tipo por ano.

Quadro 3.4 - Correspondências recebidas (1941-1945)

Ano	Tipo	Volume	Remetente principal
1941	Solicitação de matrícula	15	Prefeituras e responsáveis
	Solicitações de materiais, informes e respostas	56	Diversos
	Ofícios da Secretaria Estadual de Agricultura	5	Secretário de Agricultura
	Ofícios diversos	11	Instituições de ensino
	Serviço de Sericultura	7	Estação de Sericultura de Vargem Alta
	Cartas e informações sobre estudantes matriculados	11	Responsáveis
Total		105	
1942	Solicitação de matrícula	49	Responsáveis
	Solicitações de materiais, informes e respostas	117	Diversos
	Ofícios da Secretaria Estadual de Agricultura	0	-
	Ofícios diversos	7	Empresas e Instituições de Ensino
	Serviço de Sericultura	1	Estação de Sericultura de Vargem Alta
	Cartas e informações sobre estudantes matriculados	45	Responsáveis e Estudantes
Total		219	
1943	Solicitação de matrícula	38	Prefeituras e responsáveis
	Solicitações de materiais, informes e respostas	87	Diversos
	Ofícios da Secretaria Estadual de Agricultura	7	Secretária de Estado da Agricultura
	Ofícios diversos	33	Empresas e Instituições de Ensino
	Serviço de Sericultura	6	Estação de Sericultura de Vargem Alta
	Cartas e informações sobre estudantes matriculados	37	Responsáveis e estudantes
Total		208	

1945	Solicitação de matrícula	1	Responsável
	Solicitações de materiais, informes e respostas	35	Credores
	Ofícios da Secretaria Estadual de Agricultura	0	-
	Ofícios diversos	13	Interventoria
	Serviço de Sericultura	2	Estação de Sericultura de Vargem Alta
	Cartas e informações sobre estudantes matriculados	0	-
Total		51	

Fonte: Correspondências recebidas, 1941, 1942, 1943 e 1945. Acervo Núcleo de Memória.

Essa caracterização nos permite afirmar, a partir de uma leitura dessas correspondências, que a EPA, nos seus primeiros anos de funcionamento, rapidamente constituiu significativa infraestrutura para o funcionamento dos cursos e ações de extensão rural que promovia. Lembramos que a Escola estava subordinada à Secretaria de Estado da Agricultura, sem que houvesse, nessa repartição, diretoria ou setor similar dedicado exclusivamente à educação. Entre 1940 e 1946 – ano em que foi celebrado um acordo de gestão com a CBAR para a gestão da EPA e, posteriormente, outro acordo com a União – A Escola funcionou como o serviço de ensino agrícola da Secretaria de Agricultura.

A leitura das cartas (Figura 3.8), ofícios, memorandos, bilhetes e notas fiscais, que compõem essa massa documental de correspondências, permite, por exemplo, compreender a articulação da EPA com outras agências subordinadas àquela pasta do Executivo Estadual, como a Estação de Sericultura de Vargem Alta. Foi estabelecida, na Escola, uma produção do "bicho-da-seda" e de amoreiras para alimentá-los, supervisionada por um técnico residente daquela Estação. Essa produção atendia a interesses econômicos de disseminação dessa cultura entre os lavradores capixabas.[21]

[21] A Estação de Sericultura de Vargem Alta foi criada em 1929 com o plantio de amoreiras e a introdução das primeiras larvas do bicho-da-seda. A Estação foi ampliada em 1935, com a introdução de máquinas para a fiação (O CAMPO, 1939, p. 56-59).

Passando à leitura das cartas por nós classificadas como "solicitação de matrícula", observamos importantes indícios que nos ajudam a compreender a dinâmica de acesso dos estudantes na EPA.

> PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLAUDIO
>
> [...]
>
> De ordem do Exmo. Snr. Prefeito Municipal, tenho o prazer de apresentar a Vossa Excelencia os candidatos a Escola Prática de Agricultura que são os seguintes: Augusto Vieira Idilio Vargas, Galdino Leite Ribeiro, Aliphas Moraes e Orlando Farzaneli, taes candidatos serão ai submetidos a inspeção de saúde por determinação do Exmo. Snr. Diretor Geral de Agricultura [...] (Correspondência Recebida, 1941).

> PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
>
> [...]
>
> De acordo com o Estatuto déssa Escola Prática de Agricultura e posterior deliberação do snr. Dr. Diretor do Departamento Geral de Agricultura, coube a este município na matriculo desse Instituto um total de dez vagas a serem preenchidas por indicação dessa Prefeitura. Concorreram as vagas dez candidatos dos quais foram aceitos pelo departamento sómente seis, ignorando o motivo da rejeição dos demais [...] (Correspondência Recebida, 1941).

> PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
>
> [...]
>
> De conformidade com a circular nº 809, de 29 de Maio último, de V. Ex., apresento pelo presente os menores, Elcy Bosque de Meneses e José Cabral de Siqueira, candidatos deste Municipio para a escola pratica de Agricultura do Estado [...] (Correspondência Recebida, 1941).

As correspondências citadas evidenciam a articulação em nível estadual para o preenchimento das vagas no primeiro ano de funcionamento da EPA. As prefeituras municipais de Afonso Cláudio, Colatina e Muniz Freire haviam selecionado estudantes, que eram encaminhados para a realização da matrícula. Não alcançamos, na leitura das fontes, os critérios estabelecidos para essa seleção e não pudemos confirmar se todas as prefeituras estavam em condições de enviar estudantes para a Escola.

Soma-se a essa seleção, que teve os governos locais como parceiros, a possibilidade de requisição de matrícula diretamente ao diretor da EPA. Todas as cartas arroladas tinham Lúcio Fernandes Ramos como destinatário.

> Exmo Snr. Diretor da Escola Pratica de Agricultura
>
> São João de Petropolis
>
> Joaquim Gomes de Macedo [...].
>
> Vem respeitosamente pedir a V. Exa. se digne conceder matricular no curso de Agricultura o meu filho Francisco Gomes Sobrinho, nascido na Vila de Cabedelo, E. da Paraiba, a 1º de Agosto de 1924. Conforme provará com certidão quando se tornar oportuno.
>
> P. despacho.
>
> Demétrio Ribeiro em 27 de junho de 1942. (Correspondência Recebida, 1942).

No conjunto de cartas endereçadas ao diretor, chamamos a atenção também para as solicitações de informações variadas sobre os estudantes, sempre partindo de seus pais ou responsáveis. Parece-nos que os estudantes também recebiam diretamente correspondências, contudo, nos dois primeiros anos, há quantidade significativa de missivas à Escola para tratar de assuntos relacionados aos alunos.

Nesse conjunto de cartas, destacamos também informações que nos permitem não apenas avaliar como se dava o ingresso, mas observar aspectos que levavam à evasão dos estudantes. Apontamos anteriormente, neste capítulo, na análise dos Relatórios, o quantitativo de estudantes desligados antes da conclusão dos cursos, que tinham duração de apenas um ano.

> Sta Leopoldina 24-10-41
>
> Meu filho Nelson
>
> Esta tem o fim de lhe participar que estou gozando perfeita saúde. *Nelson escrevo-lhe esta para você pagar o que você deve e pedir licença ao Snr. Director para sair da Escola, devido as despezas ser muitas.*
>
> Sem maes recordações do
>
> Seu pae
>
> João Schinitel (Correspondência Recebida, 1941, grifo nosso).

> Alto Santa Maria 17 de Fevereiro de 1942
>
> Ilmo. Snr. Diretôr Lucio Ramos
>
> Comunico a V. S.ª que eu resolvi não mais ai continuar a estudo de Escola Pratica, peço-lhe portanto eliminar o meu nome da Matricula. *O motivo é que a pessôa que interessou arranjar rapazes para esta escola prometeu-me que tinha que formar linha de tiro e nos já estamos no mês de Fevereiro perto de terminar o tempo de estar ai que é até o mês de Junho e não vi nenhum inicio de instruções de linha de tiro.*
>
> Peço V. S.ª desculpar-me pedir licença para vir em casa e depois não voltar.
>
> Eu só vim em casa pedir o meu pai para não me mandar mais aí, porque para mim não interessa mesmo nada estar aí sem esperança de tirar certificado e *no mesmo tempo papai também é pobre, portanto ele não pode estar perdendo o meu serviço sem resultados.*
>
> [...] (Correspondência Recebida, 1942).

Destacamos algumas situações nos documentos citados: os custos na manutenção dos estudantes, que deveriam ser cobertos pela família, e a necessidade de auxílio no trabalho rural. Diante da frustração de expectativas, que levou ao atraso nas atividades da Escola de Instrução Militar, pesou o fato de que o autor da segunda carta relatava a necessidade de ajudar o pai pobre.

Já indicamos anteriormente que a EPA se constituiu enquanto uma escola pública, com subvenção do Executivo Estadual até 1948. Inferimos que as despesas poderiam estar relacionadas aos aspectos de serviços aos estudantes, como lavanderia, transporte e mesmo para uma vida social no distrito de São João de Petrópolis.

Por último, analisamos carta enviada pelos estudantes da EPA ao diretor Lúcio Ramos para solicitar uma mudança no horário de aula.

> [...]
>
> Exmo. Snr. Dr. Lucio Ramos
>
> Os alumnos desta Escola, por intermédio de seu representante e colega Victor Marques, solicitam o seu digno Diretôr, Dr. Lucio Ramos, afim de que aprove a seguinte modificação do horário de trabalho, ás quartas-feiras, no período da tarde, compreendendo o seguinte: – Encerramento dos trabalhos ás 15,30 ou 15,45 e sinál para jantar ás 17,30.

> O fim desta alteração, é para que possamos praticar os esportes dentro de um horário mais amplo.
>
> Esperando vossa firme decisão somos agradecidos.
>
> Victor Marques (Correspondência Recebida, 1942).

Lemos, em anotação manuscrita ao final do documento, que a solicitação foi deferida. Em carta de 3 de novembro de 1943, lemos as felicitações pelo aniversário do diretor enviadas pelo Grêmio Literário Esportivo "Guia Lopes". Desse modo, sabemos que havia uma organização estudantil atuando na EPA (Correspondência Recebida, 1943). Esse mesmo Grêmio foi responsável pela publicação do jornal *O Desafio* em 1948.

Em maio de 1943, a correspondência recebida passa a dirigir-se ao Sr. João Celestino de Almeida Filho, na qualidade de diretor interino da Escola Prática de Agricultura. Em novembro, Lúcio Ramos estava de volta à função. Observamos, pela documentação, que o diretor esteve afastado em outros momentos.

Podemos observar, na imprensa periódica de 1945, uma inflexão no que tange ao tom otimista dos documentos institucionais em relação ao funcionamento da Escola Prática de Agricultura. O jornal *Folha Capichaba* publicou, entre maio e junho daquele ano, três reportagens denunciando o estado de abandono em que se encontrava a Escola.[22]

> A ESCOLA PRATICA DE AGRICULTURA
>
> Noticias procedentes de Santa Tereza dão conta do triste estado em que se encontra a Escola Pratica de Agricultura em situação de completo abandono. Foram retiradas todas as maquinas agrícolas para uma fazenda próxima a esta capital.
>
> A pastaria encontra-se sem trato de especie alguma, resultando desse lamentável desprezo a retirada do gado da Escola para outro local.

[22] O jornal Folha Capichaba teve seu número inaugural em 1º de maio de 1945. Situava-se no campo da esquerda, jactava-se de ser "Um jornal do povo, nascido do povo, para atender exclusivamente à vontade do povo" (FOLHA CAPICHABA, nº 1, 1945, p. 1). Seus diretores proprietários eram João Calazans e Érico Neves. A redação era chefiada por Aldemar Neves. Destaque para um logo artigo assinado por Luiz Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), analisando a conjuntura política brasileira à época. Vale destacar que o periódico mantinha, em 1945, uma postura favorável ao governo do interventor Jones dos Santos Neves.

> Todos conhecemos o extraordinário valor que representa aquele centro de estudos, onde dezenas de pobres camponezes e filhos de lavradores alí iam encontrar estimulo para seus labores [...]
>
> Estará a Escola Pratica de Agricultura destinada ao mesmo futuro que teve o centro Experimental de Goitacazes?
>
> Ou será uma especie de Fazenda Monte Líbano?
>
> Foram empregados naquele educandario agricula milhares de cruzeiros.
>
> Dinheiro do povo que deveria ser empregado, portanto, em beneficio dos interesses do povo.
>
> É um crime o abandono em que se encontra a Escola Prática de Agricultura. Como poderá o sr. Secretário de Agricultura explicar esse doloroso acontecimento? (Folha Capichaba, nº 103, 1945, p. 2).

Lemos, na primeira notícia, o tom de cobrança ao secretário de Agricultura, para que pudesse explicar o desvio de máquinas e animais que estariam em propriedades particulares. A referência ao "Centro Experimental Goitacazes" e à "Fazenda Monte Líbano" dão conta de campos experimentais administrados pelo Executivo Estadual. No texto seguinte, foi apresentada a situação da Cooperativa de Consumo, instituição gerida pelos servidores da EPA.

> ESCOLA PRATICA DE AGRICULTURA EM SANTA TEREZA
>
> SANTA TEREZA - (Do correspondente) - É simplesmente lamentavel a situação da Cooperativa de Consumo da Escola Pratica de Agricultura, em virtude de achar em atrazo o pagamento do salário dos operários e de certo numero de extra-numerarios mensalistas do referido estabelecimento [...].
>
> A situação da Cooperativa já foi levada ao conhecimento do Sr. Secretario da Agricultura pelo Dr. José de Lemos, ex-Diretor da Escola, sem que aquela autoridade resolvesse de uma vez o caso. A intervenção do Dr. Jones dos Santos Neves, digno Interventor Federal, é a única esperança que ainda resta aos operarios, que são os maiores prejudicados com a situação da entidade que os salvava da fome: - a Cooperativa de Consumo (Folha Capichaba, nº 108, 1945, p. 1).

Problemas administrativos envolvendo a Cooperativa foram relatados. Temos a informação de um novo diretor atuando em 1945, José de Lemos, e um apelo para que o interventor pudesse atuar diante da situação. A última reportagem sobre o tema traz

acusações indicando os responsáveis pela desorganização administrativa que vinha sendo relatada.

> Estranhas revelações sôbre a Escola Pratica de Agricultura
>
> A proposito das inumeras irregularidades já apontadas na Escola Pratica de Agricultura, em santa Tereza, recebemos do sr. Humerto Barreto a seguinte carta:
>
> Snr. Diretor:
>
> A bem da verdade e os altos interesses do Estado, venho trazer, por intermédio desse independente diário, ao conhecimento do povo, os abusos revoltantes que se passaram na Escola Pratica de Agricultura depois que o referido estabelecimento teve a infelicidade de ser entregue á direção do Dr. Sá e Benevides. Este cidadão, [...] nada fez pela escola, a não ser desorganizar-lhe os serviços, provocar a saida de diversos funcionários antigos, falar a alunos de sua satisfação quando tinha conhecimento de que qualquer deles tomava a resolução de abandonar os estudos, levantar diariamente ás dez horas da manhã, apresentar-se, em serviço, sempre armado de revólver e facão, conservando aquela arma sobre sua secretária onde, ás vezes se sentava, afóra outros tantos que são do conhecimento da totalidade dos professores e demais funcionários que tiveram a desdita de trabalhar sob suas ordens [...].
>
> Acredito que o digno Interventor Federal desconheça essas tristes verdades e é justamente por isso que venho solicitar - a V. S. a publicação destas linhas, para que a Escola Prática de Agricultura não continue perdendo prestígio e se desviando de seu nobre destino.
>
> a) *Humberto Barreto* (Folha Capichaba, nº 126, 1945, p. 1).

Humberto Barreto escreveu à redação do jornal indicando que o ex-diretor "Dr. Sá e Benevides" seria o responsável pela situação que vinha sendo descrita. Buscamos, na documentação da EPA, evidências que corroborassem essa situação e encontramos, na correspondência recebida em 1945, indícios de que houve, naquele ano, alguma desorganização administrativa.

Observamos, no quadro anterior, uma diminuição no volume de correspondências recebidas naquele ano. A leitura desses documentos indica a existência de, pelo menos, oito cartas de cobrança de pagamentos não realizados aos fornecedores da EPA. Seguindo na análise dessa documentação, vimos que entre fevereiro e

setembro houve três diretores diferentes: Sá e Benevides, José de Lemos e Henrique Ayres de Oliveira (Correspondência Recebida, 1945).

Todo o episódio descrito evidencia que a EPA não esteve imune aos humores da política e das gestões da Secretaria da Agricultura no período. Na ausência de Lúcio Fernandes Ramos, diretor desde 1941, que reassumiria a Escola em 1946, a *Folha Capichaba* ecoou críticas que podiam ser repercutidas por toda a sociedade. A análise das fontes mostrou serem plausíveis todas elas.

Mostramos aqui uma escola em funcionamento com múltiplos sujeitos agindo. Disciplinas, horários, matrícula, e muitos outros temas que atravessam o cotidiano escolar. Problemas e soluções são encontrados e podem ser rastreados na análise das fontes, analisadas em busca de compor um cenário dos anos iniciais e o processo de organização e funcionamento de uma escola de ensino agrícola. Instituição essa, reiteramos, que precisa ser compreendida como um polo irradiador de práticas destinadas a um público mais amplo do que os estudantes matriculados nos cursos regulares.

3.2 A Semana do Lavrador

Passemos, em análise, a Semana do Lavrador, em sua materialidade, como evento extensionista entre 1946 e 1948, anos iniciais dessa iniciativa que ocorreu ininterruptamente até os anos 1990. Tomamos como fontes relatórios, programas, premiações, matérias na imprensa periódica e fotografias.

Até aqui, buscamos compreender a Escola Prática de Agricultura não apenas a partir das atividades de ensino, como também suas inter-relações com a comunidade circunvizinha e mesmo com o estado do Espírito Santo na década de 1940. Consideramos a primeira evidência dessa relação ainda anterior à criação da EPA, quando, a partir de 1937, a antiga Fazenda Pagani foi transformada em centro produtor de sementes sob a administração da Secretaria Estadual de Agricultura. A escolha dessa mesma fazenda para

instalação da escola não ocorre ao acaso, ao pensarmos que as atividades desenvolvidas não cessaram. Elas permaneceram e foram amplificadas com o início dos cursos técnicos no local. Desse modo, podemos traçar uma linha de continuidade que se inicia em 1937 com a fazenda produtora de sementes e permanece durante a década seguinte com os eventos voltados para os lavradores, como as Exposições do Milho, Semana do Lavrador, Semana Ruralista Feminina, entre outros.

Trataremos aqui da Semana do Lavrador na sua primeira edição documentada em 1947. A pasta 01.01.002, do Fundo Escola Prática de Agricultura, no Núcleo de Memória, guarda os documentos que nos permitem recompor os passos da organização da Semana do Lavrador. Em carta dirigida à comunidade, Lúcio Ramos, então diretor da Escola, delineia o evento que estava sendo organizado.

> [...] A Escola Prática de Agricultura, localizada em São João de Petrópolis, município de Santa Teresa, contando com o apôio da Secretaria de Agricultura, do Fomento Agrícola Federal e da Comissão Brasileiro Americana de Educação das Populações Rurais, realizará de 28 de julho a 3 de agosto próximos, a suam "1ª Semana dos Lavradores" do Espírito Santo.
>
> Adotando a mesma finalidade e a mesma orientação da "Semana do Fazendeiro" da Escola de Viçosa, instituição tradicional e eficiente, à qual tem normalmente comparecido numerosas caravanas de lavradores capixabas [...] a nossa "1ª semana dos lavradores" destina-se a atender os reclames dos fazendeiros e colonos do Espírito Santo, que por suas inadiáveis ocupações, ou seus poucos recursos, não podem sair do Estado para uma viagem tão longa em demanda da Escola de Viçosa.
>
> A Escola Prática de Agricultura, terá nessa primeira vez, uma capacidade de hospedagem limitada para 150 lavradores e essa hospedagem será gratuita.
>
> O Governo possivelmente obterá redução nas passagens de estradas de ferro para tal fim.
>
> Como só poderá hospedar 150 lavradores com cama e mesa, serão atendidos os pedidos de lugares, pela ordem de sua chegada, os quais poderão ser feitos desde já. Haverá ainda a aceitação de semi-internos e externos, principalmente para os lavradores visinhos à Escola [...] (Ramos, 1947, fl. 1, grifo no original).

Na carta do diretor, lemos que o evento seguirá o modelo da "Escola de Viçosa", instituição que já tratamos anteriormente como modelo para diversas ações empreendidas na EPA, que era destino, inclusive, de estudantes capixabas subvencionados pelo governo estadual. Destacamos ainda a capacidade de hospedagem e a ampla dimensão territorial que o evento abrangia. Com duração de uma semana, pensamos que os recursos empregados para sua realização se tornaram significativos ao longo do tempo. Também se fazia presente a parceria com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), órgão que visava fomentar e patrocinar ações de extensão rural no Brasil.

Figura 3.9 - Participantes da 4ª Semana do Lavrador



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória. Autor desconhecido, 1950.

Na fotografia acima, visualizamos mais de uma centena de participantes da 4ª Semana do Lavrador e da 4ª Semana Ruralista Feminina, eventos ocorridos em 1950. Na lateral, um carro com a sigla do Ministério da Agricultura e da CBAR, evidenciando que o patrocínio iniciado na primeira semana prosseguiu nos anos seguintes. A carta circular de Ramos fornece ainda informações sobre como foi planejado o cronograma de atividades daquele evento.

> Durante essa semana serão ministradas aulas práticas, demonstrações sobre os assuntos da lavoura e da pecuária que mais interêsse têm para os Espírito Santo.
>
> Haverá ainda conferencias sobre higiene e profilaxia e sessões de cinema educativo.
>
> Realizará ao mesmo tempo, com o mesmo apoio e mesma colaboração a "1ª Semana Rural Feminina", com idênticas prerrogativas e hospedagem em prédio próprio, sob a direção das famílias da Escola.
>
> Serão aqui ministradas aulas eminentemente práticas sobre higiene rural, alimentação, dietética, enfermagem, pequenas culturas e criações e indústrias domésticas rurais. Todos os programas serão publicados oportunamente [...] (Ramos, 1947, fl. 1, grifo no original).

O diretor, em seu comunicado, oferece um panorama de múltiplas atividades sendo desenvolvidas durante a semana, com caráter prático e direcionadas a homens e mulheres do campo. A existência do evento "Semana Rural Feminina" reforça o caráter amplo em atender à população do campo de forma ampla, garantindo "prédio próprio" sob a direção das "famílias" para não haver qualquer ofensa à moral vigente. Na Figura 3.10, observamos mulheres em uma sala de aula assistindo a uma demonstração de atividade doméstica.

Figura 3.10 - Atividade para mulheres na 5ª Semana Ruralista Feminina



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória. Autor desconhecido, 1950.

Figura 3.11 - Atividade de campo. 5ª Semana do Lavrador



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória. Autor desconhecido, 1950.

Na mesma pasta, encontramos recortes do jornal *A Gazeta* de 31 de maio e do *Diário Oficial* de 24 de junho daquele ano, com um extrato da circular de Ramos. A divulgação do evento em meios impressos pareceu ser uma estratégia para alcançar os lavradores de todo o estado. Outros documentos instruem quanto à hospedagem dos participantes, aulas, informes que antecederam o evento, buscando o êxito na sua realização. Durante a semana do evento foram publicados quatro boletins circulares com informações e instruções para os dias seguintes. Considerando as dimensões da escola, suas instalações, muitas delas distantes alguns quilômetros, e as múltiplas atividades programadas, imaginamos que essa organização demandou um grande planejamento.

Figura 3.12 - Encarte com a programação da Semana do Lavrador



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória, 1947.

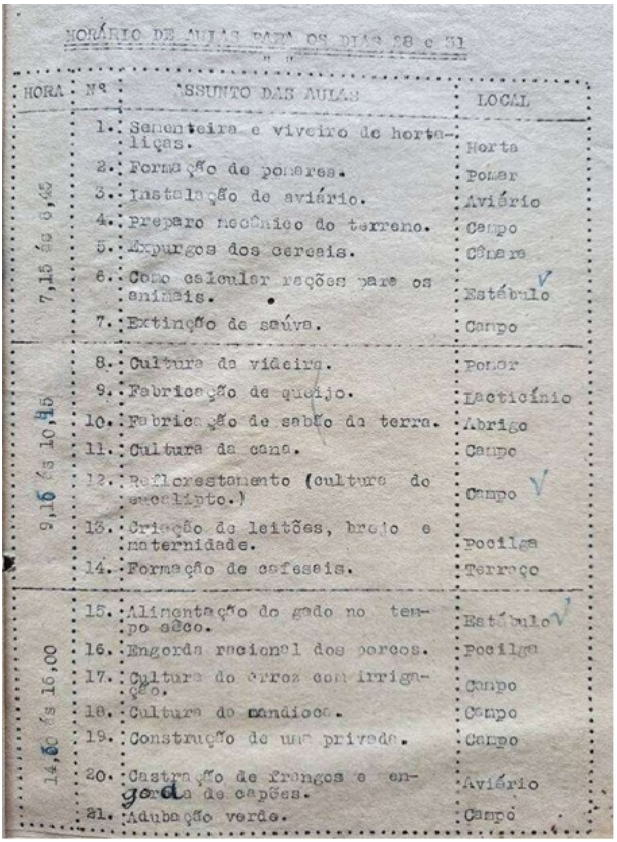
Durante o evento, houve também a 6ª Exposição do Milho de Santa Teresa. Como já salientado, consideramos esse evento a primeira atividade extensionista praticada pela EPA desde a sua criação. A organização interna contava com comissões para recepção, dormitórios, refeitório, secretaria, julgamento na exposição do milho, controle da ponte e saúde (Comissões, 1947).

Para aqueles que chegavam, houve a preparação de um encarte com a programação. Observamos que, nos eventos seguintes, esse tipo de publicação sempre esteve presente para auxiliar os lavradores com os horários das múltiplas atividades que ocorriam durante todo o dia.

Na programação da semana, o café era servido das 6h às 6h30. Às 7h, todos se encontravam em frente ao prédio principal para "leitura do pensamento do dia" (não foi localizado, junto aos documentos, o que era lido) e informes sobre as aulas que começariam em seguida. O almoço era servido às 11h e havia um horário livre até às 14h. Na sequência, era servido café. Das 14h30 às 16h, ocorriam as últimas aulas do dia, com o jantar, servido às 17h.

As 19h30, ocorriam sessões de cinema ou conferências, horário também reservado para diversões. A programação terminava às 21h30 com um chá.

Figura 3.13 - Horário das aulas. Semana do Lavrador



HORÁRIO DE AULAS PARA OS DIAS 28 e 31

HORA	Nº	ASSUNTO DAS AULAS	LOCAL
7,15 às 9,45	1.	Sementeira e viveiro de hortaliças.	Horta
	2.	Formação de pomares.	Pomar
	3.	Instalação de aviário.	Aviário
	4.	Preparo mecânico do terreno.	Campo
	5.	Expurgos dos cereais.	Cômara
	6.	Como calcular rações para os animais.	Estábulo
	7.	Extinção de saúva.	Campo
9,16 às 10,45	8.	Cultura da videira.	Pomar
	9.	Fabricação de queijo.	Lacticínio
	10.	Fabricação de sabão da terra.	Abrigo
	11.	Cultura da cana.	Campo
	12.	Reflorestamento (cultura do eucalipto.)	Campo
	13.	Criação de leitões, broio e maternidade.	Pocilga
	14.	Formação de cafesais.	Terreço
14,30 às 16,00	15.	Alimentação do gado no tempo sêco.	Estábulo
	16.	Engorda racional dos porcos.	Pocilga
	17.	Cultura do arroz com irrigação.	Campo
	18.	Cultura da mandioca.	Campo
	19.	Construção de uma privada.	Campo
	20.	Castração de frangos e engorda de capões.	Aviário
	21.	Adubação verde.	Campo

Fonte: Acervo do Núcleo de Memória, 1947.

As aulas, como listado na Figura 3.13, ocorriam nos setores da fazenda-escola. Dezenas de atividades, que consistiam desde a fabricação de queijo até a construção de sanitário, eram realizadas. No total, o evento ofertou 61 aulas diferentes ao longo da semana. Houve ainda as atividades culturais como as sessões de cinema e palestras com noções de higiene.

Figura 3.14 – Partida de lavradores após evento



Fonte: Núcleo de Memória. Autor desconhecido, década de 1950.

Nos documentos arquivados pela administração escolar, referentes à primeira Semana do Lavrador, encontramos, por último, recortes de jornal que noticiavam aquela experiência. No periódico *A Tribuna*, em 6 de agosto, lemos que havia uma repercussão positiva do evento junto ao Legislativo capixaba. Destacava a informação de que 400 lavradores teriam participado do evento (A Tribuna, 1947, s/p). Ao confrontarmos os relatos com documentos iconográficos, somos levados a acreditar que esse evento reunia grande público.

O mesmo jornal *A Tribuna,* em 10 de setembro, no caderno *Suplemento Rural*, publicou uma longa avaliação dos três eventos simultâneos que ocorreram na EPA. A reportagem listou as atividades que foram realizadas e destacou as parcerias com o governo estadual e federal para que a Semana do Lavrador ocorresse. Repercutiu ainda que o evento foi importante para a divulgação da escola junto aos lavradores. Sabemos também que o governador Carlos Lindenberg, o secretário de Agricultura Napoleão Fontenelle e alguns deputados estiveram presentes na cerimônia de encerramento, o que nos sinaliza que o grupo político dirigente à época valorizou aquele evento (A Tribuna, 1947, p. 6).

Podemos avaliar, em linha com o que extraímos das fontes, que A Semana do Lavrador e a Semana Ruralista Feminina atingiram seu objetivo e tiveram adesão do público-alvo. Sabemos, por relatos informais, que esse evento esteve no calendário da instituição até a década de 1980, sendo ainda bastante lembrado pela comunidade do entorno. O caráter extensionista da Escola fortaleceu-se ainda mais. (Fernandes Filho, 2008; Associação de Ex-alunos, 2022).

No ano seguinte, o evento será comentado também pelo jornal *O Cultivador*. A edição de 1º de junho de 1948 faz lembrança da edição anterior da Semana do Lavrador e convida os agricultores para aquela que seria realizada no próximo mês.

Nessa edição, chama a atenção um artigo do diretor Lúcio Ramos, intitulado "E a escola marcha". Ele é sintomático do que parece ser a compreensão daqueles sujeitos sobre uma nova fase da vida daquela instituição. Ramos ancora sua análise na dicotomia entre o passado e o presente.

> A fundação desta Escola de Agricultura, adveio mesmo como um imperativo da intensidade da vida rural no Espírito Santo, da fertilidade de suas terras e dos *desmandos outróra praticados pelos seus desbravadores, que, cheios tanto de ardor como de imprevidência, tentaram destruir essa fertilidade, com seus processos primitivos de agricultar [...].*
>
> De fato, o Padre Afonso Braz em 1551, já escrevia sôbre a terra do Espírito Santo: "... a ter a melhor e mais fértil terra de todo o Brasil." *Tais terras exceto a faixa litorânea, eram quasi completamente cobertas de matas exuberantes que desapareceram em grande parte, dando lugar à fúria destruidora da erosão.*
>
> Daí o sonho dos Governantes, em educar as hostes rurais com a técnica e a providência, asseguradoras da fertilidade, que corria em grandes caudais para o mar ou se evolava no fumo das queimadas. A "Exposição de Motivos" nº. 889 de 23 de Julho de 1940, apresentada pelo Dr. Enrico lldebrando Aurélio Ruschi, então Diretor do Departamento Geral de Agricultura, ao Capitão João Punaro Bley, Interventor Federal, foi o primeiro passo oficial para concretizar tal intento. *Êsses dois homens pois, foram os realizâdores do sonho de seus antecessores* [...] (O Cultivador, nº 8, 1948, p. 3, grifo nosso).

A referência primeira faz relação ao passado das terras férteis anteriores à colonização. Passa à citação do padre jesuíta Afonso Braz e destaca a imprevidência dos modos de produção que levaram à exaustão do solo. Chega, então, à exposição de motivos para a criação da Escola Prática de Agricultura em 1940. Nesse ponto, destaca duas figuras sobre as quais nos detivemos no segundo capítulo: Ildebrando Aurélio Ruschi e João Punaro Bley, o secretário de Agricultura e o interventor responsáveis pela instituição agora dirigida por Ramos. O texto traça uma linha do tempo quase necessária que justifica o presente. Ele prossegue discorrendo sobre os atos normativos de 1940, a mudança do local escolhido do município da Serra para Santa Teresa e, ao falar do estatuto da EPA, indica que serviram de modelo os estatutos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e da Escola Agrícola de Jabuticabal em São Paulo. Prossegue Ramos:

> Em 1º de setembro de 1941, chegava à Fazenda em um automóvel, o primeiro corpo administrativo e docente, composto do Agrônomo Lúcio F. Ramos, do Veterinário Carlos Cola e dos Técnicos Homero Barreto, Alcides Costa e Paulo Shutz, com a missão de organizar "tudo" e receber três dias depois, a primeira turma de alunos! De fato, em 4 de Setembro, chegaram três caminhões com 120 rapazes provindos de quasi todos os municípios do Estado, os quais três dias depois, feitas a classificação e as matrículas recebiam as primeiras aulas.
>
> Pela seqüência de acontecimentos tão importantes em prazo tão curto verifica-se que o empreendimento deveria romper qualquer obstáculo e chegasse ao fim custasse o que custasse.
>
> Os professôres necessários foram sendo procurados entre os funcionários técnicos da Secretaria da Agricultura e posteriormente outros elementos foram chegando, principalmente oriundos da Escola de Viçosa.
>
> Finalmente, em 23 de Maio de 1942, com tôda a pompa de um grande acontecimento, com a Presença do mundo oficial e de cêrca de 4000 pessoas, inaugurou-se o edifício central e conseqüentemente a Escola Prática de Agricultura [...] (O Cultivador, nº 8, 1948, p. 3).

Os nomes dos primeiros professores e as circunstâncias da instalação da Escola em 1941 ganham contornos heroicos na narrativa de Ramos. Mas, em pouco tempo, estava terminada e

inaugurada a Escola, apontando também a obra como tarefa de vontade e certo ato de superação. Na sequência, o diretor passa a descrever as ações no intervalo que o separava do momento inaugural e, vale dizer, eram apenas oito anos.

> Como Escola Prática de Agricultura e com as diretrizes já traçadas pela lei foi ministrado curso regular de um ano, em que os alunos praticando em todas atividades mais comuns de um lavrador adiantado, recebiam nas salas de aula a explanação das razões científicas de seu trabalho.
>
> Além da aprendizagem essencialmente profissional, na qual, umas das características principais, era a exigência de que os jovens filhos de lavradores conservassem na escola os calos trazidos de casa, e os não acostumados ao trabalho manual, criassem em suas mãos êsse documento de dignidade e de honradez do homem do campo. Todos os momentos de "folga" eram aproveitados no ensino de higiene, moral, civismo e sociabilidade.
>
> A Escola nunca usou prisões nem castigos corporais mas procurou sempre conduzir os transviados para o bom caminho, com o poder da razão, tomando entretanto a precaução de afastar os absolutamente rebeldes e podendo afirmar que, grandes vitórias foram conseguidas com tais recursos. Assim, foram diplomados 198 Administradores de Fazenda e 151 Práticos Rurais; êstes últimos com o mesmo cabedal profissional e menos cultura geral, tendo em vista que haviam entrado analfabetos. Muitas centenas de outros jovens, mais rápidos, puderam assim em estágios mais rápidos reunir conhecimentos e práticas de valor inestimável para si e para as propriedades de seus pais [...] (O Cultivador, nº 8, 1948, p. 3).

A essa altura, o texto toma características de um balanço do trabalho desenvolvido pela instituição, inclusive com a indicação do número de estudantes formados nos cursos vigentes. Ausência de castigos físicos, mas com uma rotina rígida, são as marcas do trabalho prestado até aquele momento. Encerra, assim, a primeira parte do texto. Como ressaltamos, o recurso à história, como boa mestra que falará mais àquele presente do que ao passado, integra o discurso de Ramos. A continuação do artigo começa com o sugestivo subtítulo “Nova Fase”.

> [...] A partir de fevereiro de 1947, a Escola Prática de Agricultura, passou à jurisdição da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das populações Rurais - C.B.A.R. por fôrça do Acôrdo firma, do entre aquela Comissão e o Estado do Espírito Santo pelo qual aquela entidade concorrendo com um terço da manutenção total da Escola, reorganizou-a nos moldes dos estabelecimentos congêneres do Ministério da Agricultura conforme a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
>
> Êsse acôrdo que recebeu o título C.B.A.R. E-21 vigorou até 30 de junho p.p. quando a Escola por fôrça de novo Acôrdo passou a subordinar-se diretamente à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, mediante uma contribuição de dois terços da verba total de manutenção.
>
> Com tais regimes, a Escola sofreu profundas remodelações em seus programas com a orientação dos técnicos de educação rural do Ministério, prosperando e evoluindo assim grandemente e estendendo suas benéficas atividades, não sòmente aos lavradores vizinhos do estabelecimento, mas também aos de outros mais distantes e mesmo aos de todo o Estado [...] (O Cultivador, nº 8, 1948, p. 3).

Sabemos, pela pena de Ramos, que houvera uma turbulenta mudança administrativa nos últimos meses. Do acordo entre o Governo do Estado e a CBAR e, posteriormente, o acordo com o Governo Federal para assumir a Escola Prática de Agricultura, promovendo as modificações necessárias para atender à nova legislação. A fala vem reforçada com o argumento de que as mudanças seriam também positivas para o atendimento que a instituição prestava junto aos agricultores da região. Nesse sentido, podemos afirmar que a intersecção entre ensino e extensão rural saiu fortalecida do novo cenário que se apresentava.

Na sequência, o diretor apresenta os novos cursos oferecidos a partir daquele ano, com a reorganização didática iniciada em 1948:

> Ministram-se atualmente na Escola, os seguintes cursos:
>
> a) Curso primário: Complemento dêsse curso para os candidatos do secundário.
>
> b) Curso de Iniciação: De caráter secundário com dois anos de duração.
>
> c) Curso de Mestria Agrícola: Correspondente às 3ª e 4ª séries ginasiais.
>
> d) Curso de Técnico Agrícola: Com duração de três anos, correspondente ao curso científico dos Colégios e no qual o estudante se

> especializa em qualquer ramo de agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais. Êste curso não está ainda funcionando e provavelmente será instalado dentro de dois anos.
>
> e) Curso de continuação: Com duração de alguns meses até ano, para rapazes que não podendo fazer um curso mais longo, recebem instruções essencialmente práticas sôbre os métodos modernos de trabalho agrícola.
>
> Além dêsses cursos regulares, a Escola realiza anualmente a SEMANA DO LAVRADOR e em cada 1º domingo do mês, a REUNIÃO DOS LAVRADORES, Ministrando aulas práticas sôbre todos os assuntos palpitantes da lavoura e da pecuária.
>
> Muitos milhares de lavradores têm assim passado por aqui aprendendo, praticando, observando e também adquirindo máquinas, ferramentas, inseticidas, mudas, sementes e reprodutores.
>
> A fase mais brilhante e eficiente da Escola Agrotécnica entretanto, é a atual [...] (O Cultivador, nº 8, 1948, p. 3).

O artigo n'*O Cultivador* busca reforçar o papel da Escola nessa nova fase que se iniciava. Os cursos de Iniciação e de Mestria Agrícola substituíram as primeiras formações de apenas um ano em Administradores de Fazenda e Práticos Rurais. O curso Técnico Agrícola seria a continuação natural para os estudantes que tivessem ingressado nos anteriores. Isso significaria uma permanência de alguns anos na instituição. O curso de Continuação cumpriria o papel de oferecer uma formação prática rápida, o que era exigido, certamente, àqueles que não poderiam despender tempo para anos de formação.

Somado ao cenário dos novos cursos regulares, temos a referência à Semana do Lavrador, iniciada, pelo menos com essa nomenclatura, no ano anterior e às reuniões mensais com os lavradores da região. Essa última, sempre muito celebrada nos documentos que fazem esse registro, como n'*O Cultivador* que será analisado adiante.

Buscamos, ao longo do capítulo até aqui, compor uma trama que desse conta de retratar o cotidiano da Escola Prática de Agricultura nas suas atividades pedagógicas e ações de extensão rural, sempre destacando os sujeitos envolvidos nessas ações. Contudo, na

produção das fontes arroladas, enxergamos um limitador: as Semanas são fartamente documentadas pela EPA, mas não há documentos que registrem as impressões, opiniões ou avaliações daqueles que participavam das atividades. O evento foi celebrado, como demonstrado, e seguirá sendo executado pelos anos seguintes, mas aqui a leitura à contrapelo (Benjamin, 2021) necessita de maior aprofundamento. Há certo silêncio nas fontes quando indagadas acerca da relação dos sujeitos com as propostas de extensão rural.

Para contornar esse silêncio, recorremos, mais uma vez, às memórias de ex-alunos que foram publicadas em 2008 e 2022. Aqui, enxergamos impressões dos sujeitos que frequentavam as atividades da Semana do Lavrador. José Aristeu Tononi rememora as atividades culturais e a dinâmica da Semana.

> Havia uma preocupação com a questão cultural e o divertimento. Nos anos de 45 a escola passava filmes, ainda mudos, todas as 5ª feiras e era aberto a toda comunidade. Também aparecia por lá um caminhão, provavelmente, financiado pela Kolynos que passava filmes, estes também mudos e legendados. Sentávamos no chão, quando vinha o caminhão. A escola não cobrava pela apresentação. E o professor Nicoláu organizou um grupo de teatro que se apresentava no auditório da escola.
>
> A Semana do lavrador era realizada em julho, e havia uma competição para premiação das colheitas. *Os professores faziam palestras e cursos. Vinha gente de toda parte do Brasil para esta semana que era totalmente gratuita para os participantes.* Os trabalhos realizados na escola eram expostos, inclusive os trabalhos manuais realizados no curso de economia doméstica (Fernandes Filho, 2008, p. 55, grifo nosso).

Rubens Pereira da Silva esteve com seu pai na Semana do Lavrador de 1951. Ele relata que a impressão positiva do evento levou à decisão de matriculá-lo na Escola.

> *Em 1951, por um feliz acaso, meu pai foi convidado a participar de uma Semana do Lavrador, evento esse, que existia na Escola naquela época. Ao conhecer a Escola ficou muito impressionado com o que viu. Inclusive com o ensino escolar. Voltou pra casa motivado para mandar para lá um dos filhos, esse filho em questão era eu.* Mas se defrontou com um problema sério, porque eu não tinha o curso primário. Na minha região interior de Colatina, um lugar chamado Governador Lindemberg, hoje Município, não havia escola primária.

> Como meu pai era alfabetizado coisa rara naquela época ele nos ensinava a noite em casa, assim fui alfabetizado. Como meu pai se tornou grande amigo do Dr. Lúcio Fernandes Ramos, por seu interesse demonstrado ao que se ensinava aos agricultores nesta Semana na Escola, conseguiu com isso, um jeitinho para que eu pudesse me ingressar na Escola, numa escolinha que se chamava continuação, cuja professora era Dona Mercedes.
>
> Assim eu iniciei minha carreira naquela Escola. Concluí o primário, o curso de operário agrícola que nos dias de hoje equivale à segunda série do ensino fundamental, depois concluí o curso de Mestre Agrícola que corresponde ao curso ensino fundamental. Prestei o "vestibular" exigido para o curso de técnico agrícola. Cursei o primeiro ano depois me transferi para Campos dos Goitacazes – RJ [...] (Fernandes Filho, 2008, p. 348, grifo nosso).

O relato do Edgar Ribeiro Pimentel assemelha-se ao anterior. Da visita ao evento surgiu o interesse do pai em que ele ingressasse na instituição.

> *Em 1951, conheci a Escola através da Semana do Lavrador, evento que se realizava sempre no mês de julho, onde meu saudoso pai Sebastião Pimentel Loureiro e eu (com 12 anos) comparecemos. Papai era um pequeno agricultor do interior de Aracruz - Perobas (ES). Fomos acolhidos pelo saudoso Dr. Lúcio Fernandes Ramos, na época Diretor do Educandário.* Depois veio o convite para minha matrícula na Admissão, pois não tinha terminado o Curso Primário, assim conhecido à época. Ingressei na Escola em 1952 e somente em 1954 passei no Vestibular para ingressar no Curso de Iniciação Agrícola, depois de completado, em novo Vestibular, foi feito o Curso de Mestre Agrícola concluído em 1958. Após Novo Concurso Vestibular, ingressei no Curso Técnico ou Agrotécnico. Era uma época muito difícil e exigente. Tinha que estudar com dedicação. Por exemplo, quando entrei no Curso de Iniciação éramos, se não me engano, 45 alunos, e passando pelas outras fases, até a conclusão do Curso Técnico, chegamos com apenas seis, dos quais apenas quatro desde o início; os dois outros ingressaram no decorrer do período [...] (Associação de Ex-alunos, 2022, p. 41, grifo nosso).

Os três relatos citados circunscrevem-se em um período imediatamente posterior à Escola Prática de Agricultura. Da sua análise depreendemos três considerações: a Semana do Lavrador firmou-se como atividade de extensão rural, que cumpria seu objetivo em trazer os lavradores de todo o estado para participarem de

aulas, palestras e tantas outras ações no mês de julho de cada ano. Segundo, o evento parece ter servido também como vitrine da própria Escola, uma vez que, ao trazer tantas pessoas para suas instalações, acabava multiplicando o conhecimento das atividades de ensino ali desenvolvidas. Por último, os relatos, ainda que poucos, confirmam os documentos administrativos em relação ao sucesso da Semana e seu efeito positivo sobre o meio rural capixaba.

3.3 O jornal O Cultivador

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, propusemos compreender a Escola Prática de Agricultura enquanto uma instituição que surgiu para cumprir um duplo papel: ofertar ensino técnico para capacitar o trabalhador rural ao mesmo tempo em que se tornava um polo de atração para múltiplas atividades extensionistas voltadas àqueles que não frequentavam a instituição na condição de estudantes. As atividades de extensão rural na década de 1940 são indissociáveis do ensino regular da EPA, como demonstra eventos como a Semana do Lavrador.

Dessa feita, passamos à análise do periódico *O Cultivador*, que buscamos analisar em sua materialidade no ano de 1948 – esse foi o ano de criação do periódico, e marca ainda um novo momento da vida da Escola Prática de Agricultura que, desde março, passaria a se chamar Escola Agrotécnica do Espírito Santo –, mapeando temas e debates que circularam pelas páginas do jornal, com ênfase no seu papel de imprensa pedagógica como veículo de extensão rural.[23]

Desse modo, devemos compreender o surgimento do periódico *O Cultivador*: não se tratava de um jornal escolar organizado pelos estudantes, mas de uma ferramenta produzida pela Escola

[23] A coleção completa do primeiro ano do periódico pode ser acessada em https://santateresa.ifes.edu.br/index.php/noticias/16964-ano-i Acesso em 10 de outubro de 2023.

com o claro propósito de divulgar as ações da EPA bem como funcionar como um veículo de comunicação com os lavradores.

Passamos a uma análise mais detida dos números d'*O Cultivador* no seu primeiro ano de circulação. Objetivamos compreender a linguagem e os mecanismos encontrados pela equipe de redatores para fazer da publicação uma ferramenta de vulgarização de informações e conhecimento. Nossa principal fonte para análise foi o próprio periódico, cujas características podem ser observadas no Quadro 3.4. Listamos os números dos quais dispomos, data, o tema do editorial e as matérias publicadas em cada edição.

Quadro 3.4 - Caracterização d'*O Cultivador* no primeiro ano de circulação

Núm.	Data	Editorial	Matérias	Imagens	Pág	Impressão
01	01 de março	Apresentação do jornal e suas diretrizes	Poda do pessegueiro; Combate à saúva; Seleção do milho; Notícias diversas; Queima das pastagens; Página social	Vista parcial da escola;	6	Tipografia do Seminário
02	15 de março	Descrição da reunião de lavradores que ocorre mensalmente	Sabão da terra; Processo de esmagamento da uva; Doenças das aves; Alimentação do gado; Exposição de sementes; Coluna social; Canaan (matéria do Correio da Manhã)	–	6	Não identificado
03	01 de abril	Texto com desagravo ao trabalho desenvolvido pela CBAR no Brasil	Doenças das aves; Melhor café; Laranja na alimentação; Cultivo de uvas; Pneumonia dos bezerros; Produção de seda; O lar e a escola; Cultivo de coqueiros no Vale do Canaã; Coluna social; informes.	–	8	Não identificado
05	01 de maio	Transcrição de palestra proferida por Izidro Zárate sobre Educação	Produção de seda; Adubação verde; Cultura do trigo; Coluna médica; Coluna social; Informes	–	6	Não informado
06	15 de maio	Homenagem ao diretor Lúcio Ramos pelo seu aniversário	Restauração do solo; Alistamento Militar; Educação de adultos; Coluna social; Produção de seda; Exposição do milho; Segunda Semana do Lavrador; Horta e hortaliças; Coluna médica	Retrato de Lúcio Ramos	8	Não informado

7	31 de maio	Debate sobre as políticas de fomento agrícola no Espírito Santo	Fabricação de requeijão; O trabalho rural; Semana dos Lavradores e Semana Ruralista Feminina; Pneumonia dos bezerros; Coluna social; Campanhas de alfabetização	–	6	Não informado
8 (número especial)	01 de junho	Texto alusivo a Segunda Semana do Lavrador e Segunda Semana Ruralista Feminina	Dia do capixaba; A escola em marcha; Receitas; Coluna social; Mecanização; Queimadas; Realizações do governo estadual; Cultivo de batata-doce; Coluna médica; Cultura do repolho; Rebanho leiteiro; Dados sobre mangueiras; Cultura do milho;	Retrato de Lúcio Ramos; Canteiro com cultura não identificada; Retrato do governador Carlos Lindenberg; Canteiro de batata-doce; Retrato do prefeito de Santa Teresa Frederico Pretti; Mangueiras com frutos; Canteiro de milho	16	Não identificado
9 e 10	1 de agosto	Visita do Dr. Arquimedes Lima Câmara (Escola Nacional de Agronomia) e o acordo com a CBAR a partir da nova legislação para o ensino agrícola	Cultura do eucalipto; Visita à propriedade de Antônio Hegner; Coluna social; Segunda Semana do Lavrador; Psicologia da criança; Prevenção de doenças; Eliminação de chifres em bovinos; Raiva (doença); Perigo das queimadas; Combate aos ratos; Cólera aviária; Fertilidade do solo; Adubação química; Tertúlias pedagógicas (reuniões semanais);	Animal morto por doença;	12	Não identificado

Fonte: O Cultivador, 1948, nº 1-10.

O levantamento de informações apresentadas revela uma atividade orientada e que ganhou significativa projeção ao longo do tempo. Não dispomos de todos os exemplares do periódico no ano de 1948. Há um intervalo entre os números 11 e 21, que não foram localizados durante a organização do Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa. Sabemos, contudo, que no decorrer dos

meses foi realizado investimento para que o jornal fosse impresso em tipografia própria na sede da Escola. Há ainda uma variada correspondência entre diferentes veículos similares – jornais estudantis, boletins de universidades e instituições de pesquisa agropecuária – que mostram o objetivo de fazer com que *O Cultivador* pudesse circular a partir da permuta de publicações científicas e vulgarizadoras de conhecimentos úteis aos lavradores[24].

> A obra que a Escola vem realizando, atinge, cada dia, proporções grandiosas com projeção de extraordinário alcance. Por isso, à vibração intensa da vida agrícola, faltava ainda alguma cousa essencial. Faltava a imprescindível e preciosa colaboração da imprensa que, pela palavra impressa, multiplicasse a sua voz evangelizadora do meio rural e a levasse a todos os recantos, onde quer que houvesse uma preocupação pelos problemas agropecuários e onde quer que existisse um braço erguido no abençoado gesto do criador.
>
> A esperança de um surto progressista, evidenciado em moldes racionais de trabalho, numa demonstração viva de interesse oferecida pelos atuais dirigentes da Escola, ressurge, assim, através às páginas de *O Cultivador*, desbravando os campos, procurando colocar o fruto de seus esforços em benefício do bem estar da coletividade [...] (O Cultivador, 1948, nº 1, p. 1, grifo no original).

Na Figura 3.15 vemos o primeiro número do jornal e, no texto de abertura, as justificativas para o seu surgimento.

[24] Encontramos diversas cartas trocadas entre a redação d'*O Cultivador* e outros periódicos, especialmente de instituições de ensino agrícola espalhadas pelo Brasil.

Figura 3.15 – Primeira página do número inaugural d'*O Cultivador*



DIRETOR
JOSÉ FARAH
(Eng. Agrônomo)

O CULTIVADOR

Gerente: H. Rímolo
Secretário: J. R. Uchôa
Redator: M. Jacob

Órgão Informativo, Agrícola e Cultural dos Professores e Funcionários da Escola Agrotécnica ESPIRITO SANTO

ANO I — São João de Petrópolis, 1 de Março de 1948 — Nº. 1

APRESENTAÇÃO

O aparecimento deste nosso jornalzinho constitue uma velha aspiração daqueles que aqui labutam em pról do desenvolvimento Agrícola do Estado.

A obra que a Escola vem realizando, atinge, cada dia, proporções grandiosas e projeção de extraordinário alcance. Por isso, à vibração intensa da vida agrícola, faltava ainda alguma cousa essencial.

Faltava a imprescindivel e poderosa colaboração da Imprensa que, pela palavra impressa, multiplicasse a sua voz evangelizadora do meio rural e a levasse a todos os recantos, onde quer que houvesse uma preocupação pelos problemas agro - pecuários e onde quer que existisse um braço erguido no abençoado gesto do creador.

A esperança de um surto progressista, evidenciado em moldes racionais de trabalho, numa demonstração viva de interesse oferecida pelos atuais dirigentes da Escola, ressurge, assim, através às páginas de **O Cultivador**, desbravando os campos, procurando colocar o fruto de seus esforços em benefício do bem estar da coletividade.

E de fato. Nossa diretriz está traçada, dela não nos afastaremos em hipótese alguma. Seremos intransigentemente um órgão informativo para o lavrador e para o creador, sem o menor objetivo de lucro. Em todos os nossos números procuramos fazer exposições completas sobre diferentes assuntos, sempre sem que o mais leve indício de um interesse pessoal seja notado em seus artigos.

Mas, se de um lado procuramos cumprir com o nosso dever, fazendo executar um programa cujo único fim consiste em amparar uma classe constituida - os LAVRADORES, de outro lado, contamos com a cooperação desses lavradores, gente dedicada ao trabalho honesto, que produzindo utilidades para satisfação de um povo, está sempre afastada das comodidades existentes nos grandes centros urbanos. Contamos com a cooperação, repetimos, lembrando os nomes dos «líderes» da Agricultura espiritosantense, Dr. Carlos Lindemberg DD. Governador do Estado, Sr. Secretário da Agricultura, Dr. N. Fontenelle e o Dr. Lúcio Ramos, Diretor da Escola que como Agricultores poderão nos honrar com as suas manifestações de simpatia, auxiliando-nos nesta dura e árdua jornada, qual seja, a de manter sempre firme a nossa diretriz: TRABALHAR COM HONESTIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO E DO BRASIL.

VISTA PARCIAL DA ESCOLA

A Escola Agrotécnica "Espírito Santo" promove todo Domingo de cada mês, uma reunião com os lavradores.

Fonte: Acervo Núcleo de Memória. O Cultivador, 1948, nº 1, p. 5

Apesar da linguagem ufanista e laudatória empregada no editorial, delineia-se o programa que ensejou a criação do periódico: ser útil aos lavradores e servir como instrumento de disseminação de conhecimentos a partir da Escola. Cumpre salientar que, nesse momento, a Escola Prática de Agricultura passou a ser denominada Escola Agrotécnica do Espírito Santo, em decorrência de modificações na legislação educacional vigente no país.

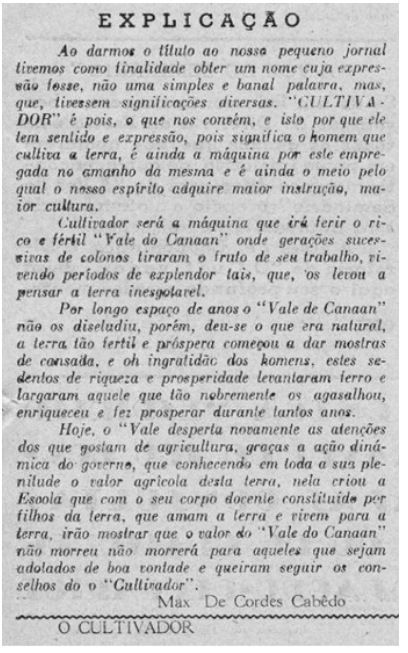
No primeiro ano de funcionamento, a direção do jornal foi ocupada por José Farah, engenheiro agrônomo e funcionário da Escola. Completavam a equipe Henrique Rímolo (gerente), J. R. Uchôa (secretário) e M. Jacob (redator). Sem equipamento tipográ-

fico próprio, o periódico foi impresso na Tipografia do Seminário dos Frades Franciscanos de Santa Teresa. No seu "Expediente" lemos que

> O Cultivador é um órgão de divulgação quinzenal de ensinamentos e notícias sobre a Agricultura, Pecuária e Indústrias Rurais.
>
> Destinado a atender as classes produtoras do Estado do Espírito Santo, constitue por assim dizer o traço de união que as liga a Escola Agrotécnica, "Espírito Santo".
>
> São seus colaboradores os professores e funcionários desta Escola [...] (O Cultivador, 1948, nº 1, p. 2).

A "Explicação", assinada por Max Cordes Cabêdo, contém importantes mensagens que visavam reforçar a relação entre Escola e a comunidade circunvizinha. O nome do jornal é uma homenagem ao instrumento de arar a terra e, ao mesmo tempo, aquele que o maneja, o lavrador. O aspecto regional está reforçado na referência ao Vale do Canaã, região onde está situada a Escola e sobre a qual já discorremos no segundo capítulo.

Figura 3.16 - Explicação para o nome do jornal



EXPLICAÇÃO

Ao darmos o título ao nosso pequeno jornal tivemos como finalidade obter um nome cuja expressão fosse, não uma simples e banal palavra, mas, que, tivessem significações diversas. "CULTIVADOR" é pois, o que nos convém, e isto por que ele tem sentido e expressão, pois significa o homem que cultiva a terra, é ainda a máquina por este empregada no amanho da mesma e é ainda o meio pelo qual o nosso espírito adquire maior instrução, maior cultura.

Cultivador será a máquina que irá ferir o rico e fértil "Vale do Canaan" onde gerações sucessivas de colonos tiraram o fruto de seu trabalho, vivendo períodos de explendor tais, que, os levou a pensar a terra inesgotavel.

Por longo espaço de anos o "Vale de Canaan" não os diseludiu, porém, deu-se o que era natural, a terra tão fertil e próspera começou a dar mostras de cansada, e oh ingratidão dos homens, estes sedentos de riqueza e prosperidade levantaram ferro e largaram aquele que tão nobremente os agasalhou, enriqueceu e fez prosperar durante tantos anos.

Hoje, o "Vale desperta novamente as atenções dos que gostam de agricultura, graças a ação dinâmica do governo, que conhecendo em toda a sua plenitude o valor agrícola desta terra, nela criou a Escola que com o seu corpo docente constituido por filhos da terra, que amam a terra e vivem para a terra, irão mostrar que o valor do "Vale do Canaan" não morreu não morrerá para aqueles que sejam adotados de boa vontade e queiram seguir os conselhos do o "Cultivador".

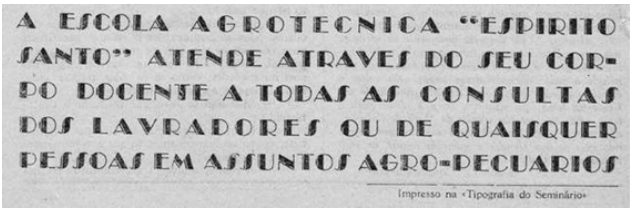
Max De Cordes Cabêdo

O CULTIVADOR

Fonte: O Cultivador, 1948, nº 1, p. 5.

Desde a edição inaugural, o periódico utiliza em sua linguagem escrita e visual uma forma de comunicação direta com o público-alvo. Na Figura 3.16, destacamos o texto que encerra a primeira edição do jornal, em que se encontra uma mensagem direta aos lavradores que poderiam continuar contando com os serviços da Escola Agrotécnica do Espírito nas suas demandas relativas à produção rural. A mensagem reforça o diálogo proposto com o público-alvo.

Figura 3.17 – Mensagem aos lavradores


A ESCOLA AGROTECNICA "ESPIRITO SANTO" ATENDE ATRAVES DO SEU CORPO DOCENTE A TODAS AS CONSULTAS DOS LAVRADORES OU DE QUAISQUER PESSOAS EM ASSUNTOS AGRO-PECUARIOS

Impresso na «Tipografia do Seminário»

Fonte: O Cultivador, 1948, nº 1, p. 6.

Destacamos o frontispício do jornal (Figura 3.18), para analisar seus elementos. A partir do segundo número, observamos uma mudança no tipo e no tamanho da fonte utilizada para o nome do periódico, conferindo maior destaque a ele. A fotografia dos prédios principais em perspectiva diagonal tornou-se uma marca visual presente em todas as edições até a década seguinte.

Figura 3.18 – Frontispício d'*O Cultivador* a partir do segundo número


O CULTIVADOR

Diretor: JOSÉ FARAH

Gerente: H. Rimolo
Secretário: J. R. Uchôa
Redator: M. Jacob

Órgão Informativo, Agrícola e Cultural dos Professores e Funcionários da Escola Agrotécnica do ESPÍRITO SANTO

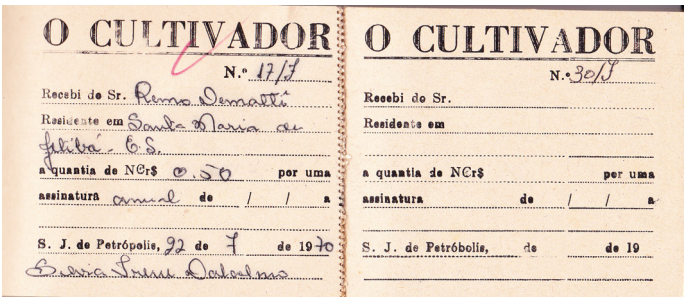
ANO I — São João de Petrópolis, 15 de Março de 1948 — Nº. 2

Fonte: O Cultivador, 1948, nº 2, p. 1.

Conforme descrito no quadro 3.4, os números variaram bastante a quantidade de páginas ou a regularidade, havendo edições especiais e edições simultâneas de dois ou mais números no mesmo exemplar. Não informações sobre tiragem.

Em papeis desimportantes e que raramente resistem ao tempo, encontramos pistas que reforçam a dimensão do jornal na sua função de vulgarizador de conhecimentos. Na Figura 3.19, temos uma folha de talonário para controle da assinatura d'*O Cultivador*. Aqui, uma explicação é necessária. O periódico não exibe em suas edições um valor impresso pelo qual seria comercializado. A ausência dessa informação, mas com os talonários de controle de assinatura a partir dos anos 1970 (não localizamos documentos similares em anos anteriores), nos levou a indagar: era gratuito a todos ou vendido a quem pudesse pagar pela assinatura?

Figura 3.19 - Folha de talonário para controle de assinaturas do jornal


O CULTIVADOR
N.º 17/7
Recebi do Sr. Rena Demattê
Residente em Santa Maria da
Jahiba - E.S.
a quantia de NCr$ 0.50 por uma
assinatura anual de / / a
S. J. de Petrópolis, 22 de 7 de 1970
Sebastiana Lucia Dalcolmo

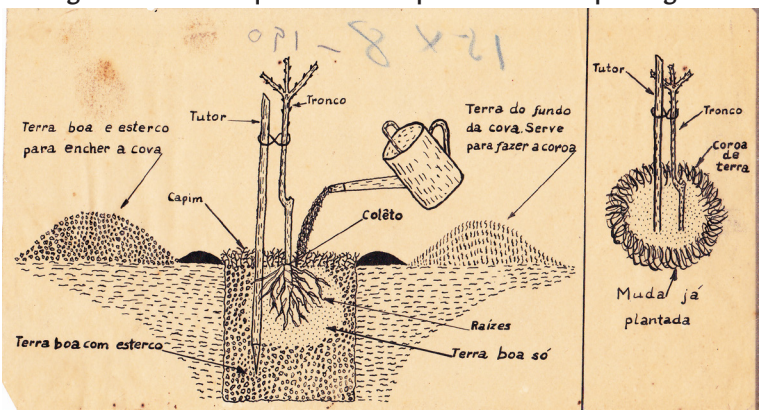
O CULTIVADOR
N.º 30/3
Recebi do Sr.
Residente em
a quantia de NCr$ por uma
assinatura de / / a
S. J. de Petrópolis, de de 19

Fonte: Acervo Núcleo de Memória, 1970.

As imagens que ilustram as notícias publicadas também mostravam ao agricultor a realidade do campo, ao mesmo tempo em que buscavam, didaticamente, ensinar técnicas e práticas. Na Figura 3.20, vemos um croqui com as etapas para o plantio de uma muda. Pudemos perceber também que muitas fotografias que compõem o acervo do Núcleo de Memória foram publicadas n'*O Cultivador*.

No ano seguinte à sua criação, o jornal ganhou uma tipografia própria, manual, instalada em um pequeno prédio nas dependências da Escola Agrotécnica do Espírito Santo. Relatos informais de servidores indicam que ela esteve em funcionamento até fins da década de 1980.

Figura 3.20 - Croqui elaborado para ilustrar reportagem



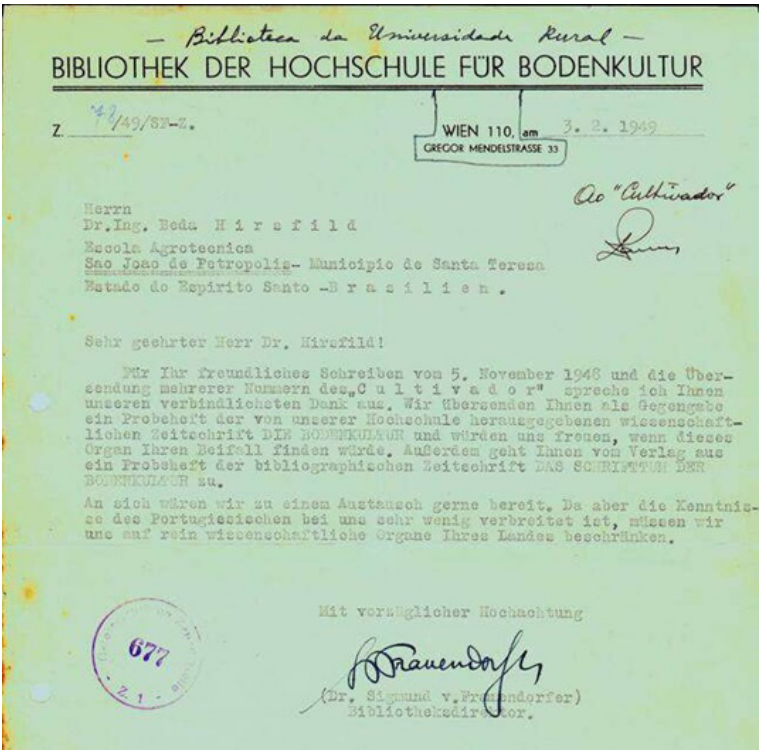
Fonte: Núcleo de Memória, s/d.

A dinâmica adotada pelos editores do periódico indica que, além de atingir os lavradores do Espírito Santo, havia interlocução com outras instituições, mesmo no exterior. Na Figura 3.21, observamos uma correspondência recebida da Biblioteca da Universidade Rural de Viena, Áustria. Em tradução livre do alemão, lemos um agradecimento pelo envio de um exemplar de *O Cultivador* e a permuta com um número do periódico *Die Bodenkultur,* juntamente com um catálogo da editora da Universidade.

Ao final da missiva, o diretor da Biblioteca agradece o envio do jornal, mas ressalva que a assinatura de periódicos ficava restrita àqueles publicados pelos "órgãos científicos" do Brasil. Sabemos, portanto, que não houve o estabelecimento de uma troca permanente de impressos entre a Escola Agrotécnica do Espírito Santo e a Universidade Rural de Viena. Reforça-se, entretanto, esse caráter difusor adotado pelos redatores d'*O Cultivador,* em que a permuta

com publicações com temática agrária ou o desejo de fazer com que seu periódico pudesse alcançar qualquer espaço relacionado ao tema.

Figura 3.21 - Correspondência da Biblioteca da Universidade Rural de Viena



— Biblioteca da Universidade Rural —
BIBLIOTHEK DER HOCHSCHULE FÜR BODENKULTUR

Z. 42/49/Sz-Z. WIEN 110, am 3. 2. 1949
GREGOR MENDELSTRASSE 33

Ao "Cultivador"

Herrn
Dr.Ing. Beda H i r s f e l d
Escola Agrotecnica
Sao Joao de Petropolis- Municipio de Santa Teresa
Estado do Espirito Santo -B r a s i l i e n .

Sehr geehrter Herr Dr. Hirsfeld!

Für Ihr freundliches Schreiben vom 5. November 1948 und die Übersendung mehrerer Nummern des„C u l t i v a d o r" spreche ich Ihnen unseren verbindlichsten Dank aus. Wir übersenden Ihnen als Gegengabe ein Probeheft der von unserer Hochschule herausgegebenen wissenschaftlichen Zeitschrift DER BODENKULTUR und würden uns freuen, wenn dieses Organ Ihren Beifall finden würde. Außerdem geht Ihnen vom Verlag aus ein Probeheft der bibliographischen Zeitschrift DAS SCHRIFTTUM DER BODENKULTUR zu.

An sich wären wir zu einem Austausch gerne bereit. Da aber die Kenntnisse des Portugiesischen bei uns sehr wenig verbreitet ist, müssen wir uns auf rein wissenschaftliche Organe Ihres Landes beschränken.

677

Mit vorzüglicher Hochachtung

(Dr. Sigmund v. Frauendorfer)
Bibliotheksdirektor.

Fonte: Acervo Núcleo de Memória, 1949.

Após essa apresentação do jornal em seu primeiro ano de circulação, queremos destacar mais uma vez que o periódico que temos não se enquadraria em uma categoria de imprensa escolar, mas algumas aproximações com esse tipo de imprensa e impresso podem ajudar a compreender o caráter informativo e educativo assumido por ele.

Nos moldes propostos por Célestin Freinet (1967), o jornal escolar era uma realização da Pedagogia Nova e se inseria como método pedagógico que envolvia os estudantes na produção cotidiana de jornais voltados ao público escolar, e mesmo pais e estudantes de outras escolas. Para o autor, esse método era válido ainda para estudantes dos cursos secundários.

> Também é necessário, a este nível, evitar a escolástica, não fazer dos textos impressos temas para deveres ou para lições, procurar incessantemente as grandes linhas profundas do verdadeiro interesse, dos alunos e sobretudo utilizar para um intercâmbio, que será precioso a este nível, as novas possibilidades dos periódicos (Freinet, 1967, p. 38).

Parece-nos claro, a essa altura, que *O Cultivador* não se enquadra como proposta pedagógica na qual a produção do periódico está orientada a esse fim. Enquanto para Freinet os temas para o jornal escolar partiriam dos interesses dos próprios estudantes, de forma livre, *O Cultivador* parte do interesse da EPA dirigido aos lavradores e possui, desse modo, caráter utilitário. Não podemos deixar de indagar, contudo, o quanto os métodos da Escola Nova – já debatidos e introduzidos no Espírito Santo desde a reforma de Attilio Vivacqua (Capítulo 2) – animaram e inspiraram a escolha desse veículo como mais um serviço de extensão rural de caráter informativo e formativo aos lavradores capixabas. Seriam esses ecos dos métodos da Escola Nova em uma instituição de ensino agrícola?

Marta Carvalho (2000), ao refletir sobre a ação dos reformadores brasileiros nas décadas de 1920 e 1930, salientou o esforço necessário para transladar abordagens e métodos em voga na Europa e Estados Unidos para uma realidade muito distinta.

> Nas apropriações que foram feitas desses recursos, estava ainda em jogo a produção de condições materiais e técnicas para implantar o modelo escolar que, em outros países, tinha viabilizado a escola de massas: seriação, classes homogêneas, ensino simultâneo, regulamentação e uniformização do tempo escolar, enquadramento disciplinar, organização do espaço escolar, etc. (Carvalho, 2000, p. 115).

A autora analisa a ação de Lourenço Filho no Ceará para a implantação da Escola Ativa no âmbito de uma reforma educacional empreendida nos anos 1920. Dentre reformas que iam dos conteúdos ao mobiliário escolar, havia a preocupação com a formação docente. Uma escola nova demandava novos métodos para professores antigos. Uma estratégia, destaca Carvalho (2000), foi a publicação da *Biblioteca de Educação,* uma coleção organizada por Lourenço Filho visando reunir publicações para a formação dos professores.

Nessa política, a *Biblioteca de Educação* é coleção que compendia os saberes pedagógicos necessários à transformação da mentalidade e da prática do professorado. Formar o professor é transformar a sua mentalidade. É fazê-lo percorrer o caminho que leva à superação de suas concepções sobre a atividade do aluno, deslocando-as do terreno constituído por uma pedagogia centrada no exercício das *faculdades* da criança. É levá-lo à compreensão das *novas finalidades sociais* da escola (Carvalho, 2000, p. 118, grifos no original).

Podemos indagar se um paralelo com o projeto editorial d'*O Cultivador* torna-se possível ao percorrermos o caminho traçado pela autora para analisar a *Biblioteca de Educação*. Ainda segundo a autora,

> A produção de condições materiais que favorecessem a imitação inventiva de modelos é substituída por estratégias que visam subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos como os seus fundamentos ou instrumentos. É essa nova estratégia que preside a configuração da Biblioteca de Educação nas duas séries referidas nas primeiras edições dos primeiros volumes da Coleção (Carvalaho, 2000, p. 119).

O projeto editorial aqui desenvolvido apresenta-se como portador das novidades que melhorariam a produção no campo e, consequentemente, a vida no ambiente rural. Ao "falar" ao seu público-alvo, buscava não apenas introduzir novos conhecimentos, mas contribuir para uma nova postura em relação ao meio.

O avanço nas técnicas de produção ligava-se aos interesses nacionais e os métodos antigos precisavam ser abandonados em nome de novas práticas.

Outro paralelo que buscamos ampara-se no trabalho de Berto e Simões (2024), que analisaram o impresso *Resumo Escolar*, um dos produtos da reforma escolanovista no Espírito Santo. Espelhando influências estrangeiras, como Célestin Freinet, que já analisamos anteriormente, esse impresso visava contribuir com o desenvolvimento dos estudantes e deveria ser "lido" pelos professores em sala de aula (Berto; Simões, 2024). Contudo, de início as autoras apontam que essa publicação

> [...] foi pensada e produzida completamente fora do domínio escolar, ainda que claramente endereçada às escolas e aos seus sujeitos. Mais do que isso, não contou com a participação de alunos ou professores, cabendo a estes últimos a leitura sistemática, em sala de aula, das matérias publicadas. *Observa-se, dessa maneira, que os usos estratégicos do Resumo Escolar, que visava à implementação e à ampla divulgação da escola ativa em instituições locais, acabaram por subverter princípios básicos da aprendizagem ativa, na medida em que a publicação se tornou uma espécie de manual de prescrições endereçadas aos professores e, por extensão, aos estudantes* (Berto; Simões, 2024, p. 4, grifo nosso).

Após analisar o *Resumo Escolar* em sua materialidade, as autoras concluem que o impresso estava em sintonia com modelos vigentes na virada do século XIX para o XX. Em diálogo com Marta Carvalho (1998), apontam para o caráter prescritivo do material endereçado aos professores, destacando que nos informam sobre as concepções de ensino e de escola, sem revelar, contudo, como eram utilizados no cotidiano escolar (Berto; Simões, 2024).

Nosso diálogo com Carvalho (2000), Berto e Simões (2024) busca aproximar experiências históricas em que impressos foram concebidos como ferramenta de informação e formação direcionadas a públicos escolares (professores e estudantes).

Desta feita, vamos propor mais um paralelo com o impresso que analisamos. Como é possível avaliar o impacto desse impresso

no cotidiano dos lavradores capixabas que o recebiam? O caráter formador e informativo cumpriu o objetivo desejado? Compreendemos que pesquisas futuras poderão trazer essas respostas.

Sabemos, entretanto, ter havido publicação de pelo menos um periódico confeccionado por estudantes, como prova um exemplar manuscrito d'*O Desafio*, publicado em 10 de abril de 1948. Ele apresenta-se como "Órgão informativo, cultural, crítico e humorístico dos alunos da Escola Agrotécnica Espírito Santo" (O Desafio, 1948).

A existência desse periódico produzido pelos estudantes reforça o caráter *d'O Cultivador* como ferramenta de extensão rural. Seria *O Desafio* o impresso de feição mais pedagógica no sentido apontado por Freinet (1967)?

Desse modo, buscamos mostrar, ao longo do capítulo, a intersecção entre ensino e extensão que estavam presentes nas atividades cotidianas da Escola Prática de Agricultura, posteriormente Escola Agrotécnica do Espírito Santo. Os cursos de Mestria Agrícola e Iniciação Rural, as exposições do milho, as reuniões mensais com lavradores – evento sobre o qual não há fontes localizadas que registrem a sua dinâmica – a Semana do Lavrador e *O Cultivador* precisam ser compreendidos como a apontar para o objetivo fim daquela instituição que "[...] destina-se a ministrar por todos os meios, os processos mais racionais da agricultura, da pecuária e das industrias rurais" (Regulamento, 1941, s/p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de percorrido o caminho que nos levou da implantação da Escola Prática de Agricultura até sua consolidação e expansão a partir de 1948, entendemos a necessidade de ampliação de nossas lentes para analisar o ensino agrícola no Espírito Santo e o papel de escolas voltadas a essa finalidade. A metodologia a partir de Ginzburg (1989), com a micro-história italiana e seu paradigma indiciário, mostrou-se adequada quando focalizamos a história de uma instituição de ensino na sua relação com diferentes escalas de lugar e tempo.

Ao final do trabalho, percebemos que, contrastando com a revisão de literatura, a análise das práticas pedagógicas desenvolvidas na EPA deve partir da experiência local evitando, a priori, comparações ou generalizações que podem distorcer a compreensão daquele projeto que era, antes de tudo, político, empreendido durante a interventoria de João Punaro Bley. Aceitarmos a construção e instalação de uma escola enquanto projeto político não significa reduzir sua existência e a ação dos sujeitos ali implicados – professores, técnicos, estudantes e lavradores – como espectadores, sempre agindo guiados por forças exteriores. Pelo contrário: a escola nasce das ações políticas, mas quem a produz cotidianamente são esses sujeitos.

Nesse ínterim, a pesquisa evidenciou que os sujeitos e suas ações nem sempre atuam na direção de confirmar teses sobre as quais repousam grandemente a pesquisa em relação às instituições

de ensino agrícola no Brasil, em que os grupos sociais do campo são espectadores e agentes passivos de políticas governamentais (Mendonça, 1997). Outros autores (Lira e Lima, 2010) que se debruçaram sobre os acordos realizados entre o Ministério da Agricultura e organizações internacionais – podemos citar aqui a Comissão Brasileiro-Americana de Educação de Populações Rurais (CBAR) – enfatizaram ações verticais e hierárquicas analisando relatórios e projetos sem, contudo, apreender as reações e o modo como as populações público-alvo dessas ações as recepcionaram. O estudo micro-histórico abre essa possibilidade.

No Espírito Santo, esses acordos estiveram presentes na EPA e, até onde alcançamos nesse estudo, contribuíram para o fortalecimento e expansão da instituição atingindo públicos, com seus cursos ou eventos extensionistas que foram ampliados na década de 1950.

Outra conclusão a partir do diálogo com as pesquisas produzidas sobre a temática do ensino agrícola e que foram recortadas para o esse trabalho, evidenciam a importância dos pesquisadores em História da Educação na organização e preservação das fontes documentais imprescindíveis para a pesquisa histórica como a que foi realizada aqui.

A organização do Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa, instituição que é continuação da Escola Prática de Agricultura e, por isso, possui um acúmulo de documentos formidável, foi fundamental para a realização da pesquisa que resultou nesse livro. A partir das fontes catalogadas no trabalho do Núcleo, a pesquisa se ampliou para arquivos públicos e coleções privadas que, ao serem cotejadas, nos deram a dimensão e o alcance da EPA na década de 1940. Na lida com os documentos, a primeira tensão a que fomos expostos foi indagar as fontes tendo a matéria-prima das memórias individuais que a todo momento estão presentes no espaço físico da escola. Professores, técnicos, ex-alunos, ex-professores e a comunidade, da qual a escola faz parte, compartilham também

memórias coletivas sobre ensino, eventos, a escola, o trabalho, e separar isso da leitura das fontes, ouvindo os conselhos de Walter Benjamin (2021) para indagá-las "à contrapelo", contra as intenções de quem as produziu, mostrou-se tarefa difícil, porém necessária.

A ampliação do trabalho realizado no Núcleo de Memória também deve ser citada como condição para que novas pesquisas sejam realizadas. Há significativa massa documental não catalogada e com potencial de revelar novas peculiaridades daquela instituição. Vale dizer que enfrentamos desafio oposto às pesquisas em História da Educação, qual seja a ausência de fontes seriais ou arquivos organizados. Pelo contrário, muitos documentos foram retirados da pesquisa em decorrência do limitado tempo para a produção de uma pesquisa em nível de mestrado acadêmico.

Nesse ínterim, o município de Santa Teresa ainda apresenta outro aspecto que consideramos profícuo para a pesquisa histórica: suas instituições, que estão há muitas décadas em funcionamento. Podemos citar aqui o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, criado em 1949 pelo naturalista Augusto Ruschi; A Escola São Francisco de Assis – ESFA, anteriormente Educandário Seráfico São Francisco de Assis, instalado em 1901. Há uma relação próxima dos frades franciscanos com a vida social da EPA, como mostram as fotografias no acervo do Núcleo de Memória. E, por último, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa, organizado na década de 1960. Quais relações podem ser traçadas entre todas elas e a Escola Prática de Agricultura? Todas essas instituições possuem acervos documentais.

Seguindo as diretrizes metodológicas elencadas anteriormente, buscamos compreender quais outras experiências de ensino agrícola foram testadas no Espírito Santo durante o período republicano anterior à criação da EPA. Esse estudo, em articulação à produção historiográfica, revelou ações que visavam à capacitação das populações do meio rural capixaba desde a primeira década do século.

A Fazenda Modelo Sapucaia, projeto iniciado e terminado no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), e o Patronato Agrícola de Maruípe, criado em 1933 e tendo existido até data incerta, inserem o Espírito Santo no contexto nacional das preocupações em relação à ampliação da instrução formal aliada à base da economia brasileira agroexportadora. O patronato também nos traz a dimensão dos internatos agrícola como mecanismos de controle de menores infratores.

Projetos de maior alcance foram tentados na reforma do ensino pensadas por Attilio Vivacqua durante o governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), interrompidas em parte pela chegada ao poder do grupo político apoiador da Revolução de 1930. A reorganização proposta por Vivacqua colocava o Espírito Santo no debate nacional acerca de novas metodologias norteadoras da educação como a Escola Ativa (Berto, 2013). O ensino agrícola e as escolas rurais também estavam presentes nas propostas da reforma.

Nos anos 1930, prosseguem debates e ações que colocam a educação, em suas diferentes modalidades, como foco de políticas públicas. Destacamos o tema nos artigos da Revista de Educação entre 1934 e 1937.

Teriam fracassado todos esses experimentos? Haveria, na criação da Escola Prática de Agricultura em 1940, o ethos das iniciativas anteriores? Podemos afirmar apenas que o projeto da EPA se tornou duradouro, cumprindo o papel de capacitar os filhos dos produtores rurais e tornando-se, além disso, polo irradiador de práticas e conhecimentos úteis ao meio rural.

Dessa forma, compreendemos que a análise da trajetória da EPA em sua quase primeira década de funcionamento demonstra a importância do conhecimento em relação às instituições de ensino tomadas individualmente e sua contribuição no quadro maior, quando ampliamos a lente para enxergar o ensino agrícola no Espírito Santo e no Brasil, bem como o seu processo de interiorização naquele contexto. Para as questões gerais, buscamos aqui respostas locais (Levi, 2019).

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg:** um estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ARANHA, Graça. **Canaã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA. **Era nos tempos da escola**, v. 2. Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2022.

AZEVEDO, D. S. DE. As 'Reuniões Gerais' como dispositivo pedagógico de modelação no ensino de Agricultura em Minas Gerais (1928-1951). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 1[44], p. 116 - 139, nov., 2017.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de História**. São Paulo: Alameda, 2021.

BERGAMASCHI, Ana Carolina de A. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola:** a organização da Escola Agrícola de Barbacena

(1933-1964). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BEZERRA, A. C. D. da R.; COSTA, M. S. T. da. "Mais dóceis, mais limpos e mais alegres": projetos para infância desvalida em Duque de Caxias (1955-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, p. e019014, 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história:** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLETIM JUDICIÁRIO. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 30, n. 3459, p. 3, 23 abr. 1937.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910**. Cria o ensino agronômico e aprova o respectivo regulamento. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 2 de novembro de 1910. Seção 1, p. 9139. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sicon. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947**. Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1947. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22470-20-janeiro-1947-341091-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964**. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível

em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558 13- fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, p. 5543, 22 mai., 1967.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm . Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

BUZZAR, Miguel Antônio; CORDIDO, Maria Tereza Regina L. de B.; JUNQUEIRA, Mônica Camargo. Modernidade e arquitetura neocolonial: o caso da Escola Prática de Agricultura do município de Pirassununga. *In:* **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre**, 25 a 29 de julho de 2016.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do Estado no meio rural. *In:* THERRIEN, Jacques et. al (Org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993a.

CALAZANS, Maria Julieta Costa; CASTRO, Luiz F. Meira; SILVA, Hélio R. Santos. Questões e contradições da educação rural no Brasil. *In:* WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz. **Educação rural no terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-223.

CALIARI, Flavio; MOREIRA, Rogério Omar. A escola rural praticada no espaço/tempo da sociedade capixaba: pistas e indícios na primeira república. *In:* SIMÕES, Regina Helena Silva *et. al.* **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2009.

CAMARGO, Angelida Ricci. Campos de demonstração. *In:* **Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República (1889-1930)**, 2020. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/904-campos-de-demonstracao. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Invenções e tradições na história da educação no Brasil: questionando representações sobre o debate pedagógico na década de 1930. *In:* SIMÕES, Regina Helena Silva; GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória: Edufes, 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CECCON, Paulo Roberto. **IFSULDEMINAS**: da criação aos impactos da expansão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2017.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Oswaldo Cruz e Cortez, 2005.

CONDE, Bruno Santos. Origens do ensino agrícola no Espírito Santo: breve histórico da fazenda modelo Sapucaia (1909-1912). **Desafios da Educação na contemporaneidade 4**. Ponta Grossa: Aya Editora, 2022.

DADOS DO COLÉGIO. **Núcleo de Memória**. Santa Teresa, 1954.

ESCOLA DE AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 27, n. 2573, p. 2, 30 nov. 1933.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Escola Prática de Agricultura**. Vitória: Typographia Gentil, 1941.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pelo Major João Punaro Bley, interventor federal no Estado do Espírito Santo**. Imprensa Oficial: Vitória, 1943, pp. 171-172.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas referente ao primeiro semestre de 1946 pelo Diretor Almir Garcia Roza**. (manuscrito). Fls. 106-130. 1946.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras apresentado pelo Diretor Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi referente ao ano de 1942**. (manuscrito). Fls. 274-292.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Governador de Estado [1934-1937: Bley]. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, na 3ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura, em 1º de julho de 1937**. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937.

FERNANDES FILHO, João (org.). **Era nos tempos da escola**. Santa Teresa: Edição do autor, 2008.

FRANCO, Sebastião Pimentel; ASSIS, Elezeare Lima de. As reformas educacionais na Primeira República no estado do Espírito Santo: ideais de modernidade. *In:* RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et.al. **Modernidade e modernização no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2015.

FREINET, Célestin. **O jornal escolar**. Portugal: Estampa, 1967.

GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 29-31, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. São Paulo: Compahia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Santa Teresa. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html. Acesso em 20 de março de 2022.

INSTITUTO AGRÍCOLA DE MARUÍPE. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 26, n. 3106, p. 1, 05 jan. 1933.

INSTITUTO AGRÍCOLA DE MARUÍPE. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 26, n. 3108, p. 1, 07 jan. 1933.

INVENTÁRIO. **Núcleo de Memória**. Santa Teresa, 1949.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura Neocolonial no Brasil**: entre o Pastiche e a Modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: a arquitetura neocolonial no Brasil. **História Social**, IFCH/UNICAMP, n. 6, 1999.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e Agradável:** a Revista de Educação (1934 – 1937): remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEVI, Giovanni. **Microhistorias**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2019.

LIMA, A. A.; CONCEIÇÃO, J. T. Aprender a fazer e fazer para aprender: o modelo escola-fazenda implantado na rede federal de ensino agrícola profissional (1967 a 1986). **Revista Educação em Questão**, v. 61, n. 68, 2023.

LIRA, D. A. N., & MELO, A. D. (2010). A educação brasileira no meio rural: recortes no tempo e no espaço. *In*: **I Conferência de Políticas Públicas contra a pobreza.** Natal: UFRN. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos. Acesso em 10 de março de 2021.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS. Fazenda Semente (1937-1940). Santa Teresa, 1937.

LUCAS, Marcelly Kathleen. **O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e a expansão do Ensino Profissional (1909-1930).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

LUCHESE, T. Ângela. Expandir as escolas, aumentar a frequência, valorizar a agricultura: Celeste Gobbato e a educação municipal (Caxias do Sul, RS, 1924-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 43–68, 2019.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MEDEIROS NETA, O. M. de; LUCAS, M. K. P. O ensino agrícola no Rio Grande do Norte (1910-1967). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021031, 2021.

MEDEIROS, Bruna Morais de. **Arquitetura escolar capixaba**: sua trajetória. Vitória: SEDU, 2010.

MEMÓRIA. **Núcleo de Memória**. Santa Teresa, 1949.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A Dupla Dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil (1930 - 1960). **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 14, p. 88-112, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. *In*: **Simpósio Nacional de História ANPUH**. Anais. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em:https://anpuh.org.br/uploads/anaissimposios/pdf/20191/1548206573_4ce5e00d4001ce56e19309bb0225ab84.pdf. Acesso em 18 mai. 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MINEIRO, Eliane Cristina G. M. **De Escola de Iniciação Agrícola de Salinas a Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *campus* Salinas:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017.

MOLINA, R. S.; JACOMELI, M. R. M. Os ruralistas paulistas e seus projetos para a educação agrícola: a "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP) em Piracicaba (1881 a 1903). **Revista Brasileira de História da Educação**, v.*16. n.* 4, p. 190-240, 2016. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40731. Acesso em 21 de outubro de 2022.

MONTEIRO, J. da S.; BRAZIL, M. do C. O estado do conhecimento de pesquisas sobre a história das instituições escolares denominadas patronatos de menores (2000-2018). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, p. e019033, 2019.

MONTEIRO, J. Manifesto Político. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 1, n. 122, p. 1, 17 jan. 1908.

MONTEIRO, J. Relatório apresentado pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro ao congresso legislativo em 23 de maio de 1912. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 166, p. 3-10, 20 jun. 1912.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo Indígena:** conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

NERY, M. A. A. M. Aprendizados e patronatos: Um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Tempos e Espaços em Educação**, n. 2, p. 25-32, 2009.

NERY, M. A. A. M. Os agrônomos e a construção das políticas para o ensino agrícola no início do Século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 1[44], p. 167-199, 2017.

NÚCLEO DE MEMÓRIA. **Guia de Fundos do Núcleo de Memória**. Santa Teresa, 2019.

NÚCLEO DE MEMÓRIA. **Inventário dos Fundos do Núcleo de Memória do IFES *campus* Santa Teresa**. Santa Teresa, 2019.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PATRONATO DE MENORES. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 3136, p. 1, 13 mar., 1936.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Textos

para discussão 48). Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

PEREIRA, Fabíola Mattos. **"Nestes termos, pede deferimento":** uma etnografia das dinâmicas de intervenção e das práticas da assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

PEREIRA, Marício. **"Para abrigar menores":** o patronato/aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS - 1944-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2021.

REGO, Olavo. O ensino agrícola nas escolas rurais. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 22, n. 2024, p. 1, 01 mai., 1929.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 1, n. 3, s.p., jun. 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 1, n. 4, s.p., set. 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 1, n. 7-8, s.p., out-nov. 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 2, n. 12, s.p., mar. 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 2, n. 17-18-19, s.p., ago.-set.-out. 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 3, n. 23-24, s.p., jul-ago. 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 3, n. 25-28, s.p., set-dez. 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Vitória, ano 4, n. 30-31, s.p., jun-jul. 1937.

RIBEIRO, B. de O. L.; SOUZA, M. A. A. A.; ARAÚJO, J. C. S.

Formando braços para a lavoura durante a Primeira República: o "Aprendizado Agrícola Borges Sampaio" em Uberaba/MG. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 2, p. 334–347, 2017.

RIBEIRO, M. G. M. Caubóis e caipiras: os *land-grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, v. 10, n. 19, p. 105-120, 2006.

RICCIOPPO, A. C.; GATTI, G. C. do V. Civismo e patriotismo na escolarização feminina no Brasil: a Escola de Economia Doméstica de Uberaba (Minas Gerais, 1953-1963). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 176–190, 2019.

RIZZINI, I. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional - revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. **Revista Contemporânea de Educação**, 2009.

ROMANELLI, Otaíza. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. **Do campo à escola:** as ciências no Ensino Agrícola do Pará (1909-1921). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES).** Entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Luminária Academia/Editora Multifoco, 2015.

SECRETARIA DA AGRICULTURA. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 2388, p. 4, ago., 1933.

SILVA, C. M. N. As propostas educacionais do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p.183, 22 jun., 2021.

SILVA, Fernanda Souza da. **Fotografia:** uma perspectiva arquivística. Cachoeira do Sul: Universidade Federal de Santa Maria (mimeo), 2013.

SILVA, Maria do Carmo e LIMA, Antônio Luiz de. **O serviço de extensão rural de Minas Gerais**: retrospectiva. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 1984.

SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; SALIM, Maria Alayde Alcantara. Escritas da história da educação capixaba produzidas no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (1992-2018). *In*: **Temas da história e da historiografia da educação no Espírito Santo,** v. 1. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. *In:* LOPES, Elane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2012.

SOBRAL, F. J. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 78–95, 2015.

TELES, Teresa Cristina. IOKOI, Zilda M. G. **Campus de Pirassununga da USP**: memória e história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e o processo educativo (1920-1930). *In:* FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, Andre Luiz. Arquivos e educação: prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, São Paulo, v. 29, p. 1-17, jan./dez. 2020.

VIVACQUA, Attilio. **Educação brasileira:** directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo. Vitória, 1930.

ANEXO A

ESTATUTOS DA ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1) – DA FINALIDADE – A Escola Pratica de Agricultura do Estado do Espirito Santo, tem por finalidade principal, ministrar ensinamentos mais praticos do que teoricos, dos processos racionais da agricultura, pecuária e industrias rurais. Terá tambem por função a introdução, aclimatação e o estudo econômico das plantas e animais; a produção e distribuição de sementes e reprodutores e outros trabalhos que visem o melhoramento economico e social das propriedades rurais.

2) – DO REGIMEN ESCOLAR – O regimen escolar será de internato, havendo para isto dormitórios amplos, refeitórios e todas as instalações necessárias para o conforto e bem estar dos alunos. Os alunos executarão todos os trabalhos práticos da fazenda, de modo a serem aptos para bem administrar as suas propriedades. Haverá também cursos complementares primários diurnos e noturnos para melhorar as condições intelectuais dos mais atrazados. É obrigatoria a frequencia a todas as aulas e trabalhos praticos.

3) – DA DISCIPLINA – É exigida rigorosa disciplina, sendo adotado o sistema de responsabilidade pessoal dos alunos e servidores. O estabelecimento afastará aqueles que não souberem cumprir fielmente os seus deveres.

4) – DA MORAL E EDUCAÇÃO – A Escola visa, não só a instrução profissional dos seus alunos, mas também o seu melhoramento ou aperfeiçoamento moral, civico e social, sendo portanto, considerado falta grave, o escândalo, isto é, qualquer ato, traje, palestra, porte de livros, escritos ou figuras inconvenientes que ofendam a moral, o sentimento religioso, o culto á Patria ou disseminem maus costumes.

É desejado o modo cavalheiresco de tratar colegas e subalternos ou superiores. Haverá nas fichas individuais, o registro de tais atos desfavoráveis ao aluno.

5) – DOS CURSOS – O curso regular da Escola terá duração de um ano e dará direito ao certificado de "Administrador de Fazenda". Curso também de um ano, para alunos que não tiverem certificado de grupos escolares. Além destes, os fazendeiros ou seus enviados, poderão fazer estágios com duração suficiente para praticagem de determinado trabalho.

6) – DA ADMISSÃO – Os candidatos aos diversos cursos da Escola deverão ter, no mínimo, 17 anos de idade. Os candidatos de mais de 21 anos, deverão apresentar além dos outros, o documento de quitação com o Serviço Militar.

Todos os candidatos deverão apresentar:

a)– Requerimento ao Diretor da Escola, descriminando o estudo a realizar;

b)– Atestado de saude e que prove não ter o candidato defeitos físicos que o impossibilitem de exercer a profissão;

c)– Certidão de idade;

d)– Certificado do grupo escolar ou estabelecimento congênere. Este, quando o candidato destina-se ao curso regular de um ano. Em substituição ao certificado do grupo escolar, o candidato poderá prestar mesmo na Escola, exame de aritmética, Português, Geografia, História Natural, de acordo com os programas de ensino primário. Os analfabetos frequentarão as aulas noturnas.

7) – DO SERVIÇO DE SAUDE – A Escola manterá um consultório médico para o controle de saúde dos alunos e servidores e enfermaria para tratamento de pequenas enfermidades.

8) – DO SERVIÇO MILITAR E DA EDUCAÇÃO FÍSICA – Haverá na Escola oportunidade para obtenção da Caderneta de Reservista do Exército, para alunos de menos de 21 anos. Todos os alunos são obrigados a frequentar o curso de educação física.

9) – DO ANO LETIVO – O ano letivo começará em 1º de agosto e terminará em 30 de junho.

10) – DAS FÉRIAS ESCOLARES – Serão de ferias os períodos de 1º a 31 de julho, e de 20 de dezembro a 10 de janeiro.

11) – As matrículas estarão abertas durante o mês de julho. Os candidatos que tenham de prestar exame na escola, deverão apresentar-se no dia 26 de julho. Os candidatos a estagios deverão solicitar inscrição com a devida antecedência.

12) – O aluno ou estagiário deverá trazer roupa de cama, para o trabalho r para que possa andar decentemente trajado, alem dos objetos de higiene pessoal.

13) – DAS DESPESAS – O ensino e a estadia são inteiramente gratuitos. Os alunos pagarão só a lavagem de roupa e o material escolar, como: papel, tinta e lapis, para os cursos que tenham que frequentar.

Vitória, 9 de dezembro de 1940.
ENRICO I. A. RUSCHI, Diretor Geral

ANEXO B

REGULAMENTO DA ESCOLA PRATICA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO[1]

DA ESCOLA E SEUS FINS

Art. 1º – A Escola Pratica de Agricultura creada pelo Decreto n. 12.147, de 6 de setembro do corrente ano, destina-se a ministrar por todos os meios, os processos mais racionais da agricultura, da pecuária e das industrias rurais.

§ único – É ainda função da Escola, introduzir, aclimatar e selecionar plantas para fornecimento aos agricultores e criadores do Estado.

DO ENSINO

Art. 2º – O ensino será de grau fundamental. A Escola visará instruir e educar os habitantes das zonas rurais, para melhorar o mais rapidamente possível a economia e o rendimento das culturas e criações, como também as condições morais, sociais e intelectuais dos lavradores.

---

[1] O exemplar do regulamento que dispomos no Núcleo de Memória do *Campus* Santa Teresa está anotado em vermelho, o que sugere uma possível alteração em algum momento entre 1941 e 1948. Optamos pela transcrição preservando as anotações e realizadas sobre o texto original. Os acréscimos foram transcritos entre [colchetes] e os trechos riscados foram ~~tachados~~.

Art. 3° – O ensino nela ministrado será mais pratico do que teórico, será facultado a pessoas de qualquer grau de instrução e terá as seguintes modalidades:

a) – Curso regular de um ano para filhos de fazendeiros ou enviados destes, que tenham diploma ou Certificado de Curso Primario dos Grupos Escolares oficiais ou escola equiparada.

b) – Curso de um ano para filhos de fazendeiros ou seus enviados que não tragam o atestado ou certificado de Curso Primario.

c) – Estagio para fazendeiros, seus filhos ou enviados, com qualquer gráu de instrução, tendo duração que será estabelecida pelo Diretor, de acôrdo com a prática a adquirir e o tempo disponível do interessado.

d) – Semanas de Fazendeiros e Fazendeiras, em épocas posteriormente determinadas.

e) – Serviço de informação pessoal ou escrita.

f) – Serviço de extensão por meio de publicações e outros meios de divulgação.

Art. 4° – Os cursos citados nas letras a e b do artigo anterior, constarão das seguintes matérias:

1) – AGRICULTURA:

Grandes Culturas

Silvicultura

Fruticultura

Horticultura

Floricultura

Melhoramento e proteção da fertilidade do sólo

Combate ás pragas e doenças

Seleção e reprodução

2) – ZOOTECNIA:

Grandes animais

Suínos

Caprinos

Aves

Abelhas

Bicho da séda

Alimentação, formação de pastagens, combate e prevenção ás moléstias e outros cuidados

3) – INDUSTRIAS RURAIS:

Laticínios

Açúcar e álcool

Féculas, Amidos e Farinhas

Carnes conservadas, gorduras e óleos

4) – OFICINAS:

Carpintaria

Ferraria e mecânica

Selaria

Eletricidade

Condução de veículos

5) – ADMINISTRAÇÃO

Beneficiamento e padronização dos produtos

Mercados em transportes

Crédito agrícola

Cooperativismo

Classificação do café, do algodão e outros

Escrituração: Ponto, Borrador, Contas Correntes e Contas culturais

6) – INSTRUÇÃO:

Complemento do curso primário

Higiene e Profilaxia Rural

Educação física

Serviço Militar

Art. 5º – O ensino será essencialmente pratico, seguido da explanação teórica intuitiva necessária, para melhor aproveitamento.

Art. 6º – O Estagiario, poderá dedicar-se inteiramente ao trabalho que mais lhe interessar.

§ 1º - Os programas serão organizados pelos respectivos Chefes de Secção e aprovados em reunião com o Diretor e depois, pelo órgão competente superior.

§ 2º - Os programas depois de aprovados, deverão ser executados integralmente.

Art. 7º – Aos alunos que mais se distinguirem durante o curso regular, serão permitidos estudos mais adiantados, que não prejudiquem o curso, ou estágio posterior para aperfeiçoamento.

Paragrafo único – Esses estudos ou estagios serão feitos, tanto quanto possivel, em conjunto.

Art. 8º – A pratica de automobilismo, quando não em serviço, terá as despesas de combustível feitas pelo interessado.

Art. 9º – "O Ensino será generalizado o mais possível, aproveitando-se todas as oportunidades para propagação de idéas ou praticas uteis á vida rural".

DA MATRICULA E ADMISSÃO

Art. 10º – As matriculas serão feitas durante o mês de julho para os cursos regulares.

Paragrafo unico – Para admissão ao curso regular da Escola, serão exigidos os seguintes documentos:

– Requerimento ao Diretor da Escola;

– Atestado médico provando que o candidato não sofre moléstia contagiosa, [ou] repugnante ou ~~defeito físico~~ que o impeça de [executar os trabalhos práticos e exercer a profissão] ~~exercer a profissão;~~

– Diploma do curso primário para o que desejar obter o certificado de "Administrador de Fazenda".

– Documento de quitação com o Serviço Militar, quando candidato tiver ~~21 anos completos.~~ [19 anos ou mais]

Art. 11º – Na falta do certificado de curso primário, o candidato poderá prestar na Escola, exames de Português e Aritmética, de acordo com os programas dos gruois escolares.

Art. 12º – ~~Os analfabetos frequentarão aulas noturnas~~. [Todos os alunos aperfeiçoarão sua instrução primária no Estabelecimento]

DO REGIMEN ESCOLAR

Art. 13º – O ano letivo começara em 1º de agosto e terminará em 30 de junho.

§ 1º - Cada semestre, constituirá uma unidade escolar.

§ 2º - Os semestres terão as seguintes durações: 1º de agosto a ~~15~~ [20] de dezembro e 10 de janeiro a 30 de junho.

§3º - Cada semestre terá no mínimo 90 dias uteis.

§ 4º - Os períodos de 1 a 31 de julho e de ~~15~~ [20] de dezembro a 10 de janeiro, serão de férias escolares.

§ 5º - Em caso de calamidade publica ou outro motivo grave, poderão ser modificados esses dispositivos.

Art. 14º – Nos dias marcados para iniciarem-se os cursos, todos os alunos deverão estar presentes, sob pena de perderem o direito ao lugar.

Parágrafo único – Será ~~exigida pontualidade á hora exata~~ [perfeita pontualidade] em todos os comparecimentos de acôrdo com os horários.

Art. 15º – É obrigatória a frequência as aulas e reuniões sendo eliminados os alunos que faltarem a dez aulas em uma secção, salvo por motivo grave.

Parágrafo único – Todos os alunos estagiários são obrigados aos trabalhos de campo ou qualquer outro, dentro dos horários estabelecidos.

Art. 16º – Haverá duas vezes por semana, reuniões gerais com preleções sobre moral, civismo, sociologia e higiene.

§ 1º - Cada aluno terá três notas mensais entre arguições, trabalhos práticos e escrita. Essas notas servirão para apuração da média mensal.

§ 2º - No fim de cada semestre haverá uma prova escrita sobre todas as matérias, sendo excluídos os que obtiverem nota inferior a 40%.

§ 3º - Os alunos que em três meses consecutivos obtiverem notas inferiores a 40% estarão sujeitos a perderem o semestre. [prêmios]

DOS ATESTADOS E CERTIFICADOS

Art. 17º – Todos os alunos que terminarem o curso em um ano de que trata a alínea a do art. 2º, receberão o certificado de "Administrador de Fazenda".

Parágrafo único – os demais, de acôrdo com o aproveitamento, receberão atestados com discriminação dos trabalhos executados.

DA RESIDENCIA, SERVIÇOD E SAUDE, EDUCAÇÃO FISICA E SERVICO MILITAR

Art. 18º – O regime será de internato, podendo se estabelece o semi-internato ou externato, si houver conveniência.

Art. 19º – Os alunos terão residência comum e deverão submeter-se aos horários estabelecidos de entradas e saídas e ás outras exigências do Regime Interno.

Art. 20º – Os Chefes de Secção, terão residência obrigatória junto ás respectivas secções.

Art. 21º – Os Encarregados de Serviço, da Secção Zootecnica, ou responsáveis pelos animais, deverão também residir nas proximidades dos respectivos serviços.

~~Art. 22º – A Escola manterá uma enfermaria para atender a pequenas enfermidades dos alunos, dos servidores e de suas famílias.~~

Paragrafo único – Será obrigatório o exame médico de todos os servidores e alunos do estabelecimento, havendo para isto fichas sanitárias individuais.

Art. 23º – Além dos desportos, haverá a frequência obrigatória ás aulas de educação física.

Art. 24º – A Escola manterá o serviço de Instrução Militar para os alunos e servidores menores ~~de 21~~ [até 19] anos, que não tiverem a Caderneta de Reservista.

DAS DESPEZAS E REMUNERAÇÕES

Art. 25 - Visto que a Escola destina-se principalmente aos filhos de pequenos e médios proprietarios e trabálhadores rurais, o curso e a estadia, serão inteiramente gratuitos.

> Paragrafo unico - Os alunos deverão tomar a si as despezas de lavagem de roupa e aquisição de material escolar: papel, tinta e lapis para seu uso.

Art. 26º – Os alunos dos cursos regulares ou os estagiarios, não serão remunerados pelos serviços que executarem na Escola.

DA ADMINISTRAÇÃO, PESSOAL DOCENTE E DIARISTA

Art. 27º - O pessoal da Escola será o seguinte:

a) Um Diretor;

b) Dois Chefes de Secçáo;

c) Um Secretario;

d) Um Contador;

e) Um Datilografo;

f) Quatro Tecnicos-agricolas;

g) Seis Encarregados de Serviço;

h) Um porteiro;

i) Um Almoxarife;

j) Dois Serventes.

Paragrafo unico - O numero de operarios e diaristas, será fixado anualmente, de acôrdo com as necessidades.

Art. 28º - Além dos deveres inherentes ás leis e regulamentos estaduais, compete ao Diretor:

1) - Subordinar-se ao Diretor Geral de Agricuitura, Terras e Obras;

2) - Administrar toda a Escola e suas dependencias;

3) - Orientar todas as modalidades do ensino;

4) - Estabelecer em conjunto com os Chefes de Secção, todos os trabalhos a serem executados;

5) - Organizar em conjunto com os Chefes de Secções, todos os

programas e horarios e zelar pelo seu cumprimento integral;

6) - Distribuir os encargos e responsabilidades;

7) - Contratar o pessoal que fôr de sua alçada;

8) - Assinar ou mandar assinar toda a correspondencia da Escola;

9) - Autorizar as arrecadações e as despesas do Estabelecimento e assinar os cheques;

10) - Presidir todas as reuniões da Escola;

11) - Resolver os casos omissos neste regulamento ou consultar o Diretor Geral de Agricultura, Terras e Obras, nos casos importantes;

12) - Fazer cumprir o presente Regulamento.

Art. 29° - Ao Secretario compete:

1) - Dirigir os trabalhos da Secretaria, Contadoria, Arquivo e Biblioteca;

2) - Lavrar as átas;

3) - Manter em dia o serviço de documentos, notas e médias dos alunos;

4) - Fazer anualmente o inventario de todo material do estabelecimento;

5) - Fiscalizar o serviço de ponto e de pagamento do pessoal;

6) - Assinar com o Diretor os cheques e recibos;

7) - Atendei aos pedidos de informações durante o expediente.

Art. 30º - Ao Contador compete:

1) - Fazer a escrituração de todo o movimento economico da Escola;

2) - Organizar o fichario de "responsabilidade pessoal" de todo o material da Escola, inclusive do Almoxarifado;

3) - Organizar as prestações de contas mensais;

4) - Auxiliar a organização das contas culturais das Secções;

5) - Ministrar o ensino de Contabilidade Agricola;

6) - Auxiliar todos os trabalhos da Secretaria.

Art.31º - Ao Datilógrafo compete:

1) - Fazer à correspondência da Diretoria e arquivo da correspondência;

2) - Auxiliar a Secretaria na organização de fichários, quadros e organização de arquivo e biblioteca.

Art. 32º - Ao Porteiro compete:

1) - Assumir a responsabilidade de todo o predio principal e edificios anexos, assim como dirigir a sua conservação;

2) - Abrir e fechar o edificio e suas dependencias de aeôrdo com os horarios;

3) - Receber e distribuir toda a correspondencia, protocolando a de caráter oficial;

4) - Receber as visitas, fazê-las assinar o livro próprio e encaminhá-las;

5) - Levar ao conhecimento da Diretoria, todas as anormalidades verificadas na sua zona de responsabilidade.

6) – Anotar e levar a Secretaria alunos fóra de aula ou afastados de suas obrigações.]

7) – fazer o ponto dos alunos impedidos de trabalhar ou assistir aula por doença.]

Art. 33° - Ao Apontador compete:

1) - Fazer diariamente o ponto de todo o pessoal da Escola, percorrendo para isto todas as suas dependências;

2) - Auxiliar a organização das folhas de pagamento;

3) - Levar ao conhecimento do Diretor, todas as irregularidades encontradas.

Art. 34° - Ao Almoxarife compete:

1) - Receber, conferir, conservar e distribuir contra pedidos assinados, o material da Escola;

2) - Manter rigorosamente em dia, o fichario de entrada e saida do material;

3) - Fornecer os materiais requisitados pelos Chefes de Secções e Encarregados;

4) - Organizar mensalmente o balancete do material existente;

5) - Lembrar á Diretoria com a devida antecedencia, as faltas de material;

6) - Realizar as compras ordenadas pela Diretoria;

7) - Auxiliar os trabalhos de inventario e outros da Secretaria.

Art. 35º - Os Chefes de Secções serão Agronomos destacados dos demais serviços ou contratados especialmente para isto.

Art. 36 - Aos Chefes de Secções compete:

1) - Auxiliar a Diretoria em todos os trabalhos didaticos e administrativos que forem determinados;

2) - Dirigir pessoalmente todos os trabalhos de campo sob sua responsabilidade;

3) - Organizar e submeter á aprovação do Diretor os programas das materias que lhes competirem;

4) - Ministrar ou orientar o ensino sob sua responsabilidade, mantendo-se tanto quanto possivel em sua responsabilidade com os alunos;

5) - Manter em dia todos os dados cientificos e economicos dos trabalhos que estiverem realizando, para divulgação de conhecimentos uteis aos lavradores;

6) - Fornecer á Secretaria os dados necessarios á escrituração da Secção e os referentes ao aproveitamento dos alunos.

7) - Responsabilizar-se pelo bom estado e conservação de todo o material, culturas e animais que lhes forem entregues;

8) - Manter ordem, economia e disciplina na Secção;

9) - Assistir ao inventario anual de sua Secção.

10) - Propôr ao Diretor as modificações que julgar necessárias.

Art. 37º - Aos Tecnicos e Encarregados de Serviço:

1) - Executar pessoalmente e fiscalizar os trabalhos de acôrdo com os Chefes de Secções;

2) - Responsabilizar-se pelos materiais, culturas e animais que lhes forem entregues;

3) - Ministrar o ensino que lhes fôr confiado.

DO FINANCIAMENTO E CONTABILIDADE

Art. 38º - As despesas do estabelecimento serão custeadas por verbas orçamentarias do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras.

§1º - Os orçamentos de cada ano seráo feitos pelo Diretor e aprovados pelo Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras, no ultimo trimestre do ano anterior

§2º - Os rendas do estabelecimento serão aplicadas em seu provei acôrdo com orçamentos preestabelecidos.

Art. 39º - Será creditado a Escola, todo o material como plantas, sementes e reprodutores que fornecer ás demais repartições do Estado. [Paragrafo 1º]

Art. 40º - A Secretaria de Educação e Saude fornecera os professores necessarios ao ensino primario e os medicos para os serviços de que trata este regulamento.

Art. 41º - Os vencimentos dos agronomos e tecnicos-agricolas, seráo pagos pela verba do Fomento Agricola.

Art. 42º - O Diretor e demais funcionarios e diaristas serão pagos pela verba propria da Escola.

Art. 43º - A escrituração da Escola será feita de acôrdo com as normas estabelecidas para as demais repartições estaduais, sendo simplificada naquilo que fôr possivel, sem prejudicar a documentação e discriminação geral das despesas e das receitas.

Paragrafo unico - Será organizado pela Contadoria e remetido mensalmente pela Diretoria o balancete geral documentado do movimento financeiro do estabelecimento.

Art. 44° - Os chefes de secções e funcionarios administrativos, ficarão sujeitos ás seguintes penalidades:

1) - Advertencia reservada;

2) - Admoestação;

3) - Suspensão até 30 dias;

4) .- Exoneração.

§1° - Essas penalidades poderão ser impostas pelo Diretor, excéto a da alinea 4.

§2° - As exonerações de funcionarios contratados pelo Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras serão por este impostas.

Art. 45° - Serão sucetiveis de penalidades:

1) - Aqueles que infringirem as disposições do regulamento;

2) - Os que sem motivo justo provado, deixarem de comparecer ás suas funções;

3) - Os que faltarem com o respeito aos superiores e á dignidade da Escola;

4) - Os que concorrerem para a desharmonia no estabelecimento.

Art. 46° - Os alunos serão sujeitos ás seguintes penalidades:

1) - Advertencia;

2) - Admoestação;

3) - Suspensão;

4) - Expulsão.

§1º - A advertencia será feita por qualquer membro do ensino, no caso de faltas leves.

§2º - A admoestação poderá ser feita pelo diretor ou por outro a seu pedido.

§3º - A suspensão será imposta pelo diretor, que cientificará os páis ou responsaveis.

§4º - A expulsão será imposta em reunião do diretor e dos chefes de secção, visando afastar do estabelecimento, os individuos incorrigiveis, e perniciosos ao andamento e ao bom nome do Estabelecimento, sendo cientificados os páis ou responsaveis.

Art- 47º - Os prejuizos causados ao estabelecimento por culpa ou descuido de funcionario ou aluno, serão indenizaãos pelo valor conhecido ou arbitrado.

Paragrafo unico - O processo de indenização não prescreverá.

DAS FALTAS, LICENÇAS E FÉRIAS DO PESSOAL

Art. 48º - As faltas, licenças e férias do pessoal, serão regidas pelos regulamentos estaduais sobre o assunto.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49º - As datas nacionais serão comemoradas com a presença de todo o pessoal.

Art. 50º - A Escola poderá ser visitada em qualquer dia util, das 8 às 16 horas.

§1º - Em outros dias ou horas as visitas só poderão ser feitas com licença do Diretor

§2º - Todas as visitas deverão ser inscritas primeiramente na portaria da Escola.

§3º - Todas as visitas deverão ser acompanhadas por pessoa competente.

Art. 51º - O numero de alunos a ser matriculado, será determinado pelo Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras ou o Diretor.

Art. 52º - Só poderão ser matriculados os filhos de lavradores espirito-santenses ou pessôas por estes recomendadas.

§1º - Alunos de outros Estados, poderão ser matriculados com licença especial do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras, quando houver vagas.

§2º Alunos ou estagiarios de outros Estados, pagarão a estadia na escola e sujeitar-se-áo aos preceitos desse regulamento.

Art. 53º - É vedado o uso de armas prohibidas, jogo e o alcool.

Art. 54º - Todo o pessoal da escola será sujeito ao regimento interno.

Vitória, 9 de dezembro de 1940
ENRICO I. A. RUSCHI, Diretor Geral

SOBRE O AUTOR

MARCELO MONTEIRO DOS SANTOS

Marcelo Monteiro dos Santos é professor de História desde 2010. Lecionando no Instituto Federal do Espírito Santo desde 2016. Possui Mestrado e Doutorado em História, este pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Além da sala de aula, dedica-se à Pesquisa e Extensão, tendo coordenado o Programa Núcleo de Memória do Campus Santa Teresa entre 2018 e 2023. Atualmente, desenvolve pesquisas na área de História e Memória do ensino profissional agrícola no Espírito Santo.



Edifes